

**VIOÊNCIA
LEI MAIS
DURA E NOVOS
INVESTIMENTOS**

**ASSÉDIO
CONVENÇÃO 190 É
PRIORIDADE PARA
MOVIMENTO SINDICAL**

**AMÉRICA LATINA
MAIS LIDERANÇAS
FEMININAS NA
DEFESA DA EDUCAÇÃO**

ANO 23 • VOL. 1
N. 23 • EDIÇÃO 2025

Mátria

PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE



JOVENS EDUCADORAS

**Elas brilham
na luta e na escola**



Mátria

ANO 22 • VOL. 1 • N. 22 • EDIÇÃO 2024

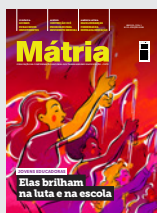


ILUSTRAÇÃO DE CAPA Pablo Rocker

COORDENAÇÃO DA REVISTA MÁTRIA

Berenice D'arc (Secretária de Relações de Gênero da CNTE)

REDAÇÃO E EDIÇÃO Frisson Comunicação

DIREÇÃO EXECUTIVA Ana Paula Messeder

JORNALISTA RESPONSÁVEL João Paulo Rabelo 8309/DF

EDIÇÃO João Paulo Rabelo

REPORTAGEM Amanda Vieira, Ana Paula Sousa,
João Paulo Rabelo e Kátia Maia

COLABORAÇÃO Fátima Silva (Secretária Geral)

PROJETO GRÁFICO Noel Fernández Martínez

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Maíra Carvalho Branco Ribeiro

IMPRESSÃO Gráfica Positiva

TIRAGEM 10 mil exemplares



SRTVS Quadra 701 Conj L nº 38 Bloco I Sala 536 I Edifício Centro
Empresarial Assis Chateaubriand, Brasília-DF, CEP: 70.340-906

Fone: (61) 3964-8104 | www.frisson.com.br | atendimento@frisson.com.br

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em
Educação (CNTE) – ano 23 (mar. 2025/mar. 2025– Brasília: CNTE, 2003-
Anual
ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação
Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817



SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106
CEP: 70393-902 » Brasília-DF, Brasil.
Tel.: + 55 (61) 3225.1003
www.cnte.org.br » cnte@cnte.org.br

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



/CNTEBRASIL



/CNTE_OFICIAL



/CNTEBRASIL



/CNTEBRASIL

Confira também a versão eletrônica no site: www.revistamatria.com.br

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

1

EDITORIAL

CNTE

Mulheres em ação



46

ENCARTE TEÓRICO

POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA AS MULHERES
NO BRASIL – AVANÇOS,
RETROCESSOS
E RESGATES

ELINE JONAS

REPORTAGENS

VIOLÊNCIA

NOVAS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR PROBLEMAS ANTIGOS 3

MULHERES NA POLÍTICA

ELAS VENCERAM E CONTAM COMO CHEGARAM AO TOPO
DO EXECUTIVO MUNICIPAL 14

DIVERSIDADE

MULHERES TRANS NO LEGISLATIVO:
DO PRECONCEITO AO RECONHECIMENTO 18

TRABALHO ESCRAVO

SÔNIA LIVRE 21

IGUALDADE

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA PRÁTICA 25

JOVENS EDUCADORAS

TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA, A MISSÃO 32

ENTREVISTA

"CONVENÇÃO 190: UMA PRIORIDADE DO
MOVIMENTO SINDICAL MUNDIAL" 54

AÇÃO GLOBAL

POR UM AMBIENTE EDUCACIONAL LIVRE DE ASSÉDIO 58

MERCADO DE TRABALHO

QUANDO A NECESSIDADE SE SOBREPÕE AOS SONHOS 63

ENTREVISTA

"CANCION CON TODOS": A EDUCAÇÃO EM UM MUNDO
DE CRISES E RESISTÊNCIAS 70

RETROCESSO

ARGENTINA VIRA À EXTREMA-DIREITA E MIRA A EDUCAÇÃO 74

INTERNACIONAL

A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE DESAFIOS GLOBAIS 78

PERFIL

UMA MULHER, 178 PAÍSES E 32 MILHÕES DE EDUCADORES 85

CULTURA

EUNICE PAIVA: A HEROÍNA SILENCIOSA QUE NOS FAZ
GRITAR PELA DEMOCRACIA 87

ARTICULISTAS



12

GERMANA
HENRIQUES
PEREIRA

Carolina Maria de
Jesus ontem e hoje



30

DAIANA SANTOS
Persistir é um ato
revolucionário



68

ANA FLÁVIA
MAGALHÃES PINTO
Valorização das memórias
afetivas da educação – uma
agenda de reparação

90 GIRO

91 INTERAGINDO

92 SUGESTÃO DE ATIVIDADES

Mulheres em ação

Igina, Gabriela, Margarida, Andressa, Darlene, Edy, Sônia, Eunice, Lavini, Vitória, Samira, Viviane, Camila e Noêmia: elas têm muito a nos ensinar sobre o Brasil e as lutas da América Latina, a educação e o feminismo (do passado e do presente).

Algumas já conhecemos muito bem: Eunice lutou contra o Estado pela dignidade da sua família e, agora, sua história reverbera aqui e no exterior, (re) contando os horrores da Ditadura para as novas gerações.

Outras, temos o orgulho de apresentar ao grande público: os últimos cinco nomes da lista têm marcas guardadas em milhares de corações estudantis: professoras da rede pública que não se satisfazem em “apenas” garantir o ensino-aprendizagem. Lutam por melhores condições de trabalho e deixam legados para além do currículo.

Com Sônia Maria de Jesus, mulher preta e surda, resgatada em situação análoga à escravidão da casa de um desembargador, vemos a face de um país que insiste em permanecer atrasado e cruel. Já o trabalho de Lavini é exemplo (que torcemos para ser replicado) de um Brasil capaz de reverter problemas sociais por meio de uma rede de professores antirracistas.

E como é possível uma vítima de violência doméstica ser apresentada com sorriso largo e braço em punho? Sim, Igina é a imagem que representa mulheres que conseguem resistir ao medo, dominando-o, mesmo que ele ainda fale tão alto.

Na política, saiba quem são as mulheres que suplantaram o machismo em cidades do interior e foram eleitas para cargos públicos para prefeituras e câmara municipal, no ano em que, pela primeira vez, candidatos puderam declarar suas orientações sexuais e identidades de gênero à justiça eleitoral. E nos negócios, a costureira e artesã Margarida que empreendeu sem o apoio da família.

Enquanto alguns líderes mundiais insistem em sinalizar retrocessos e tentam minar movimentos e instituições em defesa dos Direitos Humanos, nós, representantes da classe trabalhadora da educação pública, continuaremos acreditando e, principalmente, atuando, na defesa da Justiça, da democracia e da pluralidade (a pesquisadora Gabriela Bonilla analisa as tendências na América Latina e o papel dos sindicatos na defesa da educação pública).

Que as protagonistas da Revista *Mátria* 2025 façam florescer em nós a coragem e a sensibilidade necessárias para enfrentarmos, juntos/as, aqueles que tentam desqualificar a luta pela igualdade de gênero.

Boa leitura!

Diretoria Executiva da CNTE

NOVAS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR PROBLEMAS ANTIGOS

**Governo federal retoma investimentos
para combater a violência contra mulheres
e endurece lei para casos de feminicídio**

Por: **Amanda Vieira**

“Ele já dava sinais de um comportamento que foi piorando com o tempo. De 1990 a 1992, as violências atingiam a minha subjetividade e eu, mesmo com minha vivência política, não enxergava que aquilo podia chegar a outras violências”, relata a gestora ambiental Igina Mota Sales, 59 anos, quilombola que vive no contexto urbano em Jurunas, Belém (PA).

Atual coordenadora do Núcleo Belém, do Movimento Afrodescendente do Pará (Mocambo), Igina Sales teve dois filhos com esse primeiro marido. “Ele sempre achava uma forma de me confundir, e eu, à época, achava que aquilo fazia parte do tal do ‘amor’. Vivi sob forte violência doméstica, no auge da minha juventude, ou seja, dos 28 (1993) aos 31 anos (1996)” relembra.

Ela explica que mesmo fazendo parte de movimentos feministas encontrou dificuldades em buscar ajuda. “Separei sob conflitos físicos, psicológicos e de ameaças a minha vida e de meus filhos, com idas para delegacias, Instituto Médico Legal, e Vara de Família. Infelizmente, em 1996 o Estado brasileiro não tinha avançado muito. Para não ser mais uma estatística, abri mão de processo criminal e civil e resolvi do meu jeito aquela situação”.

Novas estruturas

Atualmente, o Brasil conta com redes de atendimento à saúde, Casa da Mulher Brasileira, albergues e delegacias especializadas em atendimento às mulheres. Segundo Igina Sales (foto abaixo), mesmo que alguns serviços no Pará, local onde ela vive, sejam insuficientes para o tamanho do estado, ela nunca descreditou das instituições e da possibilidade de o país cuidar melhor das mulheres em situação de violência doméstica.

“Ter atendimento especializado e multidisciplinar é de vital importância para superação de situações de violências e ressignificação de vida. Em Belém, temos a Casa da Mulher, que atende especialmente a área da saúde feminina. Em Ananindeua, temos uma Casa da Mulher Brasileira, que é importante para, no momento da ocorrência, retirar a mulher do ambiente violento”.

Ela conta que na época em que sofreu violência chegou a recorrer às instituições, mas a revitimização era muito grande e perdia-se o dia de trabalho, aguardando nos bancos de delegacias e defensorias uma resposta ágil para o caso. “Por isso, e pelo desespero de me livrar daquele agressor, acabei optando por meu próprio justicamento. Desde então me engajei muito mais nas lutas por uma sociedade saudável e segura. Fazer parte do Movimento ajudou a minha recuperação. Hoje me sinto muito segura”, conclui.



Foto: Mauro Fernandes

Enfrentamento

A juíza Suelen Alves, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), destaca a importância da Lei Maria da Penha, criada em 2006, que propõe a atuação em três “P”s: Prevenção, Proteção e Punição.

“No âmbito da prevenção, a gente vem realizando o programa Maria Vai à Escola, que em 2025 completa dez anos. São oito aulas com os alunos do quinto ano do Ensino Fundamental das Escolas Municipais. Além das palestras, a gente combate eventual trauma dessas crianças e adolescentes que presenciam esse tipo de situação”, explica.

O trabalho de prevenção da Coordenadoria Estadual também envolve o curso reflexivo “Sujeito Homem”, destinado aos autores de violência doméstica, e o “Grupo Elas”, voltado para as mulheres. “Dos homens que participaram do curso, nenhum deles voltou para o sistema, ou seja, não houve reincidência.

“Conheço o caso de um homem que pediu para continuar no curso mesmo já tendo cumprido a carga obrigatória determinada pelo juiz, reconhecendo que o curso é muito benéfico. No grupo terapêutico das mulheres, a gente busca romper os ciclos violência e mostrar para elas que existem outros tipos de relacionamento”, detalha Suelen Alves.

O trabalho de conscientização também chega a comunidades indígenas, interioranas e rurais. “Por exemplo, para chegar lá em Uiramutã, na comarca de Pacaraima, são mais de oito horas de viagem. E a gente vai até lá, junto com a justiça itinerante, deslocando os nossos profissionais da equipe interdisciplinar da violência doméstica, para levar a informação a respeito dos canais de atendimento à mulher, da punição prevista, da prevenção”, ressalta a juíza.

“Recebo relatos de mulheres dizendo que acreditavam que, por morarem em comunidade indígena, não teriam direito à medida protetiva. Aí a gente explica que a lei é para todos. Alertamos que não se admite violência contra a mulher dentro do relacionamento”, completa.



Casa da Mulher Brasileira de Ananindeua, Pará, inaugurada em 2023, é um centro de atendimento humanizado e especializado no atendimento à mulher em situação de violência doméstica. Reúne, em um mesmo espaço, Juizado Especial voltado para o atendimento a mulher; Núcleo Especializado da Promotoria, Núcleo Especializado da Defensoria Pública, Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, Alojamento de Passagem, Brinquedoteca, Apoio Psicossocial, e Qualificação para a sua autonomia econômica.

Juíza Suelen Alves entrega certificado a uma das alunas do projeto "Maria vai à Escola". A ação já alcançou 3.957 crianças de turmas do 5º ano de 28 escolas da rede municipal de ensino de Boa Vista (RR). A iniciativa tem o objetivo de proporcionar às crianças o conhecimento sobre direitos humanos, igualdade de gênero, violência doméstica, familiar e a Lei Maria da Penha.

Endurecimento da lei - Pacote Antifeminicídio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, em 2024, o chamado Pacote Antifeminicídio (Lei nº 14.994 de 09/10/2024). Entre as novidades, estão o aumento para até 40 anos de prisão para o crime de feminicídio, maior previsto na legislação penal, equiparando o feminicídio aos crimes hediondos. Para lesão corporal, a pena passa a ser de até 5 anos. A progressão de regime só ocorrerá após 55% do cumprimento da sentença.

Na avaliação da juíza Suelen Alves, esse dispositivo traz uma equiparação com a legislação de outros países da América Latina que vivem realidade sociocultural semelhante. “Vários outros países já iniciavam com a pena de 20 anos. Então nesse aspecto a gente vê que teve essa espécie de adequação. Além disso, a lei veio para passar o recado para a população em geral acerca da gravidade do crime”, pontua.

Outro aspecto importante da nova lei é o combate à reincidência. “Uma pessoa que é presa em flagrante pelo crime de lesão corporal, a partir dessa nova lei, ela é automaticamente levada ao judiciário e apresentada ao juiz que vai decidir pela manutenção ou não da prisão - ela não pode mais ser liberada direto na delegacia.



Nesse sentido, a nova lei pode ajudar a reduzir a reincidência”, descreve Alves.

A juíza relembra que, antes dessa lei, a mulher dizia na delegacia se queria ou não processar criminalmente por ameaça e, agora, não é mais necessária essa representação, o que pode trazer algum desconforto.

“Muitas vezes, a vítima de violência doméstica quer apenas uma medida protetiva. Ela quer viver em paz. Isso seria o suficiente. Ela superou, e a gente, enquanto sistema de justiça, está lá chamando ela de novo para falar sobre uma coisa que ela não quer mais falar”, reflete.

A nova lei também prevê a perda automática do cargo público, do mandato eletivo das pessoas que

forem condenadas pela prática de violência doméstica contra a mulher. “É uma perda automática. A nova lei não dá a possibilidade de valorar, no caso concreto, essas situações, o que pode fomentar muitas vezes aquela preocupação da vítima em perder o próprio sustento dela ou dos filhos”, pondera a juíza.

Para ela, é uma lei que poderia vir com algum complemento, oferecer algum tipo de segurança com relação a filhos, por exemplo, para a vítima que depende financeiramente de um agressor não ficar tão desamparada. Outra alternativa seria deixar, pelo menos a critério do caso concreto, decidir ou não pela perda do cargo público, e decidir pelo que for menos prejudicial para as famílias.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM NÚMEROS



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024

Estatística

Mesmo com a Lei Maria da Penha e de outras estruturas para proteger mulheres nos últimos anos, os indicadores de violência contra elas seguem alarmantes. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, em 2023 foram registradas 8.372 tentativas de homicídio de mulheres, o que significa um crescimento de 9,2% em relação a 2022. Desse total, 33,4% foram tentativas de feminicídio, isto é, tentativas de matar uma mulher em função do gênero, o

que faz com que as tentativas de feminicídio tenham crescido 7,1%.

As agressões em contexto de violência doméstica também aumentaram: foram 258.941 vítimas mulheres, o que indica um crescimento de 9,8% em relação a 2022.

O número de mulheres ameaçadas subiu 16,5%: foram 778.921 as mulheres que vivenciaram essa situação e registraram a ocorrência junto à polícia. O aumento dos registros de violência psicológica também

foi grande, de 33,8%, totalizando 38.507 mulheres. O crime de stalking (perseguição) também subiu, com 77.083 mulheres passando por isso, um aumento de 34,5%.

Retomada do enfrentamento ao feminicídio

No âmbito do governo federal, o Ministério das Mulheres retomou, em março de 2023, o Programa Mulher Viver sem Violência passa a integrar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A Casa da Mulher Brasileira (CMB) é um dos eixos desse Programa.

A primeira unidade foi inaugurada em fevereiro de 2015, ainda na gestão da presidenta Dilma Rousseff e é uma das principais ferramentas do Governo Federal para proteger mulheres vítimas de violência no Brasil, com funcionamento 24 horas por dia, nos sete dias da semana.

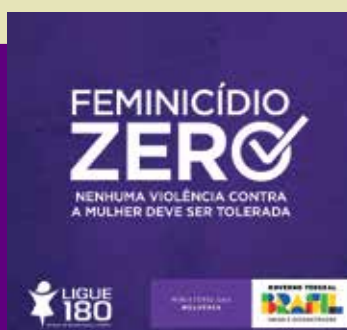
Atualmente, há 10 Casas em funcionamento no país, localizadas em Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Boa Vista (RR), Ceilândia (DF), São Luís (MA), Salvador (BA), Teresina (PI) e Ananindeua (PA), sendo que as três últimas foram inauguradas em 2023 e 2024. Outras 27 estão sendo implementadas no Brasil, em diferentes fases.

Feminicídio Zero

Para reforçar ainda mais a segurança das mulheres, o governo federal lançou, em agosto de 2024, a campanha permanente “Feminicídio Zero - Nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada”, que foca na prevenção a todos os tipos de violência e convoca a sociedade a percebê-la, enfrentá-la e interrompê-la a fim de que não chegue a um feminicídio. A mobilização teve início no mês em que a Lei Maria da Penha completou 18 anos.

O filme da campanha é veiculado por diversos estados do país, nos campos de futebol, com ações como faixas, bráadeira e selo nos uniformes dos jogadores e vídeo no telão do estádio. Empresas e organizações da sociedade civil também podem aderir à campanha, que contou com a reestruturação do Ligue 180. Esse serviço de enfrentamento à violência contra as mulheres oferece orientações sobre direitos e garantias, registro e encaminhamento de denúncias.

O serviço funciona em todo Brasil 24 horas por dia, todos os dias da semana, incluindo feriados. Também funciona via WhatsApp pelo



número: (61) 9610-0180. Em casos de emergência, deve ser acionada a Polícia Militar, por meio do 190.

Também foi criado um painel no portal do Ministério das Mulheres (www.gov.br/mulheres/

ligue180) que reúne as seguintes informações sobre os serviços especializados no atendimento às mulheres:

- Casas da Mulher Brasileira
- Delegacias Especializadas, Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher em Delegacias Gerais
- Patrulhas Maria da Penha
- Centros de Referência e de Atendimento à Mulher
- Casas Abrigo e Casas de Passagem
- Núcleos de Defesa da Mulher em Defensorias Públicas
- Promotorias Especializadas e Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos
- Juizados e Varas Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
- Serviços de saúde voltados às pessoas em situação de violência sexual

Foto: Laura Brandini



Marselle Nobre: “Uma das primeiras coisas que acontece com uma mulher em situação de violência é o isolamento”.

Desafios das mulheres na busca por proteção em Londrina (PR)

Lançado em 2024, o livro “Caminhos da Rede e as Histórias de Sete Mulheres Vítimas de Violência em Londrina”, traz relatos de mulheres que enfrentaram a violência de gênero na cidade paranaense. A obra é resultado da dissertação de mestrado defendida no ano de 2022 no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPSGC), do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina (DSC/UEL).

As autoras Giovana Maria Mourinho Ferreira e Marselle Nobre de Carvalho coletaram depoimentos de sete mulheres que vivenciaram uma situação de violência, mas que no momento da pesquisa já estavam em fase de superação.

A proposta do livro é mostrar os caminhos que Carolina, Cecília, Cora, Luci, Marina, Mariana e Miriam percorreram em busca de apoio, cuidado e proteção, enfatizando os obstáculos enfrentados por elas. Com isso, as autoras esperam fornecer subsídios para que o poder público aperfeiçoe processos e procedimentos, acolhendo, cuidando e protegendo efetivamente as mulheres.

As autoras da publicação concederam uma entrevista à Revista Mátria. Veja a seguir.

Revista Mátria: Quais são os principais obstáculos que essas mulheres enfrentaram na busca por acolhimento diante de uma situação de violência de gênero?

GIOVANNA: O primeiro seria a identificação. A mulher demora um tempo até perceber uma violência, seja psicológica ou sexual, que às vezes acontece dentro de um casamento. Algumas agressões têm aumento gradual na intensidade e na força. Depois, é a busca em relação à ajuda, é saber quem vai acolher, orientar e cuidar. Ao longo da pesquisa observamos que quando a mulher tinha um dano físico, ela encontrava um caminho mais direto, ir ao hospital, buscar um atendimento médico. Quando

**“
A gente sabe
que, às vezes,
não é o fato
da mulher
denunciar
e continuar
mantendo ali a
denúncia que
vai fazer com
que ela seja
protegida.
”**

o dano era psicológico, patrimonial, ou uma questão de ameaças, enfim, ela ficava mais em dúvida em relação a que caminho buscar. A falta de informação acaba sendo um obstáculo também. Depois, quando ela busca esse serviço, às vezes, um grande obstáculo era como ela era tratada, se a violência dela era validada e acolhida, e não era julgada.

RM: Há algumas situações em que a mulher procura a proteção, mas ao mesmo tempo ela também tem medo de prejudicar o seu parceiro (ou ex-parceiro), que às vezes pode até ser pai de um filho dela. Isso é frequente?

GIOVANNA: Uma das minhas entrevistadas tinha um filho com o agressor e ela falava assim, “nossa, como que eu vou deixar o pai do meu filho ser preso?”. Em outro caso, a mulher chegava a fazer o boletim de ocorrência mas depois não representava, não dava sequência, ela ia lá e retirava a queixa por conta disso. A gente tem que olhar de vários pontos de vista, porque talvez isso já seja fruto de manipulações dentro desse relacionamento, se algo de ruim acontece comigo, que sou seu agressor, a culpa é sua, não é minha. Então há uma transferência de responsabilidade para a mulher, mesmo quando ela está sendo agredida. Às vezes a falta de informação e de efetividade legal também causa receio. A gente sabe que, às vezes, não é o fato da mulher denunciar e continuar mantendo ali a denúncia, que vai fazer com que ela seja protegida. Então há várias questões para prestar atenção, e

sim, às vezes, ela se sente culpada por estar dando um passo em busca da própria proteção.

RM: Qual é o peso de um grupo de apoio no processo de acolhimento às mulheres? Como podemos melhorar esse suporte?

GIOVANNA: Algumas das mulheres que entrevistei participaram desses grupos e se sentiram apoiadas. Existem várias iniciativas, tanto de políticas públicas quanto de iniciativas privadas para prestar suporte, mas eu acho que ainda dá para ampliar esse grupos, para essa mulher se sentir acolhida com outras, poder falar e ser fortalecida, então, acho que os movimentos sociais também podem cumprir esse papel de criar essa rede.

MARSELLE: Uma coisa que fica bem evidente no livro é a necessidade de construir rede. Todo mundo fala de rede e fica parecendo que é uma palavra vazia, e na verdade não é. O estabelecimento de rede, seja ela uma rede de apoio de amigas, da igreja, dos movimentos sociais, do terreiro, do grupo de caminhada, seja lá de que natureza essa rede é composta, é importante para essa mulher individualmente. Porque uma das primeiras coisas que acontece com uma mulher em situação de violência é o isolamento. O agressor - e a gente fala o agressor porque 99,9% das agressões são cometidas, por homens e geralmente homens **cis** - é uma característica do processo de violência, esse homem manipula psicologicamente essa mulher de tal maneira que ela se isola, então ela perde essa rede, e



Giovanna Ferreira: “A falta de informação e de efetividade legal também causa receio”.

O termo “cis” é uma abreviação de “cisgênero”, usado para descrever pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento. Por exemplo, alguém que foi designado do sexo feminino ao nascer e se identifica como mulher é uma pessoa cisgênero.

perder a rede é, de fato, fragilizá-la ao máximo. Quando a gente fala de rede de proteção, isso não é só uma imagem, nem só uma figura de linguagem, é real, assim como é real a rede de serviços.

RM: Como é que fica esse suporte na saúde pública? Como fazer esse atendimento com qualidade em todo território nacional?

MARSELLE: O livro é para isso, é para contar como é que as mulheres caminham por essa rede, e são sete mulheres, são sete vidas, diferentes trajetórias. A ideia do livro é falar da singularidade desses caminhos. Embora você tenha protocolos que guiam os profissionais no processo de atendimento, e também nos ajudam a fazer escolhas, há uma complexidade na violência de gênero contra mulheres. Se a violência sexual, de modo geral, a gente tem uma rede minimamente preparada para atender essa mulher, porque tem uma questão objetiva, concreta - inclusive de saúde - então ela tem que fazer o medicamento de emergência, contracepção de emergência, ela tem que fazer todos os medicamentos para prevenir ISTs pós-exposição, ver se tem machucado, se tem lesão, enfim, essa é a nossa formação, então a gente está preparada, de certa maneira. Mas a violência que a gente tem talvez maior dificuldade de lidar é a violência doméstica, principalmente aquela que vem muito fortemente travestida, e que ocorre muito frequentemente, a violência psicológica, a patrimonial, que é muito comum, inclusive, antes da agressão física. A gente, no geral, não dá a mesma dimensão para uma violência psicológica.

A mulher chamada “poliqueixosa” é que vai quase todo dia no

serviço de saúde, na unidade básica, procurar auxílio de outras coisas, e ela não verbaliza, ela até está consciente, mas às vezes ela não está em condições de dar o passo, ela não vai falar na Unidade Básica de Saúde (UBS) porque ela acha que aquele não é o lugar de falar porque o certo é na delegacia. Ela pensa que se não tem nada físico, não tem porque ir na UBS, então, geralmente, essa mulher fica gravitando. De repente, essa é uma lacuna, então, poderia ter algum serviço aí. A gente está trabalhando nisso nas próximas teses, que são os sinais, os eventos sentinela - isso a gente trabalha muito na área da saúde.

O evento sentinela não pode ser exclusivamente o evento físico, geralmente é um olho roxo, o hematoma em uma parte que não seria o escorregão, que não foi a maçaneta que bateu, aquelas histórias que chegam para disfarçá-la.

Nós não temos preparo, não temos ferramenta, e precisamos trabalhar em rede, não dá para a trabalhadora na UBS resolver sozinha, porque ela tenta resolver sozinha, mas se não tem a rede, o agressor volta, ele é liberado daqui a pouco, ele chega, tem só uma medida protetiva para ele ficar 500 metros de distância da mulher. Ele pode frequentar a unidade se não tiver ela lá por perto, e aí pode chegar perto da equipe de saúde - há uma série de elementos que causam muito medo para as trabalhadoras e trabalhadores também, então superar o medo só é possível trabalhando em rede. Você precisa se sentir também segura para acolher, cuidar, encaminhar e ter certeza que esse agressor não vai se voltar contra a equipe, se voltar contra a trabalhadora que acolheu.

“
Quando a gente
fala de rede de
proteção, isso
não é só uma
imagem, nem
só uma figura
de linguagem,
é real, assim
como é real
a rede de
serviços.
”



Julieta Ines Hernández Martínez, conhecida como palhaça Jujuba, foi estuprada e assassinada brutalmente em dezembro de 2023

Justiça para Jujuba!

A artista e cicloativista venezuelana Julieta Ines Hernández Martínez, também conhecida como palhaça Jujuba, foi estuprada e assassinada brutalmente em dezembro de 2023. O corpo dela foi encontrado no dia 6 de janeiro de 2024, no município de Presidente Figueiredo (AM). Apesar da justiça ter encontrado os autores do crime, em 2025 a família ainda segue na luta pela mudança na tipificação, de latrocínio (roubo seguido de morte) para feminicídio.

Julieta circulava pelo Brasil há 8 anos e fazia parte do grupo do "Pé Vermêi", formado por artistas e cicloviariantes que pedalam pelo país. Além de apresentações circenses, ela trabalhava como bonequeira.

A promotoria de justiça responsável pelo caso rejeitou o pedido da família para reclassificar o crime. "É horrível pensar que esse caso está sendo julgado como um roubo, enquanto os números de feminicídios seguem crescendo. Assim como o caso da minha irmã, existem muitos outros, e isso não pode continuar.

Matam uma mulher por ser mulher e dizem que foi suicídio ou qualquer outra coisa", relata a irmã de Julieta, Sophia Hernández, em entrevista ao Brasil de Fato. "É feminicídio de qualquer forma, porque, para roubar um celular, não precisa estuprar. Então é preciso se perguntar, se fosse um homem, teria acontecido tudo isso com ele?", questiona Sophia.

O Ministério das Mulheres publicou nota em junho de 2024 manifestando apoio à família para que o crime seja tratado como feminicídio. A nota reforça que "A violência contra Julieta Hernandez apresenta características de um crime misógino e xenófobo, de ódio à artista circense como mulher e como migrante" e reconhece "a preocupação dos familiares e advogados da vítima pela ausência do devido tratamento jurídico ao caso como uma grave violação de direitos humanos das mulheres e dos migrantes e reforça a crença nas instituições brasileiras para que este caso e o de todas as mulheres que recorrem à Justiça não fiquem impunes, por suas vidas e pelo direito à memória".



Germana Henriques Pereira

Professora associada da UnB, onde leciona e pesquisa desde 1992. Foi diretora da Editora UnB de novembro de 2016 a outubro de 2024, além de coordenadora do mestrado acadêmico em Estudos da Tradução da mesma universidade. É pesquisadora em História da Tradução, Formação da Literatura Brasileira e Literatura Francesa.

Carolina Maria de Jesus ontem e hoje

Carolina Maria de Jesus é no Brasil de hoje uma escritora cuja leitura é incontornável. Nascida por volta de 1914 em Sacramento, Minas Gerais, essa autora negra, descendente de escravizados, imprimiu em sua escrita um certo tom de provocação às elites brancas de seu tempo, mas também do nosso tempo. Explico: Carolina, de modo paradoxal, denuncia o racismo, a fome, a miséria que assolavam o Brasil e, em particular, a São Paulo dos anos 1950 e 60. Apresentada ao público leitor pela mídia, por meio do engenho do repórter Audálio Dantas, em 1960, Carolina continua desafiando a mediocridade que teima em se tornar a “base” representativa brasileira.

“quarto de despejo” para ganhar as manchetes de jornal do Brasil e do mundo, com o lançamento de trechos editados de seu diário, pela Livraria e Editora Francisco Alves, em agosto de 1960. O título, Quarto de despejo, que deu fama internacional à Carolina, teve um imenso sucesso de vendas, e continua sendo reeditado e traduzido no mundo inteiro até hoje. Não custa lembrar, o livro vendeu 100 mil exemplares em 1 ano, 600 no dia do lançamento e 10 mil na primeira semana, tornando-se um fenômeno cultural e literário. O que tinha nessa obra que chamou tanto a atenção do público dos anos 1960 no Brasil? E por que sua obra chama atenção até hoje? Vamos tentar responder em poucas palavras.

A voz autoral de Carolina de Jesus é forte e contundente, tensionada entre sua visão da sociedade brasileira e seu projeto literário, que almejava reconhecimento como poeta. Como poderia uma mulher em suas condições, com quatro anos de escola, tornar-se uma escritora no Brasil, ainda mais sendo mãe solo e negra? A autora não limitou sua escrita aos diários, mas se aventurou em poemas, canções, dramas e romances. Os trechos do diário em “Casa de Alvenaria” (Francisco Alves, 1961) e nas prolongações “Osasco” e “Santana”, publicadas pela Companhia das Letras, em 2021, revelam sua vida antes e depois da fama, dentro e fora do país. Essas obras revelam a contradição entre o

Como poderia uma mulher em suas condições, com quatro anos de escola, tornar-se uma escritora no Brasil, ainda mais sendo mãe solo e negra?

Mulher, mãe de três filhos de pais diferentes, todos brancos, negra retinta, habitante da favela do Canindé nos anos 1950, na capital paulista, depois de ter perambulando por estradas, de ter trabalhado em casas da burguesia paulistana, Carolina é retirada do

“

A leitura de Carolina se torna hoje indispensável para quem quer minimamente estudar a história dos afrodescendentes no Brasil.

”

sucesso alcançado com o primeiro lançamento e o que se espera dela na sociedade paulistana e no resto do país, enfim, o que ela representava para a instituição literária naquele momento histórico, mas também mostra sua desilusão com o meio literário e com o meio social que a acolheu num primeiro momento, Carolina resistia aos moldes pré-estabelecidos por uma sociedade que só poderia tolerar uma mulher negra escritora se agisse conforme suas regras e Carolina não era uma mulher obediente. Talvez por isso tenha se recusado a casar, pois, como afirma em Quarto de despejo, teria que ceder às normas impostas pelo machismo vigente: lavar, passar, cozinhar, dividir a cama e o corpo nos moldes impostos pelo marido ou companheiro, e ela, ela queria ler de madrugada, escrever com seu toco de lápis nos cadernos coletados em lixeiras ou doados.

A voz autoral da autora mineira ganhou forma na escrita constituída de linguagem feita na tensão entre oralidade, preciosismos, ou “o português clássico”, como ela gostava de dizer. Essas variantes do português brasileiro ganhavam forma por meio de uma sintaxe fraturada, em que as faltas de concordâncias, crases, ortografia remetem à sua condição de classe, de raça e de gênero, consequências estas da desigualdade social histórica que até hoje impera em nosso país, determinando o futuro de muitas gerações de afrodescendentes. Carolina supera as dificuldades do meio em que nasceu, rompendo a barreira da fática determinação social: sem os aparatos da

educação formal, mas por meio do imperativo desejo de escrever, pelo letramento literário que alcança com autodidatismo, acaba por dominar uma forma literária, que é capaz de representar, como somente ela poderia fazer, por meio do testemunho da sua vivência em primeira pessoa, nas 4.500 páginas manuscritas de seus diários, a vida de uma mulher negra no Brasil. A linguagem de Carolina de Jesus, tal como ela é, entre preciosa e oral, entre testemunhal e poética, representa a força da sua literariedade. Corrigi-la só a transformaria em algo banal. Sua escrita, na verdade, mostra uma característica aguda da sua condição de gênero, raça, classe e de escritora poeta, além de ser representativa de seu tempo histórico.

O centenário de Carolina de Jesus em 2014 serviu de baliza para o resgate no país da importância histórica de sua obra. Caída no ostracismo durante a ditadura, a quem não interessava o depoimento contundente da autora, Carolina sobreviveu num pedaço de chão que comprou com o dinheiro de Quarto de despejo em Parelheiros na Grande São Paulo. Morreu pobre em 1977, confirmando o destino a que estaria condenada num país onde uma mulher negra não pode ocupar a “sala de visitas”, como ela dizia.

Após 2014, Carolina entra definitivamente no cânone brasileiro. Corroborar essa afirmação a publicação de sua obra integral na maior editora literária do país, a Companhia das Letras, com curadoria, entre outras pesquisadoras e escritoras, da filha de Carolina Vera Eunice e da importante escritora Conceição Evaristo. Entrou para as letras nacionais, apesar dos vãos protestos dos conservadores que acusam de não saber escrever. A leitura de Carolina se torna hoje indispensável para quem quer minimamente estudar a história dos afrodescendentes no Brasil.

Elas venceram e contam como chegaram ao topo do executivo municipal

Foto: Divulgação/Andressa Leal

Conheça o perfil de duas prefeitas que, com pautas progressistas, foram eleitas em 2024 e assumiram municípios que nunca haviam sido governados por mulheres

A pesar de compor maioria do eleitorado brasileiro, as mulheres ainda não conseguiram chegar perto da paridade na representação política. Nas eleições de 2024 - que incluíram vereadores e prefeitos - foram eleitos, no total, 57.115 (82,1%) homens e 12.462 (17,9%) mulheres. O dado mostra que a proporção obrigatória de um mínimo de 30% de candidaturas por gênero (usualmente considerada a “cota de mulheres”) nos partidos não se traduz na ocupação de fato das mulheres nos espaços de poder político, pois, em 2024, as mulheres representaram 34,2% de candidaturas.

Em 2025, as prefeituras de 727 cidades serão chefiadas por mulheres, o que corresponde a cerca de 13% dos 5.569 municípios brasileiros. São 64 prefeituras a mais do

que em 2020, um aumento tímido da presença das mulheres nesses espaços, de apenas um ponto percentual.

Dessas 727 cidades, cerca de 244 municípios elegeram mulheres para a prefeitura pela primeira vez na história. Veja a seguir o perfil de duas dessas três prefeitas, que contam como conquistaram um eleitorado que historicamente elegia somente homens.

Andressa Leal: a professora que conquistou Caraúbas do Piauí (PI)

Com apenas 31 anos, a professora Andressa Leal (PT) vai assumir a prefeitura de Caraúbas do Piauí (PI) pelos próximos quatro anos. Ela obteve 2.697 votos, 61,69% dos votos válidos (dados a todos

A professora Andressa Leal, de 31 anos, é a primeira mulher de Caraúbas do Piauí a liderar o executivo municipal.

“Se a gente se sentir inferior aos homens a gente nunca vai conseguir ocupar esses cargos”, diz.



As mulheres ainda ocupam proporcionalmente pouco espaço em cargos de poder. Na sua experiência, o que você acha que pode melhorar para que mais mulheres alcancem esses cargos?

Acho que nós mulheres precisamos sair da nossa zona de conforto, do nosso comodismo. Eu sou mãe de uma criança de 4 anos, ela é uma criança especial, é autista, mas mesmo assim eu saí da zona de conforto e quis seguir essa trilha pra ajudar as pessoas, pra ajudar a melhorar ainda mais a minha cidade. O conselho que eu dou pras mulheres é que a gente tem que sair da nossa zona de conforto para alcançar esses cargos porque se a gente se sentir inferior aos homens a gente nunca vai conseguir ocupar esses cargos.

os candidatos). O vice-prefeito é Bernardo Ribeiro, do PT, que tem 56 anos. Os dois fazem parte da coligação “Confiar para o trabalho continuar”, formada pelos partidos PT, PCdoB, PV e Solidariedade.

O que te motivou a se candidatar à prefeitura?

O primeiro passo foi o fato de querer mudar ainda mais Caraúbas do Piauí. Antes dessa gestão agora, que é do prefeito Caburé, que me indicou para ser candidata dele, o município tinha uma outra realidade. Uma das coisas que a gente ainda precisa avançar muito é a educação. Então a minha maior motivação é tentar mudar ainda mais a educação de Caraúbas, subir os índices de nossa educação.

Durante a campanha, qual foi a sua abordagem para conquistar os eleitores, sobretudo os homens?

Fui a primeira candidata mulher e a primeira prefeita. Pra mim foi muito difícil por ser uma cidade muito pequena, onde só tem 17% dos habitantes na sede e o restante vivendo no interior. Ainda tem muito homem com aquela ideia de machismo na cabeça e foi muito difícil. O fato de ser professora e de conhecer bem todas as localidades me ajudou muito. A minha estratégia foi essa: adentrar nas casas, pedir o apoio, pelo fato deles confiarem em mim por eu ser professora dos filhos deles. Outro desafio muito grande foi a minha idade, eu tenho 31 anos, considerada nova numa cidade interiorana.

NÚMERO DE PREFEITAS ELEITAS DO CAMPO DA ESQUERDA, POR PARTIDO POLÍTICO



Fonte : TSE



Darlene Pereira: recebeu 48 mil votos no Rio Grande (RS) após 35 dias de campanha

A assistente social Darlene Pereira (PT), de 62 anos, foi eleita prefeita de Rio Grande (RS) com 48.141 votos. Com 49% dos votos válidos, ela se tornou a primeira mulher a governar o município que, com 287 anos de história, é o mais antigo do estado.

Até 35 dias antes das eleições municipais, ela ocupava o cargo de coordenadora da campanha da Frente Popular, encabeçada por Halley Lino de Souza, que precisou se afastar da disputa por motivos de saúde.

Como foi a sua campanha?

Estava forte na coordenação da campanha do Halley; coordenei o

plano de governo e acabei tomando a decisão de assumir a linha de frente. Até porque eu era a pessoa que estava teoricamente mais preparada por conhecer o programa e estar por dentro da campanha como um todo.

Tenho um perfil que é o do diálogo, então a estratégia foi essa: escutar as pessoas, dar oportunidade para que elas falassem dos problemas que percebi na cidade, me comprometer e ser empática com muitas das coisas que a comunidade dizia, porque eu também sou da comunidade, também estamos vendo a situação da cidade, de abandono. Acabei não comprando as brigas dessa competição com os homens e isso ficou bem claro durante a campanha, que eu estava me colocando como mulher, com o

meu olhar, com a minha forma de atuar. A campanha foi crescendo de uma forma muito orgânica.

Durante a campanha, a senhora sofreu algum tipo de ataque por ser mulher?

Alguns, mas velados, né? A coisa da capacidade, tem que cuidar da emoção, não pode chorar, te emocionar, porque vão achar que você é fraca. Essa preocupação por ser mulher, que não é nem uma coisa mal intencionada, muitas vezes. É uma coisa cultural, né? Cultural, que já está. É estrutural.

Como o seu partido ajudou na campanha?

Acho que teve muito essa força das mulheres, do coletivo de

mulheres, que me acompanhou durante todo o processo da campanha e que está me apoiando agora nesse início de gestão da cota e no início da gestão. E o respeito do meu partido pela decisão, por esse papel que estou assumindo agora. Eu tentei muito o apoio não só do PT, mas de todos os partidos da base, dos oito partidos da coligação.

O que falta para que mais mulheres se sintam acolhidas e incentivadas para disputar uma prefeitura?

Acho que falta muita gente dar conta de que a gente tem o poder e tem a capacidade de enfrentar. Porque as dificuldades, elas vêm e vão continuar vindo. Então, nós precisamos ocupar esses espaços. E uma das coisas que eu acho muito importante, nesse sentido, é o exemplo. Aqui no Rio Grande do Sul, foram eleitas 39 mulheres no estado. Dessas 39, eu fui a mais votada. Sou a candidata mais velha, tenho 62 anos e gosto de dizer que a gente pode sempre.

Enquanto a gente quiser, a gente pode. E mais do que discurso, é o exemplo. Eu tenho me colocado à disposição. Talvez isso tenha mobilizado também as mulheres. De ver que a gente pode sim se colocar à disposição. Tenho procurado chamar muitas mulheres para estarem comigo na gestão. O meu gabinete está formado praticamente só de mulheres. Acho que só têm dois ou três homens aqui no gabinete. Em secretariado, eu não consegui ainda os 50%, mas a gente está perto disso, a gente está trabalhando para isso.

A senhora conseguiu levar abertamente para a população as pautas mais progressistas?

Olha, nós trabalhamos aqui abertamente com as propostas do programa de governo do PT, das bases da esquerda. Foi uma campanha que usou a bandeira do PT, que não escondeu a posição de esquerda que a gente tem e a defesa das nossas pautas. Em momento nenhum a gente se omitiu de colocar o que a gente acredita e o que a gente depende como proposta, principalmente na defesa das mulheres e no combate à violência contra as mulheres. Isso foi uma pauta importante. E foi bem complexo, porque o que acontecia? Ninguém perguntava isso para mim, ninguém falava sobre isso, porque eu estava concorrendo com quatro homens. Então, eu que tinha que provocar o assunto com eles. Era um assunto que, se eu não provocasse, ficava esquecido. Então, acabou sempre partindo de mim essa provocação.

Que tipo de pauta você acha que pegou as pessoas, que conquistou as pessoas?

Acho que tem a ver com a decepção com o governo anterior, tem muito a ver com isso e com a minha disponibilidade da participação popular, uma coisa típica da esquerda. O envolvimento da comunidade, a proposta da construção coletiva da defesa das causas sociais, foi bem forte.

E outra coisa: a cidade estava muito suja. O cuidado com a cidade é um tema importante, é uma pauta que já estou trabalhando desde o primeiro dia. Já estamos organizando mutirões, e não simplesmente mutirões de limpeza, mas mutirões envolvendo a comunidade, discutindo com ela o que é melhor, ouvindo as demandas e trabalhando junto as possíveis soluções para aquele bairro. As pessoas estão precisando falar, estavam se sentindo abandonadas, rejeitadas, mal cuidadas. Acho que ouvir as pessoas foi a grande diferença.



Mulheres trans no legislativo: do preconceito ao reconhecimento

2024 foi o ano em que, pela primeira vez, candidatos puderam declarar suas orientações sexuais e identidades de gênero à justiça eleitoral



Edy Lopes (PT), vereadora eleita em Paramoti (CE)



As eleições municipais de 2024 elegeram 26 candidatas trans. Apesar de celebrado, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) aponta que o número foi menor que o registrado em 2020, quando 30 candidatas assumiram cargos públicos.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em todo o Brasil, foram registradas 967 candidaturas de pessoas trans. Essa foi a primeira vez em que candidatos/as informaram suas orientações sexuais e identidade de gênero à justiça eleitoral.

No geral, dados mostram que a comunidade LGBTQIAPN+ mais que dobrou a sua participação na política; um salto de 97 para 225 prefeitos e vereadores, comparado a 2020.

Para o consultor de Diversidade e Inclusão, JP Polo, os avanços e conquistas de espaços da comunidade devem sempre ser celebrados, porém, chama a atenção para a falta de candidatas trans e travestis nos cargos executivos.

“Quando olhamos para o número de pessoas LGBTQIAPN+ eleitas no último ano, nas eleições municipais, tivemos um aumento considerável: foi mais que o dobro. Entretanto, se considerarmos apenas candidaturas de pessoas trans e travestis, tivemos um número menor de eleitas, comparado a 2020. E, destas, nenhuma das 27 pessoas trans eleitas foi para o Executivo, apenas para as Câmaras Municipais”, aponta.

Eleita no município de Paramoti, no Ceará, a vereadora Edy Lopes (PT)

celebra sua vitória, que considera como um fortalecimento na luta por visibilidade e direitos das pessoas LGBTQ+.

“Uma grande vitória para a comunidade e um grande passo, principalmente nesse período que estamos vivenciando, onde dentro da própria política estão querendo fazer o retrocesso para/com os nossos direitos e existência. Registra um fortalecimento, para podermos, cada vez mais, dar visibilidade e seguirmos com a nossa luta por direitos”, destaca.

Eleições violentas

O ano eleitoral também foi marcado pelo crescente número de violências políticas por gênero e raça. Segundo informa a 3ª edição da pesquisa Violência Política e Eleitoral no Brasil, produzida pelas organizações Terra de Direitos e Justiça Global, os casos registrados no período pré-eleições de 2024 foram 130% maiores do que nos anos anteriores.

Lançado em dezembro de 2024, o estudo identificou 299 casos de violências políticas entre novembro de 2022 e 15 de agosto de 2024. Desse total, 145 ocorreram somente no ano de eleição; 14 dos registros foram de assassinatos.

Os casos mapeados pelas organizações levaram em conta aqueles que tinham indícios de motivação política, com agressões físicas, ameaças, atentados, violências, assassinatos, ofensas e criminalização.

De acordo com a pesquisa, os números totais mostram que,

Vereadora Edy Lopes:
“Precisamos estar cada vez mais nos fortalecendo, para que a gente tenha mais força e presença nesses espaços partidários, políticos e defender a nossa causa. Não podemos jamais desistir”.

a cada um dia e meio do ano de 2024, um caso de violência política acontecia no Brasil. Comparado aos anos eleitorais anteriores, em 2018, os crimes de violência política aconteciam uma vez a cada 8 dias. Em 2020, foram registrados um caso a cada 7 dias.

“Em meu município, onde corri como vereadora, não sofri preconceitos, nem fui violentada física ou moralmente, mas falo isso dentro da minha realidade, em Paramoti. Porém, infelizmente, essa não é uma realidade em todo o Brasil”, conta a vereadora Edy.

Foram registrados casos de violências políticas e eleitorais em 24 estados e no Distrito Federal, destaca a pesquisa. A região Sudeste aparece com o maior índice de ocorrência, contabilizando 38,1% do total; em sequência, vem a região Nordeste, somando 29,8% dos episódios; e o Centro-Oeste, com 15% do total.

De todas as unidades federativas, quatro estados concentram a maioria dos casos de violência política: São Paulo (53), Rio de Janeiro (32) e Bahia e Minas Gerais, com 25 ocorrências.



JP Polo: avanço da diversidade na política significa resistência e quebra de estereótipos

Os estados com o maior número de casos registrados de violência política: São Paulo (53), Rio de Janeiro (32), Bahia e Minas Gerais (25)

“Ainda temos muito a evoluir para termos representatividade nesses espaços públicos de decisão, para que as pautas que afetam a população sejam levadas a plenário e políticas públicas possam se tornar realidade”, enfatiza JP Polo.

“O número de pessoas LGBT-QIAPN+ mortas no país é altíssimo, sobretudo pessoas trans e travestis. É ainda muito brutal viver - para além de sobreviver - no Brasil. É necessário pensar em saúde básica e específica para essa população, assim como acesso a uma educação de qualidade e que não expulse essas pessoas da escola por não saber lidar com as diferenças. Sem falar em emprego digno em espaços seguros, que é o mínimo. Ou seja, avanços tivemos, mas ainda lutamos por direitos básicos... Sim, o caminho é longo e nós não voltaremos para os armários!”, completa o especialista.

Os dados ainda mostram que, entre as mulheres em cargos eletivos, a intimidação é recorrente. Fator esse que resulta em desestímulo de mais mulheres cis e trans em ocupar um espaço público e cargos de representação de poder.

O relatório feito pela Terra de Direitos e Justiça Global mostra que mulheres negras, cisgêneras e transexuais foram alvo de 63 casos, totalizando 21% dos casos.

Devido à baixa representação dessas em cargos eletivos, o número de ocorrências é visto com preocupação.

“Precisamos estar cada vez mais nos fortalecendo, para que a gente tenha mais força e presença nesses espaços partidários, políticos e defender a nossa causa. Não podemos jamais desistir”, reitera a vereadora Edy Lopes, que tem a luta por mais direitos e inclusão como uma de suas perspectivas para o mandato.

Espaços conquistados

Os resultados das eleições municipais mostram o avanço da diversidade ocupando cada vez mais os espaços políticos. Além de ganhos na representatividade e fortalecimento da luta por direitos da comunidade LGBTQIAPN+, para JP Polo, esse avanço também significa resistência e quebra de estereótipos.

“Por muitas décadas e ainda hoje, a sociedade “carimbou” a população trans e travesti, estigmatizando-a e permitindo apenas que ocupassem espaços de marginalidade e violência na sociedade. Ter representantes não somente na política, eleitas democraticamente, mas também em outros diversos espaços, podendo se desenvolver e mostrar seus talentos, é importante para marcar um território e, simbólica e materialmente, dizer que não aceitaremos retrocessos e, portanto, resistiremos”, destaca.

SÔNIA LIVRE!

Sônia Maria de Jesus, 50 anos, mulher negra e surda, foi resgatada em situação de trabalho análogo à escravidão em 2023 mas, com o aval da justiça, acabou retornando à casa daqueles que são acusados de mantê-la em cárcere.

Conheça o caso que, segundo a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, expõe uma grave falha no sistema de proteção às vítimas de trabalho escravo doméstico, especialmente em situações envolvendo pessoas com deficiência.

O Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina recebeu uma denúncia anônima sobre uma situação de trabalho doméstico análogo à escravidão na casa do desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), Jorge Luiz Borba. Após confirmar a robustez da denúncia, buscou a Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego para organizar uma ação fiscal.

A ação fiscal ocorreu no dia 6 de junho de 2023. “Meia hora antes da equipe ir para a casa do desembargador, a informação sobre a ação fiscal vazou para a imprensa. Quando os fiscais, procuradores do MPT e MPT e o Defensor Público da União chegaram, então, já poderia ter acontecido alguma alteração no local. Ainda assim, a equipe encontrou o quarto onde Sônia Maria de Jesus dormia, fora de casa, em uma edícula mofada”, conforme relatado na Ação Civil Pública interposta pelo MPT.

Poucos dias depois da ação, Sônia foi levada para uma casa de acolhimento a vítimas de violência contra a mulher e permaneceu nesse espaço por apenas três meses, quando o ministro Mauro Campbell decidiu permitir que a família Borba se encontrasse novamente com a Sônia, “se ela assim desejasse”.

“Isso causou muita surpresa. Primeiramente porque foi o ministro Mauro Campbell que analisou o processo e o inquérito, então, do Ministério Público do Trabalho, e que entendeu que a ação fiscal

poderia ser realizada. Segundo, causa espanto porque Sônia, uma mulher analfabeta em português e libras, estava numa casa de acolhimento e ele permitiu que quem foi acusado de a escravizar a visitasse, o que não acontece na política pública e nunca havia acontecido”, ressalta Luciana Carvalho – Auditora Fiscal do Trabalho e Coordenadora Estadual dos projetos de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mundo do Trabalho, Combate ao Trabalho Infantil e Aprendizagem Profissional em SC pelo Ministério do Trabalho e Emprego que colaborou com a equipe que realizou o resgate para encontrar local seguro para Sônia residir, ter convivência comunitária e receber aulas de libras e português.

A Defensoria Pública da União entrou com um pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o encontro não ocorresse, que foi analisado pelo ministro André Mendonça, que revalidou a decisão do ministro Mauro Campbell. Nessa decisão, o ministro Campbell disse que se ela manifestasse a vontade de voltar, isso poderia acontecer, porque ela era “como se fosse da família”. Isso é um argumento que não existe no mundo do direito. Infelizmente o ministro André Mendonça liminarmente concordou com o argumento e a visita aconteceu.

Reencontro com a família originária

“Na verdade, nós é que fomos encontrados. Ela foi levada da

minha mãe aos nove anos de idade. E minha mãe viveu nessa busca árdua a vida inteira, até que ela morreu, em 2016”, conta Marta de Jesus, irmã caçula de Sônia.

Ela relata que o primeiro reencontro com as irmãs mais velhas, Marlene e Cida, aconteceu em setembro de 2023, três meses depois de Sônia ser resgatada: “Foi bem conturbado. O encontro foi no prédio da Polícia Federal e estava marcado para acontecer das 10 horas da manhã ao meio-dia, mas aconteceu em 40 minutos, com muitas imposições, com muitas exigências por parte do desembargador [Jorge Luiz de Borba]. Inclusive, ele participou da primeira visita, junto com todo mundo”, ressalta.

Sônia tem seis irmãos que moram em Osasco (SP) e já estão organizados para recebê-la. “A gente entende que a Sônia tem demandas que precisam ser atendidas, por exemplo, alguém que esteja à disposição para levá-la a algum serviço médico, para as aulas de Libras e acompanhamento psicológico. Então, dentre os seis irmãos, a gente entende que é necessário que um de nós tenhamos essa disponibilidade para ficar com ela, e isso também já foi resolvido. Um dos irmãos, no caso a Marisa, vai ficar com essa tarefa de sair do trabalho e dar o suporte necessário, e os demais irmãos contribuem financeiramente”, descreve a irmã caçula.

Em busca da liberdade

O caminho para Sônia finalmente retomar para a sua família



Os seis irmãos de Sônia tiveram oportunidades de estudo e trabalho decente que foram negadas à Sônia

originária ainda é incerto. Após o resgate, a família Borba pediu a adoção de Sônia, o reconhecimento da relação socioafetiva e segue argumentando que ela é “da família”.

“O argumento é sempre o bem-estar de Sônia, para negar que ela conviva com sua família originária. Isso vindo de pessoas que não deram educação para essa menina, que não deixaram que ela tivesse convivência comunitária, que não fizeram sequer os documentos dela.

Sônia foi ter o primeiro documento em 2019, já com mais de 40 anos, foi ter plano de saúde em 2021”, indigna-se a auditora fiscal Luciana Carvalho. “A irmã caçula de Sônia, que geralmente fala em nome da família de Jesus, é formada em serviço social, tem um irmão que é técnico de segurança do trabalho. Todos os seis irmãos têm em comum que aprenderam a ler, a escrever, e estudaram, o que não aconteceu com a Sônia”, detalha.

Movimento Sônia Livre: campanha em defesa da liberdade de Sonia Maria de Jesus. Petição online mobiliza assinaturas para que a Constituição Federal seja cumprida

**ACESSE O SITE
OFICIAL DA
CAMPANHA**



“A gente tem a felicidade e a alegria de descobrir que ela está viva, entretanto, o caso da Sônia deixa explícitos as desigualdades sociais, as expressões da desigualdade social, porque é uma questão política, financeira, racial, de gênero, tudo se mistura, e o resultado é um só: quem pode mais tem direito a mais direitos, e quem pode menos tem direito de menos”, avalia Marta de Jesus.

Para ela, a necessidade pode levar qualquer pessoa a uma situação de exploração: “Imagina uma pessoa deficiente que não fala, que não escuta, que não tem instrução, que nunca estudou, que nunca socializou com ninguém, que não sabe que tem família. Aí é uma situação que se perpetua se não tiver alguém que fale por ela”, analisa.



Ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo

Segundo a ministra Macaé Evaristo, o caso expõe uma grave falha no sistema de proteção às vítimas de trabalho escravo doméstico, especialmente em situações envolvendo pessoas com deficiência.

Mobilização

O movimento pela liberdade de Sônia conta com o apoio de diversas entidades de classe e movimentos sociais. “Precisamos de pressão. Pressionar para que o ministro André Mendonça envie o Habeas Corpus para a segunda turma do STF, para a segunda turma julgar com base nos autos (e libertá-la). Também reivindica para a Justiça do trabalho julgar a Ação Civil Pública garantindo os direitos trabalhistas de Sônia e para a Justiça de Santa Catarina julgar improcedente a ação de reconhecimento socioafetivo pleiteada pela família Borba”, resume Luciana Carvalho.

“Também é preciso pressionar para que a Justiça possa julgar em favor do auditor fiscal do trabalho Humberto Camasmie, que não violou sigilo profissional”, acrescenta. O Conselho Nacional de

Justiça recomendou ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) que garanta o respeito aos direitos fundamentais da Sônia Maria de Jesus e ao STF que promova o julgamento de mérito do HC nº 232.303, assegurando prioridade na tramitação.

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) acompanha de perto o caso de Sônia. Segundo a ministra Macaé Evaristo, o caso expõe uma grave falha no sistema de proteção às vítimas de trabalho escravo doméstico, especialmente em situações envolvendo pessoas com deficiência. Além disso, o MDHC está em fase de reformulação do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, que incluirá protocolos específicos para populações em situações de maior vulnerabilidade.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA PRÁTICA

Passados mais de vinte anos desde a sanção da Lei 10.639/2003 que obriga o ensino da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas, a legislação ainda enfrenta dificuldades para ser aplicada nas salas de aulas. Mas exemplos como o da Rede de Professores Antirracistas, no Rio de Janeiro, podem ser inspiradores para aumentar a adesão da disciplina

Lavini Castro,
professora e
escritora carioca

Avontade de compartilhar seu aprendizado com mais pessoas foi o que motivou a professora e escritora carioca Lavini Castro a criar a Rede de Professores Antirracistas. Em 2020, quando havia finalizado seu mestrado sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais, sentiu o despertar de uma nova missão na promoção de uma educação básica mais diversa. Dessa vez, que mais educadores/as brasileiros/as se sentissem encorajados/as e sensibilizados/as a difundirem uma educação antirracista nas salas de aulas de suas escolas.

“A rede surgiu próximo ao início da pandemia de Covid-19. Eu tinha acabado de finalizar o meu mestrado e queria compartilhar tudo aquilo que tinha adquirido de conhecimento em dois anos de estudo... Em minha pesquisa sobre o entendimento dos entraves que o fundamentalismo religioso causa dentro da dinâmica de aprendizagem sobre a Cultura e História Afro-Brasileira, estudei autores negros do universo de relações étnico-raciais, e aprendi tanta coisa que queria compartilhar com meus colegas”, conta.

As mudanças trazidas pelo período de isolamento na época, principalmente pelo novo modelo de convivência e relacionamentos virtuais, não impediram que o projeto saísse do papel. Pelo contrário, deram ainda mais gás para a educadora, que já se identificava com as redes sociais, construir uma rede que pudesse alcançar professores de diferentes lugares do país.

“Nesse período, a gente passou a viver uma cultura online, e eu comecei a compartilhar meu trabalho por meio de transmissões ao vivo nas redes sociais e em cursos virtuais. Assim, foi surgindo a Rede de Professores Antirracistas que temos hoje”, relata.

Mobilização

Segundo Lavini, a Rede funciona como um coletivo de professores que se identifica com a perspectiva de uma educação mais diversa e antirracista. São trabalhadores que almejam que as práticas pedagógicas dentro das escolas passem a contemplar temas como raça, racismo, desigualdades, justiça social, bem como a valorização da história e cultura afro-brasileira.

“Nos organizamos em rodas de conversa agendadas e em videocast com os professores, transmitido pelo YouTube, para discutir as necessidades, limites e ações desenvolvidas no chão da escola para as relações étnico-raciais”, explica.

A Rede hoje produz desde materiais pagos e gratuitos. “Lançamos um curso inteiramente gratuito sobre como desenvolver uma educação antirracista na prática. Em outra oportunidade, junto com a Secretaria Municipal de Educação de Cabo Frio (RJ), realizamos uma formação com professores com palestras”, conta.

O outro lado da história

Para a professora Lavini, trabalhar os temas étnico-raciais na educação é mais do que apenas a garantia da diversidade. É também uma forma de despertar o senso de pertencimento, orgulho entre os estudantes, promovendo uma visibilidade positiva sobre grupos de pessoas negras, indígenas e quilombolas, historicamente marginalizados e que tiveram seus passados silenciados e reescritos sob outros contextos, como a escravidão, por exemplo.



Foto: Arquivo Pessoal

Lavini defende que a educação antirracista seja desenvolvida desde a educação infantil, para que as crianças já cresçam familiarizadas com a diversidade do mundo em que vivem



Para a educadora, a educação antirracista é um modo de questionar os problemas da sociedade e contar a história e contribuição de grupos historicamente marginalizados

“Não são contadas as outras partes da história em que esses grupos também existiram e contribuíram para a nossa sociedade... Trabalhar essa temática de um jeito que funcione é como um despertar para entender as necessidades de boas relações raciais... é importante para que as nossas crianças cresçam entendendo a sua representatividade de participação nessa sociedade, vão entender o seu pertencimento positivo, terão orgulho de pertencer à história desses grupos”, avalia.

“É uma forma de fazer com que a história reconheça os problemas causados em uma determinada época e que deixaram, infelizmente, um legado do racismo na nossa sociedade”, completa.

Sancionada em janeiro de 2003, a regra altera a legislação máxima da educação brasileira, a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Um marco importante no combate ao racismo e na luta pelos direitos do povo negro, mas que enfrenta dificuldades na sua aplicação.

Entaves e preconceitos

“Ainda há muitos desafios”, avalia Lavini sobre a aplicação da lei. 10.639/03. “Tem muita gente que ainda acredita no mito de uma democracia racial, que tudo é questão de mérito, ‘se eu correr atrás, eu consigo’, e que não compreendem que existe uma estrutura socioeconômica que atrapalha muitas pessoas a mudarem a sua condição socioeconômica”, destaca.

Outros fatores, como conservadorismo e fundamentalismo religioso, também são aspectos que têm dificultado a promoção de um ensino mais diverso nas escolas.

Em novembro de 2024, uma professora da rede pública do Distrito Federal foi exposta nas redes sociais de um parlamentar distrital e acusada de estar cometendo um crime ao lecionar a disciplina optativa de História e Cultura Afro-Brasileira com seus estudantes.

Em vídeo, o deputado ainda afirma ter denunciado a educadora ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por “fazer rituais de magia em sala de aula”. “Incute na cabeça das crianças uma religião afro e as leva a falar, nomes e cultuar essas entidades. Isso é um crime”, disse na postagem.

Em resposta, a diretoria da escola divulgou uma nota de repúdio contra as falas do deputado, afirmando serem acusações injustas contra o trabalho da professora. A direção reforçou o apoio

integral ao trabalho realizado pela educadora e enfatizou o seu compromisso com a educação inclusiva e respeitosa.

“A disciplina faz parte do catálogo oficial de disciplinas da SEEDF e visa promover o respeito e o reconhecimento das contribuições culturais e históricas desses povos na formação do Brasil. É essencial que os alunos recebam uma educação plural e que respeitem a diversidade cultural e religiosa”, explicou a escola.

“Não toleramos qualquer forma de preconceito, inclusive a intolerância religiosa. Nossa escola permanece um espaço de promoção do respeito às diferenças e de aprendizado livre de discriminação”, salientou.

A gestão da instituição também protocolou uma denúncia contra o parlamentar na Comissão de Educação da CLDF. “Muitos educadores querem falar sobre capoeira, umbanda, candomblé dentro da

escola sem ser em um sentido de conhecimento religioso, mas sim como aspectos que fazem parte da cultura brasileira, para que se tenham outras formas de visão sobre o mundo e do que foi passado pelos povos africanos e pelos indígenas... então é difícil quando precisamos falar de diversidade e tem gente que não quer que o assunto seja abordado, aprendido e discutido”, afirma Lavini.

Educação antirracista, na prática

Apesar de a Lei 10.639/2003 não incluir a educação infantil entre as etapas obrigadas a ter o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, a professora Lavini defende que esse seja um tema naturalizado desde os primeiros anos do ensino com as crianças e amadurecido conforme as etapas da educação básica. Ela compartilha, ainda, as diferentes formas de trabalhar um

ensino mais plural na rotina pedagógica, sem que este tema fique restrito a uma única disciplina.

Para ela, uma vez que a educação para as relações étnico raciais é trabalhada nas escolas, abre-se a possibilidade de questionar as ausências e os problemas que existem na sociedade. “O próprio racismo que existe na sociedade reverbera dentro das escolas, então, quando a gente ensina a história e cultura afro-brasileira para impactar os estudantes de maneira positiva sobre os elementos desses grupos, fazemos com que reverbere naquela sala de aula uma nova visão e memória, de valorização, de existência e contribuição, de quebra de estereótipos e os silêncios que existem”, diz.

“Projeta um futuro onde todas as pessoas nessa diversidade étnico-racial se vejam representadas, atuantes e se enxerguem como sujeitos participativos da história que estamos vivendo”, considera.

Por meio de palestras e videoconferências, a educadora promove rodas de conversas e debates em prol de uma educação antirracista



Foto: Redes Sociais/YouTube

Para cada etapa escolar, abordagem distintas

Foto: Divulgação



Foto: Divulgação



Foto: Youtube



“Um professor com intencionalidade pedagógica para promover a mudança é capaz de criar um modelo ideal de como poderia ser a nossa sociedade”, lembra Lavini, que apresenta, a seguir, algumas recomendações específicas de como abordar o antirracismo em sala de aula em diferentes etapas da vida escolar.

Educação Infantil: Nessa etapa, a educadora resalta a importância de que já seja iniciado um trabalho de reconhecimento positivo das histórias afro-brasileiras, quilombolas e indígenas. Com o estímulo de imagens, histórias e elementos que remetem à cultura desses grupos. O intuito é naturalizar para as crianças, desde cedo, a diversidade do mundo em sua volta.

"Ela (a criança) vai se acostumar com a existência de uma boneca negra, com a existência de um ritmo musical, de elementos, jogos e brincadeiras. Então, a contação de histórias, contato com brinquedos e música dentro da educação infantil é uma boa maneira de implementar a lei nessa faixa etária", informa.

Ensino Fundamental: A partir do ensino fundamental, deve-se aliar a contação de histórias à introdução de problematizações que estimulem os estudantes a questionarem o porquê do problema existir no nosso país e por que não aprendemos tanto sobre.

Ensino Médio: Já no ensino médio, a abordagem pode ir mais além, com a promoção de debates e pesquisas, por exemplo. Nessa etapa, Lavini recomenda que os estudantes passem a gerar a sua própria opinião a respeito do racismo.

Leia com a câmera
do seu celular o
QR Code para
acessar o canal no
YouTube da **Rede
de Professores
Antirracistas**





Daiana Santos

Sanitarista formada pela UFRGS, educadora social e promotora da saúde da população negra. Atualmente, ocupa o cargo de Deputada Federal (PCdoB/RS), sendo a primeira parlamentar negra e lésbica eleita pelo Rio Grande do Sul. É presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e Ciência e coordenadora do Eixo Violência Política contra a Mulher no Observatório Nacional da Mulher na Política.

Persistir é um ato revolucionário

A violência política contra as mulheres é uma tentativa deliberada de nos silenciar, de limitar a nossa participação nos espaços de poder, e de deslegitimar as nossas vozes. É um ataque à democracia e ao princípio da igualdade, que deve ser combatido com a mesma veemência que todas as outras formas de violência de gênero.

Nas condições de candidatas a um cargo público, as mulheres são ameaçadas, interrompidas, desqualificadas, violadas, difamadas e desencorajadas. Infelizmente, muitas não conseguem vencer as barreiras impostas.

“

Não há dúvidas que, independente do perfil, as mulheres que ocupam cargos públicos são alvos frequentes de ataques que visam desqualificá-las e impedir seu trabalho político.

”

Em relação às mulheres eleitas, as violações assumem um novo formato. Em geral, tentam nos excluir de debates importantes, questionam nossa aparência física e forma de se vestir, questionam as nossas vidas privadas. Em outros casos, põem em nossa

integridade física. Em casos extremos, nos matam.

Não há dúvidas que, independente do perfil, as mulheres que ocupam cargos públicos são alvos frequentes de ataques que visam desqualificá-las e impedir seu trabalho político. Entretanto, não há como falar de violência política de gênero sem interseccionar. São as mulheres negras, indígenas e LGBTQIAP+ os principais alvos de ataques.

Lélia Gonzalez, uma das vozes mais poderosas do feminismo negro no Brasil, nos ensinou que o racismo e o machismo são ferramentas de poder que se entrelaçam para manter o status quo.

Quando uma mulher negra se levanta para ocupar um espaço de poder, ela desafia essas estruturas, e a reação muitas vezes é violenta. Gonzalez nos alertou que a violência contra a mulher negra, especialmente em espaços de poder, é uma estratégia de manutenção das hierarquias raciais e de gênero.

É exatamente isso que vivemos no Brasil de hoje: uma tentativa de manter as mulheres, sobretudo as negras, fora dos espaços de decisão e poder.

Sou a primeira mulher negra e lésbica eleita Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul, estado com marcas profundas do racismo sistêmico.

“

De 2021 até 2024, o Ministério Público Federal contabilizou 215 suspeitos de cometer violência política de gênero. Isso representa uma média de seis casos por mês. De 175 casos monitorados, apenas 7% resultaram em ações penais eleitorais.

”

Em 2021, quando ainda ocupava uma cadeira como vereadora da Câmara Municipal de Porto Alegre, recebi a minha primeira ameaça de morte. Neste caso, expondo o viés racista desse ataque, o e-mail também foi direcionado para outros integrantes da Bancada Negra.

Já em 2023, entre inúmeras outras tentativas de silenciamento, recebi ameaças de "estupro corretivo" apenas por ser quem sou e ocupar este espaço de poder. É preciso nomear isso: racismo, misoginia e lesbofobia política.

Ao longo de 2024, atuei como presidenta da Comissão dos Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara das Deputadas e dos Deputados. Em praticamente todas as sessões membros de partidos da extrema-direita tentaram me silenciar e me ensinar de que forma eu deveria me portar como presidenta da Comissão, entre outros atravessamentos. A postura desses parlamentares não é aleatória. Usar o grito para tentar defender o seu ponto de vista contra uma mulher tem nome: é violência política de gênero.

Esses comportamentos têm o objetivo de desencorajar outras mulheres a participar da vida pública, criando um ambiente político cada vez mais hostil e excludente.

Os números do Monitor da Violência Política de Gênero e Raça, do Instituto Alziras, refletem o cenário atual. De 2021 até 2024, o Ministério Público Federal contabilizou

215 suspeitos de cometer violência política de gênero. Isso representa uma média de seis casos por mês. De 175 casos monitorados, apenas 7% resultaram em ações penais eleitorais.

Precisamos monitorar, denunciar e combater todas as formas de violência política. Ou seja, criarmos estratégias concretas para fortalecer redes de proteção e denunciar. Isso passa pela aprovação de leis que garantam a segurança das mulheres na política. As leis precisam ser mais severas e específicas para esses tipos de crimes e é necessário que haja mudança cultural profunda que valorize a pluralidade e a representatividade.

A organização Vote LGBT vem desempenhando um trabalho exemplar ao mapear e enfrentar as diversas formas de violência política que atingem essa população: a iniciativa Sentinela acolhe de forma confidencial denúncias de violência política contra pessoas LGBTI+. Em agosto do ano passado, quando recebi um e-mail com uma ameaça de morte, escrevi um artigo. Na ocasião, pontuei que "a representatividade, quando atrelada ao compromisso com os direitos humanos e a justiça social, de fato, resulta na construção de políticas públicas que mudam a sociedade". Essa mudança não acontece sem resistência, porque desafiar estruturas de poder historicamente excludentes provoca reações violentas daqueles que se opõem à ampliação da democracia.

É exatamente isso que esses criminosos covardes não querem: que avancemos, que ocupemos os espaços, que façamos valer nossa voz e nossos direitos. Mas seguimos firmes, porque nossa luta não é individual, é coletiva. E a história nos mostra que, apesar das tentativas de silenciamento, a resistência sempre encontra novos caminhos para florescer. Persistir é, e sempre será, um ato revolucionário.

Transformar a educação pública, a missão



Conheça as histórias de educadoras que, com dedicação e criatividade, têm contribuído para mudar a realidade de centenas de estudantes através de um ensino emancipador

Por: **Ana Paula Sousa**



Samira Moreira,
35 anos, São
Paulo.

"Somos agentes de influência e transformação para os nossos educandos. Como dizia nosso patrono da educação, Paulo Freire, 'Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente.'"

“Ensinar é um ato político e precisamos nos unir”

Desde a adolescência, a dedicação pela educação já era algo intrínseco na vida de Samira Moreira Guergolett, 35. Educadora pública na maior metrópole do país, São Paulo, há quase quatro anos, ela coleciona os desafios de trabalhar nas escolas periféricas do estado.

Aos 16 anos, Samira já era militante ativa no movimento estudantil em defesa de uma educação democrática e de qualidade. Participou de várias lutas junto a outros estudantes ao ingressar no ensino técnico na Etec São Paulo (Etesp), durante o ensino médio regular, na Escola Estadual Loureiro Júnior, e posteriormente na Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec).

“Mesmo tendo atuado em multinacionais e no serviço público, como o Metrô de São Paulo, sempre senti que meu lugar era dentro da educação”, confessa.

E foi para lá que ela retornou, dessa vez como educadora, mas com a mesma certeza de quando era adolescente. “Meu coração está na luta pelos estudantes e pela construção de uma educação democrática e com equidade, sem qualquer distinção”, enfatiza.

Educação que acolhe

Em 2023 o trabalho de Samira passou a impactar a vida de centenas

de estudantes na Zona Norte de São Paulo. Na Escola Estadual Heróis da FEB, foi responsável por implementar o projeto “Tutoria Pedagógica Bilingue”. Nele, ela trouxe luz à situação dos estudantes estrangeiros em extrema carência que a escola atendia, a fim de proporcionar uma experiência mais acolhedora em suas novas rotinas.

Ela conta como, nos últimos anos, a região recebeu imigrantes de países como Angola, Paraguai, Bolívia, Haiti e República Dominicana. E muitos alunos que eram matriculados nas escolas se viam inseridos em uma nova realidade sem ao menos compreender a língua portuguesa, costumes, leis e culturas locais, dificultando não só o desenvolvimento da aprendizagem, como as interações sociais com os outros estudantes.

Filiada ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), a professora e seu projeto foram vencedores pela região Sudeste na primeira edição

do Concurso Juventude que Muda a Educação Pública, da CNTE.

“Participar do Concurso com o projeto foi uma conquista que me abriu portas para continuar essa e novas iniciativas”, conta.

“Ganhar esse prêmio me levou a Brasília, onde pude apresentar o projeto na Conferência Nacional de Educação (Conae 2024). Tive a honra de conhecer e receber os cumprimentos do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Após tudo isso, fui selecionada para realizar a formação em nível nacional ‘Culturas em Diálogo: Educação e Diversidade’, promovida pelo grupo Mais Unidos e a embaixada dos Estados Unidos, tendo como finalização a criação de um e-book sobre educação antirracista, e também fui convidada para participar dos eventos do G20 Brasil- 2024, no Rio de Janeiro”, celebra.

Conquistas coletivas

Embora as dificuldades presentes na educação pública, sejam

Projeto “Tutoria Pedagógica Bilingue”, implementado pela professora Samira Moreira: acolhimento de alunos estrangeiros



Foto: Arquivo pessoal

essas estruturais ou ambientais, para a Samira, cada conquista alcançada traz a emoção e a certeza de estar contribuindo positivamente na jornada de cada estudante que já passou em sua classe.

“A sala de aula é sempre um ambiente de muitos desafios. É necessário compreendermos a realidade complexa que os nossos alunos carregam, sobretudo quando se trata de escolas periféricas. É desafiante trazer, todos os dias, metodologias de autoconhecimento, buscando sempre uma educação antirracista e inclusiva”, diz.

“Mas, com toda certeza, tenho somado inúmeras situações de profunda emoção dentro da minha profissão”, reitera. “Tenho muito orgulho das conquistas de cada um dos meus alunos que hoje estão em grandes universidades públicas e privadas, que conquistaram notas quase máximas em suas redações, e lembram das minhas aulas de literatura e interpretação enquanto cursam o ensino superior. Alunos estes que inclusive já lançaram livros e conquistam cada vitória com muito orgulho de sua história”, compartilha.

Para ela, educar é um ato de inspiração com alta capacidade de transformar realidades e possibilitar aos estudantes vislumbrar um novo horizonte através dos olhos e palavras do professor. “A quem pensa em iniciar na docência, eu diria que há um universo de possibilidades, mas é necessário ter em mente as dificuldades do nosso dia a dia”, considera.

Em uma tarefa desafiadora e com tamanho poder de impacto, ela destaca ser essencial se manter com espírito e mente de quem sempre aprende e se aperfeiçoa em prol de oferecer a melhor aula e ensino emancipador.

“Somos agentes de influência e transformação para os nossos educandos. Como dizia nosso patrono da educação, Paulo Freire, ‘Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente.’ Não é fácil o dia a dia, mas ver o quanto podemos marcar a vida de cada aluno de forma positiva é incrível. Ensino é um ato político e precisamos nos aproximar, nos unir enquanto classe e nos manter firmes em nosso espírito de luta”, reitera.

Novos caminhos, grandes oportunidades

Mais da metade da graduação em direito já havia sido concluída quando Vitória Nicolini Nunes, 32, decidiu tomar novos rumos em sua vida profissional. Amante da disciplina de História e vinda de uma família de muitos educadores, em um primeiro momento, o trabalho em sala lhe causava um certo temor, apesar de admirar a profissão.

Projeto “O Brasil que Jean-Baptiste Debret Viu X o Brasil que Nós Vemos”, da professora Vitória Nicolini

“Logo que me formei no Ensino Médio, ingressei no curso de Direito. Foram três anos cursando. Fiz estágio na área, mas não me via exercendo a profissão. Decidi, então, ingressar no curso que sempre foi a minha matéria preferida na escola: História”, compartilha a educadora do Rio Grande do Sul.

Durante a jornada de uma nova formação, foi aprovada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). “Me ajudou muito a encarar o ‘temor’ que eu tinha das salas de aula”, relata.

“Sempre admirei a carreira, pois tenho familiares que exercem essa profissão. Então, decidi unir uma área que eu já gostava com uma profissão que eu também admirava. E para a minha sorte, as salas de aula se mostraram fascinantes desde a minha primeira oportunidade profissional”, declara.



Foto: Arquivo pessoal

Vitória Nicolini,
32 anos, Rio
Grande do Sul.

"São vários os
desafios. Mas em sala
de aula, o principal é a
ausência das famílias.

Uma família que
acompanha a vida
escolar de seus
filhos faz toda
a diferença."



Foto: Kaelide Corrêa

Reconhecimento

Uma das mais valiosas recompensas para a educadora tem vindo dos laços de carinho e reconhecimento com seus estudantes, que perduram mesmo após o encerramento dos ciclos de aprendizagem.

“É extremamente gratificante rever os alunos e eles ainda lembram de mim com carinho. Antes do conteúdo, eu gosto quando eles compartilham comigo os momentos de suas vidas, as dúvidas, angústias e realizações. É a maior recompensa possível”, afirma.

Em 2023, o empenho de Vitória para o desenvolvimento humano, crítico e pedagógico de seus estudantes a colocou em locais de destaque nacional. Com a implementação do projeto “O Brasil que Jean-Baptiste Debret Viu X o Brasil que Nós Vemos”, a educadora foi uma das vencedoras do Concurso Juventude que Muda a Educação Pública pela região Sul.

Promovida pela CNTE, a seleção busca dar visibilidade ao trabalho que tem sido feito por educadores jovens em todo o Brasil, em prol de uma educação de qualidade, democrática e emancipadora aos estudantes da rede pública de ensino básico.

Em seu projeto, a professora trabalhou a análise sobre as marcas da escravidão no Brasil, com auxílio das obras produzidas pelo pintor e ilustrador francês, estimulando alunos e alunas a enxergarem a sociedade em que vivem para além de suas realidades.

Segundo ela, os pontos principais do trabalho eram conseguir promover um experimento que aprofundasse melhor as questões voltadas para a valorização da cultura afrodescendente e para o combate ao racismo entre os estudantes do oitavo ano.

Filiada ao Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) entre os anos de 2019 e 2023, Vitória reconhece o papel dos sindicatos como um instrumento de luta para a valorização dos profissionais no seu estado.

“São vários os desafios da docência. Mas em sala de aula, o principal é a ausência das famílias junto à educação das crianças. Uma família que acompanha a vida escolar de seus filhos faz toda a diferença no

processo de aprendizagem dos estudantes. Mas eu sou otimista com o futuro, então, sempre espero que as coisas mudem para melhor, mesmo diante das dificuldades que a gente enfrenta na carreira”, avalia.

“Minha perspectiva é de esperança, com valorização dos trabalhadores da educação, não só financeira, mas também perante a sociedade. Quem busca entrar na profissão precisa ter em mente que, mais importante que o conteúdo, é ter em mente que estamos lidando com seres humanos. Muitas vezes, a escola é o lugar mais feliz que aquela criança frequenta, então, tente tornar essa experiência agradável. Um ambiente de aprendizagem gentil e acolhedor faz toda a diferença”, aconselha a educadora.

Educação de corpo e alma

A paixão pela dança e a vontade de transformar vidas por meio da arte se movem em sincronia na vida de Viviane Santos, 33. Celebrando uma década como educadora no Rio Grande do Norte, ela compartilha os aprendizados e ensinamentos diários que encontra na profissão, que vão para além do corpo em movimento.

A educadora ainda cursava licenciatura em dança pela Universidade Federal de seu Estado, quando deu seus primeiros passos no ensino. “Seguir carreira na educação foi pensar em transformar vidas por meio de uma coisa que eu mais amava fazer, que era dançar. Foi um dos maiores impulsionadores para realizar esse desejo”, conta.

“
**Voltar a trabalhar
depois da licença
maternidade,
enfrentar os
desafios na
escola, vivendo
uma nova
realidade, como
mãe, foi algo que
me transformou
muito**”

A close-up portrait of a young woman with long, dark hair, wearing a teal halter-neck top. She is holding her hands up to her face, with her fingers spread, partially obscuring her eyes. The background is a bright, slightly blurred outdoor setting, possibly a beach or a field. The lighting is warm, suggesting late afternoon or early morning.

Viviane Santos,
33 anos, Rio
Grande do Norte.

“Ver o ensino
impactar a vida
das crianças,
com o poder da
transformação
que a dança tem,
foi incrível.”

Foto: Borges Polyguar

E nessa jornada, os estudos nunca estiveram fora de foco. Hoje, especialista em Dança Educacional pela Faculdade Censupeg e mestre em Arte pela UFRN, a professora transmite aos estudantes da Escola Estadual Zila Mamede, em Natal, as possibilidades e riquezas do ensino da arte da dança.

“Um dos momentos mais importantes da minha vida, logo no início da minha carreira, foi quando tive a oportunidade de ser bolsista em um Programa Federal Mais Educação, onde fui monitora de dança”, diz.

Criado pela Portaria Interministerial n.º 17, em 2007, a iniciativa buscava ampliar o tempo de permanência dos estudantes nas escolas públicas, por meio da educação integral. Além da jornada dos alunos, o programa permitia a formação continuada de educadores públicos em todo o país, possibilitando o contato e experiência em sala de aula dos recém-chegados na profissão. “Foi naquela escola que me encontrei como a 'professora Vivi' e decidi, de fato, seguir a carreira”, lembra a professora.

“Ver o ensino impactar a vida das crianças, com o poder da transformação que a dança tem, foi incrível. Algo que me fez lembrar da minha infância, quando também tive a oportunidade de aprender sobre a dança na escola”, completa.

Superação de desafios

Em 10 anos como trabalhadora da educação, a professora, que é filiada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio

“Ver o ensino impactar a vida das crianças, com o poder da transformação que a dança tem, foi incrível”.

Grande do Norte (Sinte-RN), coleciona as superações dos desafios como profissional e permanece na luta por um ensino de qualidade que atenda a toda a rede pública.

Um desses desafios veio com a maternidade. Como uma mulher no mercado de trabalho, Viviane guarda na memória a sensação de como foi retornar a lecionar em meio às inseguranças da dupla jornada de trabalho.

“É outro momento muito importante na minha carreira. Voltar a trabalhar depois da licença maternidade, enfrentar os desafios na escola, vivendo uma nova realidade, como mãe, foi algo que me transformou muito”, considera.

“Foi desafiador, assustador e, ao mesmo tempo, um combustível diante da vida. Conciliar a profissão com a maternidade, solo, fora outros atributos que tinha/tenho enquanto mulher, estudante e pesquisadora, é algo difícil, mas vejo, ao ensinar, um olhar mais empático e aberto a atender o outro, inclusive na construção da relação que tenho com os meus alunos”, relata.

Espaço para as artes

Na aprendizagem dos estudantes, ela compartilha

as dificuldades de lecionar a disciplina como polivalente - isto é, uma disciplina que abrange diversos conteúdos, diferentes aplicações e empregos -, principalmente, com a baixa carga horária determinada para segmentos como o ensino médio. “Encontrar espaço dentro do currículo para o ensino da arte, especialmente da dança, por si só, já é um desafio”, diz a educadora.

Mas em 2020, ao receber o título de mestre em Artes pela UFRN, a digital de Viviane se torna ainda mais forte no ensino público do estado.

“Uma das grandes realizações na minha carreira profissional foi a conquista do meu título de



mestre. A minha pesquisa trouxe para o currículo do nosso estado uma proposta pedagógica para o ensino de dança no Novo Ensino Médio", conta.

No estudo, ela utiliza os próprios êxitos como exemplo. Com fotos do trabalho realizado junto aos alunos do Centro Estadual de Educação Profissional Dr. Ruy Pereira dos Santos, durante seu período como docente da instituição, a educadora reafirmou a importância e os benefícios da inclusão da arte como componente eletivo nas escolas.

A falta de estrutura física de muitas escolas, não só do estado, como em todo o Brasil, ainda não asseguram que a arte seja lecionada com todo o seu potencial.

"Além da pouca estrutura para as aulas práticas, o meu desafio é resgatar o desejo entre os estudantes de estar na escola, de se sentir pertencentes e instigar a permanência, insistir na paixão pelo conhecimento e no afeto, nas construções da coletividade e

das relações interpessoais, que por vezes também têm se perdido", comenta.

"Trabalhar com a educação é entender que não sabemos de nada até estar em uma sala de aula pela primeira vez. Parece que a faculdade não nos ensinou o bastante. Quando temos a virada de chave e nos encontramos com a nossa versão professora(o), aí sim começamos um trajeto de aprender todos os dias em um encontro com o outro, conosco e com os métodos possíveis que vamos encaixando", finaliza.

Realização de propósitos

"Desafiante, mas transformadora". Assim define Camila Beatriz Faria, 28, sobre a decisão de seguir carreira na educação pública. Formada em museologia e história, a jovem educadora de Rio Verde, Goiás, caminha para uma década de trabalho na educação, sendo quatro desses em sala de aula.

Parte dos seus anos de trabalho, atuou em outras posições, como educadora patrimonial - área que busca estimular a preservação e conscientização sobre o patrimônio cultural e histórico de uma comunidade ou região. Mas foi graças às boas influências que cruzaram a sua vida, quando ainda estudante, que a inspiraram a seguir a docência.

"Sempre tive um desejo de mudar as realidades por meio do conhecimento, e me inspirei em

muitas outras professoras ao longo da vida!", ela declara.

A professora já registra bons frutos no ensino público. A educadora da rede pública de Águas Lindas, município localizado a 195 quilômetros da capital goiana, foi uma das vencedoras da segunda edição do Concurso Juventude que Muda a Educação Pública, promovido pela CNTE.

Iniciativa de sucesso

Nomeado 'Cine EducAlimentação', o projeto buscou trazer para dentro da escola debates e reflexões sobre temas como insegurança alimentar e direito à alimentação adequada.

Uma vez ao mês, ela reúne os estudantes para uma sessão do projeto onde reproduz curtas e reportagens especiais sobre o tema, e o funcionamento de políticas como o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

"A ideia surgiu em 2022. Unindo as disciplinas de História e Geografia, trabalhamos sobre segurança alimentar, memória cultural e desigualdades no acesso de recursos. O intuito era conscientizar e mostrar para os estudantes do ensino fundamental II do Colégio Estadual Maria do Carmo Lima ferramentas como o audiovisual e economia criativa para enfrentar desafios sociais e econômicos", explica.

Com o auxílio dos recursos audiovisuais, o processo de aprendizado e compreensão de assuntos mais complexos por parte dos estudantes é facilitado, possibilitando o debate sobre o conteúdo após o fim de cada sessão.

Foto: Arquivo pessoal



Alunos da Escola Estadual Zila Mamede, em Natal: a arte ensinada através da dança

Camila Beatriz,
28 anos, Goiás.

“Sempre tive um
desejo de mudar as
realidades por meio
do conhecimento, e
me inspirei em muitas
outras professoras
ao longo da vida!”

“A recepção foi muito positiva, com os estudantes, que sempre participam ativamente, refletindo suas perspectivas e aprendizados”, celebra. Parte de cada encontro ainda reserva um momento para a degustação e compartilhamento de lanches, produzidos especialmente por pequenos feirantes e produtores locais.

Em 2022, o Cine EduAlimentação da professora Camila também venceu a 6ª edição do Prêmio Territórios, promovido pelo Instituto Tomie Ohtake.

Junto aos outros cinco vencedores do concurso da CNTE, a professora, que é filiada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Goiás (Sintego), embarcará para Recife, Pernambuco, onde apresentará os resultados positivos do seu projeto no Encontro Pré Congresso da juventude da Confederação.

“Foi uma grande alegria e emoção por todo o trabalho realizado até aqui. Estou animada para compartilhar minhas experiências e ouvir outras em Recife, contribuindo para a construção de uma rede de projetos educacionais inovadores”, celebra Camila.

Trajetória promissora

Os reconhecimentos colhidos mostram que o propósito da educadora,

de transformar vidas, tem seguido os rumos corretos. E para ela, a maior recompensa dessa desafiadora profissão é poder reencontrar antigos alunos, e vê-los ingressar no ensino superior, trilhando a profissão dos seus sonhos. “Sem dúvidas é a maior recompensa!”, declara.

“O maior desafio que temos é lidar com a desigualdade estrutural que impacta diretamente o acesso à educação de qualidade, especialmente em comunidades vulneráveis. A educação é uma carreira transformadora... é preciso estar preparado para enfrentar desigualdades, mas cada avanço, por menor que pareça, tem um impacto imensurável na vida de seus estudantes”, reforça.

Ensino que resgata e preserva

A história da professora Noêmia Gonçalves, 30, é a prova concreta de como as boas experiências e profissionais da educação marcam a vida dos seus estudantes. Formada em

história pela Universidade Estadual de Roraima, a jovem educadora conta que a decisão de entrar na carreira surgiu ainda na escola, inspirada nos bons professores que teve.

“A minha motivação surgiu ainda no ensino médio. Foi aquele clássico clichê, em que um professor de História que tive foi o motivador para eu prestar vestibular e seguir carreira na área ainda durante a graduação”, compartilha.

E esse foi apenas o pontapé para a relação de extrema importância que Noêmia viria a construir na educação.

Hoje especialista em História da Amazônia e mestranda no programa de mestrado profissional também em História, a professora viu seu trabalho ganhar ainda mais significado ao acreditar que, por meio do ensino, também seria capaz de disseminar e preservar a memória e identidade dos povos da sua região, enquanto contribui para a formação crítica dos estudantes.



Projeto Cine EduAlimentação, da professora Camila Beatriz

Foto: Matheus Santos Fotografia/@matheussantozz_fotografia

**Noêmia Gonçalves,
30 anos, Roraima.**

**“Combater o
desinteresse de
alguns estudantes
e a necessidade
de adaptar o
ensino às novas
tecnologias com
recursos limitantes
e, sem perder o
vínculo com o
conteúdo histórico,
são obstáculos
constantes”.**

Foto: Rebeca Bastos Fotografia

“Acreditar no poder transformador da educação e querer ser parte desse processo foi um bom impulso para mim”, declara.

Resgate do aprendizado

Atuando na área desde 2022, quando ingressou como docente no quadro efetivo de educadores de Roraima, hoje é Noêmia quem desperta a vontade de aprender com os seus próprios alunos.

“Foi marcante quando consegui desenvolver um projeto sobre a história das mulheres escravizadas amas de leite. Ver os estudantes se interessarem, manterem o foco e fazerem perguntas críticas foi muito gratificante. É esse tipo de realização que faz com que o trabalho docente tenha um impacto transformador na vida de cada aluno”, considera.

Para ela, cativar a atenção e combater o desinteresse entre os alunos é a batalha que muitos profissionais da educação enfrentam diariamente nas salas

de aula do país. Um desafio que traz a necessidade de se remodelar constantemente a apresentação dos conteúdos.

“Combater o desinteresse de alguns estudantes e a necessidade de adaptar o ensino às novas tecnologias com recursos limitantes e, sem perder o vínculo com o conteúdo histórico, são obstáculos constantes”, aponta.

“Algo que fica ainda mais difícil quando temos que lidar com a pouca valorização profissional. Mesmo morando em um dos estados que melhor paga os professores, ainda enfrentamos condições salariais que nem sempre refletem o trabalho que realizamos”, lamenta a educadora.

Filiada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (Sinter), ela reforça a mobilização a favor da ampliação de direitos e recursos para a educação pública em seu estado.

“Entre os profissionais mais jovens,

assim como eu, os sindicatos têm o papel de conscientizar sobre a importância da luta coletiva e da solidariedade na busca por condições de trabalho dignas... também é uma ajuda na construção de espaços de diálogo para que os educadores enfrentem os desafios da profissão juntos. Acredito que estar no sindicato seja um passo importante para a luta de nós, trabalhadores da educação”, ressalta.

Apesar das complexidades da profissão, para Noêmia, trabalhar na educação também é viver momentos gratificantes. “Muito além do domínio do conteúdo, temos que ter paciência, empatia e resiliência, e estar preparada para lidar com diferentes realidades sociais e desafios diários é fundamental”, diz.

“Mas a sensação de contribuir para o crescimento e formação de outras pessoas é algo que torna tudo válido. Escolher a educação, de certa forma, é escolher fazer a diferença”, afirma.



Especialista em História da Amazônia, a professora Noêmia desenvolveu projeto sobre a escravidão das mulheres

Foto: Arquivo pessoal

Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil – Avanços, retrocessos e resgates

Eline Jonas¹

¹ Socióloga, Doutora em Ciências Políticas e Sociologia, Professora aposentada da PUC-GO, ex-Presidenta da União Brasileira de Mulheres/UBM, Políticas Públicas para as Mulheres, Diretora da UBM/DF.



1. Breve recorrido para identificar as Conquistas por direitos e Políticas Públicas para as mulheres

Há 115 anos da instituição do dia 8 de março, dia Internacional da Mulher; 50 anos da 1ª Conferência Mundial sobre a Mulher no México; 30 anos da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing; 25 anos da adoção da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança e 10 anos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), vivemos sob o impacto de crises econômicas, guerras imperialistas genocidas que matam mulheres e crianças, das questões climáticas e desastres naturais e também do crescimento do conservadorismo que impactam fortemente a vida e de todo o povo no resto do mundo, em especial, das mulheres que ainda enfrentam a desigualdade, a violência, a exclusão social e a invisibilidade.

As crises política, econômica e financeira no mundo atingem de maneira particular as mulheres e se agrava desde as “desigualdades cruzadas”, quer dizer quando as mulheres sofrem dupla ou tripla discriminação de raça/etnia, classe social, gênero, especialmente em relação às mulheres do campo, negras e indígenas, grupo contraposto ao das mulheres urbanas, principalmente nas sociedades menos desenvolvidas, dependentes e mais vulneráveis diante das potências imperialistas, hoje (ultra)neoliberais.

A situação e as necessidades das mulheres são muito semelhantes em todo o mundo, condicionadas pela estrutura patriarcal, sejam islâmicas, cristãs, ocidentais ou orientais, estão sensíveis ao apelo social “naturalizado” de papéis sociais definidos junto à família e aos cuidados. São fortes a pressão e o controle dos valores morais culturais e religiosos que, em geral, desestimulam a presença nos espaços públicos e não as valorizam fora do espaço doméstico - conforme o tempo histórico, a cultura e a estrutura de poder da região.

Sendo reconhecida a desigualdade de gênero no mundo e o pouco conhecimento sobre a vida das mulheres, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a primeira década dedicada às mulheres (1976-1985) na Conferência Mundial sobre a Mulher (1975) com o objetivo de coletar dados acerca da situação das mulheres globalmente.

Em 1995, na 4ª Conferência Internacional em Beijing (1995), participaram 181 nações, para avaliar e promover os direitos das mulheres em nível mundial, além de definir um plano de ação para a igualdade de gênero em vários setores, como saúde, educação, trabalho e participação política. Deu origem à Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, importante na luta pelos direitos das mulheres.

O Plano de Ação de Beijing, 1995 estabeleceu 12 áreas prioritárias para orientar as ações de governos e entidades nas próximas décadas para combater as desigualdades e fortalecer os direitos das mulheres com prioridade global a Educação e Capacitação, Saúde e Direitos reprodutivos, Combate à Violência Contra as Mulheres, Participação Política e Econômica, Reconhecimento do Trabalho Não Remunerado, Autonomia Jurídica e Patrimonial, Promoção da Igualdade de Gênero na Cultura e Mídia. (CEPIA, 2001 e ONU Mulheres, 2013).

O Brasil, como signatário das Convenções Internacionais aprovadas nos eventos da ONU, incluiu na agenda Nacional a elaboração de Políticas Públicas para as mulheres.

Para identificarmos as políticas para os direitos das mulheres, conquistados desde o Séc. XX até a formulação de Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil, deve-se considerar aspectos da história de lutas das mulheres e suas conquistas antes e desde as Conferências, os Acordos e Pactos Internacionais sobre as mulheres, especialmente desde a 4ª Conferência de Beijing (1995) e avaliações dos progressos e fragilidades em Beijing + 5; Beijing +10; Beijing +15; Beijing +20 e Beijing +25¹, e, segundo Relatórios da ONU Mulheres, observando aspectos sociais, institucionais conjunturais, período

1 Disponível em <https://www.unwomen.org>

histórico e Projetos Políticos de Poder, orientadores das ações governamentais².

1.1. Brasil: Lutas de resistência e Direitos conquistados por e para as Mulheres. As Políticas Públicas para as Mulheres pós Conferência de Beijing (1995)

Ao longo da história republicana do Brasil, as mulheres alcançaram o direito ao ensino fundamental (1827), ao ensino superior (1879), ao voto (1932), entre outras vitórias. No contexto político, em 1927, o Rio Grande do Norte se torna o primeiro estado a permitir o voto feminino e, em 1928, uma mulher é eleita para um cargo eletivo. Em 1932, o sufrágio se torna universal, embora com limitações. A primeira deputada federal foi eleita em 1933. Em 1934, as limitações ao voto feminino, que não é obrigatório, são eliminadas. O voto feminino se torna obrigatório em 1946. A primeira ministra de estado para a Educação é nomeada em 1982. No ano de 1979, a primeira mulher assume a posição de senadora suplente. Em 1990, foram eleitas as primeiras mulheres senadoras e já haviam deputadas federais. Em 1994 foi eleita a primeira governadora e em 2010 foi eleita a 1ª Presidenta da República, reeleita em 2014. (SARDÁ, 2024)³

Nos anos 1970-2000 houve uma forte mobilização popular, de feministas e de mulheres- luta contra a Ditadura (1964), a Carestia, pela Anistia (1979), por Eleições Diretas (1984) e pela Constituinte (1988) -forte pressão social e política aos governos da ditadura, por liberdade, democracia e pós eleições de 1985 (Colégio Eleitoral) por direitos das mulheres e criação de órgão estruturado para as questões específicas.

Não existia uma entidade dedicada às políticas para as mulheres, mas sim estruturas fragmentadas e restritas, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM -1985), vinculado ao Ministério da Justiça, um

órgão consultivo encarregado de elaborar políticas e fomentar ações focadas na igualdade de gênero e na proteção dos direitos das mulheres.

Nos anos 1990, algumas Secretarias e Departamentos em Ministérios Federais tratavam das questões de gênero, sem autonomia, com pouco orçamento e atuação limitada, subordinados a outras pastas -Justiça ou Direitos Humanos. No período, as Conferências sobre as Mulheres em Nairóbi, 1985 e Beijing, 1995, influenciaram nas discussões sobre a institucionalização de políticas de gênero no Brasil. Foi um avanço civilizatório como afirma (Araújo, 2002),

as lutas e conquistas de direitos políticos e sociais experimentadas ao longo do sec. XX permitiram o estatuto da cidadania plena [...] com exceção em países que o fundamentalismo religioso se mescla com o Estado.

O Brasil desempenhou um papel ativo na Conferência de Beijing, implementando várias políticas públicas em conformidade com a Declaração e Plataforma de Ação em momento de intensa agenda feminista para implementação da igualdade de gênero nas políticas governamentais. E o marco institucional para essas políticas foi a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), 2003.

Desde a Plataforma de Ação de Beijing (1995) foram estabelecidas no Brasil: a Política Nacional para as Mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, campanhas contra a Violência Doméstica, a Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, a participação política das mulheres, o acesso à saúde reprodutiva, políticas de educação e capacitação para mulheres e jovens, além de políticas de empoderamento econômico.

Em 2020, o Brasil participou da avaliação global de Beijing+25, que estabeleceu orientações para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Além disso, identificou progressos e desafios constantes em nossas políticas, de 1995 a 2020.

2 Mandatos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva (1º e 2º), Dilma Rousseff (1º e 2º) concluído por Temer (2018), Jair Bolsonaro (2019-22) e 3º mandato de Lula (2023 e 2024).

3 Sardá, Carolina. Feminismo no Brasil: Linha do Tempo das Conquistas Feministas de 1827 até a atualidade. Em <https://carollinesarda.com.br/feminismo-no-brasil-linha-do-tempo-das-conquistas-feministas-de-1827-ate-a-atualidade/>

(CEPAL)⁴. Foi concluído que, apesar dos avanços no Brasil na promoção dos direitos das mulheres, ainda existem desafios devido aos altos índices de violência de gênero e feminicídio, à desigualdade econômica e à pequena participação política das mulheres. Isso demanda novas estratégias e ações mais efetivas para alcançar a plena igualdade de gênero no país.

2. O Contexto da ruptura das Políticas Públicas implementadas para as mulheres – uma agressão à democracia, mas esqueceram que não estamos sós!

No Brasil desde 2013 houve um crescente movimento de desestabilização política com ataques à Democracia e às Instituições oficiais com notícias falsas e desinformações -ações fascistas, misóginas e racistas com forte tom de ódio às mulheres, negros, pobres e indígenas, contra o Estado Democrático de Direito e aos avanços rumo a emancipação e soberania nacional.

Esses movimentos foram a base para o golpe político institucional que destituiu a Presidenta Dilma/ (Mais Mudança, Mais Futuro) em 2015, com final do mandato por Michel Temer/ Uma Ponte para o Futuro (vice-presidente apoiador do golpe- 2016-2017) e a eleição de Bolsonaro/ Pátria Amada, Brasil (2018 a 2022), projeto privatista, antinacional e anti-ciência, defensor do Estado Mínimo e de redução das Políticas Sociais e privatização da saúde, de empresas públicas, estratégias para a soberania nacional, militarização da educação, além de subsídios e plena liberdade para seus negócios, em detrimento dos interesses sociais-moradia, educação, saúde, cultura e trabalho decente.

Promoveram ações para o desmonte do Estado Democrático de Direito culminando na tentativa de golpe (rechaçada), em 8 de janeiro/2023 para impedir a posse do Governo Lula/Projeto Democrático Popular, eleito com apoio das mulheres e dos setores progressistas.

O Governo Bolsonaro, com foco na redução do Estado, definiu suas prioridades de governo - cortes nas políticas públicas, reduziu direitos, fez ajustes

fiscais, reforma da previdência, trabalhista e privatizações. Descontinuou políticas públicas em andamento, afetando os mais vulneráveis, principalmente as mulheres, pelo desemprego, precarização no trabalho e pelo negligenciamento da saúde pública (ações anti-vacina), inclusive na Pandemia da COVID 19- frente a 700.00 vidas interrompidas, além da profunda pauperização da população com a crise gerada.

No campo ideológico, promoveu ações midiáticas disseminando notícias falsas, valores tradicionais e desqualificando a presença das mulheres nos espaços públicos e nas demandas por acesso a saúde, educação em gênero e valorização profissional, insuflando o racismo, o menosprezo e o ódio às mulheres, à população pobre, negra e à população LGBTQI+.

Uma situação de crise forjada e de retrocesso político que nos lembra a observação de Beauvoir (1949:1980): “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados” – registra a necessidade de vigilância constante para garantir a democracia, igualdade de direitos e oportunidades, especialmente em tempos de instabilidade política e social.

2.1. Retrocessos: descontinuação das políticas públicas para as mulheres no Governo Bolsonaro: 2019 a 2022

Durante os anos de 2016 a 2022, o Brasil enfrentou um período de retrocessos sob governo Bolsonaro. Os cortes orçamentários, as reestruturações institucionais e as novas prioridades governamentais tiveram um forte impacto nos direitos e na segurança das mulheres. Programas fundamentais perderam recursos ou foram encerrados, comprometendo políticas públicas em execução e conquistas anteriores.

A política de Governo, afetou ações fundamentais para as mulheres nas áreas da violência de gênero, empoderamento econômico, saúde reprodutiva, educação e participação política. Desativou programas voltados para a participação da sociedade civil, movimentos sociais e grupos marginalizados nas decisões

⁴ A CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável na América Latina e do Caribe.

sobre as políticas reduzindo a participação social nestas áreas e impactando na vida das mulheres em situação de vulnerabilidade e no avanço em direitos para a igualdade. Pois,

não pode haver perspectiva de igualdade quando o governo brasileiro se torna o principal propulsor das políticas neoliberais (ultraneoliberais) no país, reduzindo investimentos públicos [...] coloca em risco direitos conquistados nos últimos anos” (JONAS, 2004).

A descontinuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) trouxe prejuízos inviabilizando a articulação das ações entre os diferentes Ministérios no que se refere a intersectorialidade principalmente nas ações voltadas para a educação, saúde e violência. E a redução do foco político nas questões de gênero foi uma constante, afetando principalmente as mulheres negras, indígenas e população LGBTQI+. Impactou no “Programa Mulher, viver sem Violência”- as mulheres perderam a referência da proteção do Estado com a redução do acolhimento, mesmo quando houve o aumento da violência e dos feminicídios, deixando marcas físicas e psicológicas profundas nas mulheres vítimas de violência e famílias, contrariando o que se espera como disse Kollontai (1918: 2000, p.46-47): “sair dos conflitos do amor, não com as asas quebradas e sim como saem os homens, com a alma fortalecida”.

As políticas de inclusão das mulheres no mercado de trabalho foram enfraquecidas pelos Programas de Empoderamento Econômico que foram interrompidos, uma situação que demandaria o suporte do Estado para os mais vulneráveis no momento em que havia 12.000.000 de desempregados no país.

As Políticas de saúde reprodutiva foram prejudicadas, especialmente no acesso ao aborto legal, aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva e aos programas de planejamento familiar, fundamentais para a saúde da mulher e vítimas de estupro que engravidaram, além da interrupção das campanhas de prevenção do câncer ginecológico, gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis. Ações que afetaram a autonomia das mulheres no direito de decidir sobre a vida reprodutiva e o direito à saúde integral e universal.

A educação em escolas públicas nas regiões carentes foi inviabilizada pela interrupção do Programa Mais Educação, (PME), e pela despriorização do ProJovem, ProUni, Fundeb, ProInfo, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Valorização dos Profissionais da Educação (PVE). Os cortes impediram o acesso pleno à educação superior e benefícios para a inclusão (Programas de Educação para a Igualdade de Gênero e a formação de professores para as questões de gênero e diversidade sexual no combate ao bullying), além dos Programas de Cotas para mulheres e minorias.

E, por fim, a forma de afastar a sociedade civil do debate e decisões políticas foi enfraquecer os Conselhos e Fóruns de participação social com representação da sociedade civil e dos movimentos sociais (Conselhos de Direitos Humanos e de Políticas Públicas, Fórum Nacional de Participação Social), o Programa de ações afirmativas, a redução de políticas de participação da juventude e de Políticas de Acesso à Informação e Transparência.

O desmantelamento dessas Políticas Públicas foi observado, criticado e rejeitado pelos movimentos sociais, feministas e de mulheres, uma vez que afetou diretamente todos os aspectos dos Direitos Humanos das mulheres, diminuindo as oportunidades de se empoderar para sua emancipação e progresso na sociedade.

3. O resgate das Políticas Públicas, Programas e Ações para as Mulheres

3º Governo Lula: 2023 a 2026

Desde 2023, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reitera seu compromisso com os acordos internacionais, abandonados pelo governo Jair Bolsonaro e os incorpora ao seu Programa de Governo aberto às demandas sociais e às pautas emancipatórias trazidas pelo movimento de mulheres, sindicatos e movimentos sociais.

Nas políticas implementadas, destaca-se a formação dos Conselhos de representação da sociedade civil em vários Ministérios, a criação do Ministério das Mulheres para coordenar e aplicar políticas públicas de igualdade de gênero além do Ministério dos Povos

Indígenas, cuja Ministra indígena está focada nas necessidades dos povos originários.

As políticas públicas novas direcionam atenção especial às mulheres em condições vulneráveis e são coordenadas entre os Ministérios que abrangem áreas desde saúde pública e direitos reprodutivos até educação e combate à violência - com enfoque em região e populações fragilizadas.

E, a mais nova delas foi a Política Nacional de Cuidados (dezembro de 2024) que impactará na vida e saúde das mulheres deste trabalho invisível e essencial. Ao ser reconhecida a sua relevância para quem mais precisa de cuidado e apoio, reconhece e valoriza o trabalho das que cuidam (mulheres, familiares ou as mais pobres e negras). O trabalho de cuidado será valorizado por meio dos serviços públicos, expandindo creches, escolas de tempo integral e programas de suporte para Pessoas Idosas e com Deficiência.

Os Programas sociais e de educação e novas políticas públicas, são articuladas entre Ministérios responsáveis pelas áreas de saúde, direitos reprodutivos, educação, luta contra violência, cultura, ciência e tecnologia, participação política e poder voltados para as regiões e pessoas mais vulneráveis. E, todas as políticas incluem ações para as mulheres em situação de vulnerabilidade (indígenas, negras, quilombolas e pessoas LGBTQIA+) para assegurar o acesso à saúde reprodutiva para todas as pessoas com útero, incluindo homens trans e pessoas não-binárias.

As Políticas, Programas e Campanhas interministeriais para a inclusão das mulheres, tanto do campo como da cidade, resgatam e fortalecem as ações afirmativas, as cotas na educação e em concursos públicos, contemplando as mulheres negras, indígenas, quilombolas e jovens vulneráveis.

A inclusão social das mulheres na política e as medidas para esse empoderamento perpassam todo o projeto político com ações e apoio à participação política das mulheres e para o acesso às esferas de poder com a Cartilha “Mais Mulheres no Poder, Mais Democracia”. Para tanto, prioriza programas e ações na Educação, enfrentamento a Violência, Saúde, autonomia econômica e combate a desinformação.

As ações para o acesso igualitário à educação incluem investimentos para evitar a evasão escolar e fortalecer a formação de professores e a capacitação profissional continuada, bem como bolsas de estudos para negras e indígenas e incentivos para inclusão no mercado de trabalho como oportunidade de realização cidadã.

O combate a violência está entre as prioridades com estratégias para prevenir a discriminação, a misoginia e todo tipo de violência contra mulheres e meninas. O Programa Mulher Viver sem Violência e o Pacto Nacional de Prevenção ao Feminicídio com investimentos nas Delegacias de Mulheres e para instalação das Casa da Mulher Brasileira nos Estados proporciona o acolhimento, apoio psicossocial, alojamento e capacitação profissional para autonomia financeira.

Considerando que a violência é uma questão de saúde pública, cabe ressaltar que apesar dos avanços, a reação de setores conservadores e fundamentalistas tem impedido a plena implementação dos serviços para o aborto legal. Defendem princípios religiosos contrariando os avanços do próprio sistema de saúde e da ciência no Estado laico.

Em Saúde e Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais, promove-se o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) com Políticas, que expandem o acesso à saúde e a educação sexual nas escolas com foco nas relações de gênero.

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT, retomou a qualificação e o credenciamento dos serviços relacionados ao processo transexualizador, desde o acolhimento e uso do nome social no SUS até as cirurgias de redesignação sexual. Também merece destaque o pré-natal e a educação sexual nas escolas focando as relações de gênero.

O Planejamento Reprodutivo foi fortalecido pela reestruturação do planejamento familiar por meio de informação, serviços e monitoramento da saúde integral reafirmando o direito ao aborto nos casos previstos em lei no Brasil - gravidez por violência sexual, risco de vida para a mulher e anencefalia fetal.

No Congresso Nacional, investem contra a vida das mulheres (PEC 164/2012) que retira o direito de

interromper a gestação de meninas em situação de violência e mulheres (estupro) ou no caso de gravidez com risco de vida e do feto anencéfalo. O projeto fere os direitos Legais e Constitucionais – “a dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável”, segundo Zanotta (2024), quando impõe uma gestação por estupro, desconhecendo a realidade social e desrespeitando o direito de decidir das mulheres.

Se aprovada, a PEC violará direitos fundamentais das mulheres e colocará em risco a vida, pela gestação forçada, de meninas violentadas como também, impedirá o avanço da ciência, portanto, caminha na direção contrária aos Direitos Humanos das Mulheres. Impedirá também a pesquisa científica e procedimentos já existentes - técnicas de reprodução assistida, especialmente a técnica de fertilização in vitro e pesquisa com células tronco.

A realidade exige urgente enfrentamento aos setores conservadores que barram os avanços emancipatórios para as mulheres para consolidar a democracia e a retomada efetiva dos serviços de atenção a crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência, o fortalecendo d políticas públicas de saúde com medidas integradas e ampliar a inserção das mulheres na vida política do país.

Considerações Finais

Embora tenha havido progressos recentes na consolidação da frágil democracia do Brasil e na recuperação das políticas públicas abandonadas pelo projeto privatista do Governo Bolsonaro, tem sido lenta a evolução dos direitos das mulheres no árduo percurso pela igualdade de gênero e contra todo tipo de discriminação e preconceitos.

Continua a existir discriminação e a aumentar o feminicídio e a violência contra as mulheres, com um componente cultural misógino, racista e de ódio que afetam de maneira mais significativa as mulheres negras, pobres e a comunidade LGBTQIA+, demandando uma maior intervenção do governo.

O desafio para governo brasileiro, de compromisso popular, no Estado Democrático de Direito, está em garantir os direitos humanos, em especial, das mulheres

com Políticas Públicas fortalecidas e com ações mais eficazes para superar as desigualdades no acesso ao trabalho; a desigualdade salarial; a pouca presença das mulheres na representação política e nos espaços de poder; a falta de serviços sociais e equipamentos públicos em horários especiais (creches); erradicar as mortes maternas evitáveis que, apesar da redução, ainda tem altas taxas, penalizando as mulheres negras e pobres; enfrentar com efetividade a violência política, doméstica e o feminicídio; garantir os direitos reprodutivos e direitos sexuais e o pleno acesso ao trabalho decente; fortalecer a educação reforçando a consciência sobre a igualdade de gênero e o respeito às diferenças.

Enfim, dar efetividade às políticas retomadas como Políticas de Estado promovendo oportunidades às mulheres de todas as idades e origens para reduzir as disparidades existentes rumo a uma sociedade de justiça social.

Cabe às mulheres brasileiras continuarem unidas às forças progressistas na histórica jornada de vigilância e lutas por direitos, com radicalidade, contra qualquer retrocesso, para romper com os elos das estruturas e cultura patriarcais, de exploração de classe e de opressão de gênero que impedem o avanço rumo a sua emancipação política e a emancipação humana.

Vem...

**[...] Vem... simplesmente, vem... comigo
junto com quem está a construir
aquele novo mundo que sonhamos! [...]**

(Cony, Jussara, 2012)

Referências

- ARAÚJO, Clara. Presença da Mulher. Encarte Teórico. Feminismo e Poder político. Ano XVI. n 41. p.1 a 11. janeiro/abril, 2002).
- BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: revisão e retrocessos. Ministério da Saúde. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Relatório sobre o impacto da descontinuidade das políticas de participação política no Brasil. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. 2020.
- BRASIL. Ministério das Mulheres. Disponível em <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias>.
- CEPIA, cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. As Mulheres e os Direitos humanos. Ed. CEPIA. R.J. 2001.
- CONY, Jussara. Vem...Disponível em <https://vermelho.org.br/2012/05/24/poema-homenageia-participantes-da-conferencia-nacional-da-mulher/>.
- FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2024.
- FNE. Fórum Nacional de Educação. Impactos da descontinuidade das políticas públicas educacionais no Brasil: Análise de 2016 a 2022. Brasília: FNE, 2022.
- IPEA. Atlas da Violência. Retrato dos Municípios Brasileiros. 2024. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9277-atlasviolencia2024retratodosmunicipiosbrasileros.pdf>.
- JONAS, Eline. Revista Princípios. Participação Política e nos espaços de Poder. São Paulo. Editora Anita Garibaldi, nº 88. 2007. p.68 a 73.
- KOLLONTAI, Alexandra - A Nova Mulher e a Moral Sexual. KOLLONTAI, 1918b. Em KOLLONTAI, 2000, p. 46-47).
- CFEMEA. Ferraz, Dulce; Fleischer, Soraya. Outubro Rosa: o enfrentamento do câncer de mama entre mulheres jovens, Universidade de Brasília - 26/10/2024, disponível em <https://cfemea.org.br/index.php/pt/?view=article&id=10319:outubro-rosa-o>.
- ONU Mulheres. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Beijing, 1995, disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf.
- ONU. Organização das Nações Unidas (ONU). Relatório sobre violência contra mulheres no Brasil: desafios e retrocessos. Relatório do Escritório de Direitos Humanos da ONU. 2020.
- CEPAL. Relatório Nacional Do Brasil Beijing+25, disponível na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas). Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: um olhar sobre os retrocessos de 2015 a 2021." Relatório sobre Direitos Reprodutivos. (2021).
- ZANOTTA, M. Lia. Outras Palavras. Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS) Aborto: A insensibilidade dos ternos azuis, 28/06/2024, disponível: <https://outraspalavras.net/feminismos/aborto-a-insensibilidade-dos-ternos-azuis/>.



Eline Jonas

Socióloga, Doutora em Ciências Políticas e Sociologia, Professora aposentada da PUC-GO, ex-Presidenta da União Brasileira de Mulheres/UBM, Políticas Públicas para as Mulheres, Diretora da UBM/DF.

“Convenção 190: uma prioridade do movimento sindical mundial”

Amanda Corcino, secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, fala dos desafios para ratificar no Brasil a primeira definição internacional sobre violência e assédio no mundo do trabalho

Foto: Roberto Parizotti/CUT



Por: **João Paulo Rabelo**

A Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) traz a primeira definição internacional de violência e assédio no mundo do trabalho. A norma entrou em vigor em 25 de junho de 2021, dois anos depois de ter sido adotada pela 108ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT, em Genebra, na Suíça.

Conhecida pela sigla C190, esta convenção está em processo de ratificação no Brasil: em 2023, o Governo Federal enviou à Câmara dos Deputados o texto para avaliação (MSC

86/23), que só poderá entrar em vigor após aprovação pelas duas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado).

Balanço divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) mostra que ações envolvendo assédio moral e assédio sexual no ambiente profissional somaram 419.342 casos no Brasil, de 2020 a 2023. O volume de processos julgados sobre assédio sexual cresceu 44,8% no período, e os de assédio moral aumentaram 5%, segundo o Conselho Nacional de Justiça.

A secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Amanda Corcino, eleita para ocupar um assento no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça, falou à Revista *Mátria* sobre os desafios para ratificar a C190 no Brasil.

Revista *Mátria* – Qual a importância da ratificação da Convenção 190 para o combate à violência e ao assédio no trabalho no Brasil? O que isso representa para a classe trabalhadora?

Amanda – É o primeiro tratado Internacional que reconhece o direito a um trabalho sem violência e sem assédio. E, por mais que nós já tenhamos aqui no Brasil um arcabouço de leis que tratam desse tema, vimos retrocessos nos últimos anos com a reforma trabalhista, o que deixou a classe trabalhadora muito vulnerável, principalmente as mulheres. Considerando, ainda, que vivemos no Brasil, uma sociedade machista, marcada pelo patriarcado e a misoginia, as mulheres são as principais vítimas de assédio moral e sexual no trabalho. Nesse sentido, o tratado tem uma importância muito grande para prevenir e punir.

Como tem sido a mobilização para que a ratificação do tratado aconteça no Brasil? Quais os principais desafios desse processo?

Olha, tem sido uma luta muito difícil. Apesar de o Governo Lula já ter encaminhado o texto ao Congresso para ratificação da C190, o

projeto está na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e caiu nas mãos de um deputado da extrema direita, com ideias misóginas e machistas, que é o relator Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Por isso, estamos avaliando a melhor maneira de pressionar pela tramitação do texto, para que o projeto não saia desconfigurado. Estamos conversando muito com os movimentos sindicais e sociais para definir uma estratégia adequada, de modo que a ratificação não saia prejudicada.

Conscientizar e envolver a classe trabalhadora é parte desse desafio, então...

Sim... Entre os vários temas abordados na Campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, a Convenção 190 foi uma das pautas. A CUT, juntamente com suas entidades filiadas, se envolveu ativamente nesta campanha. Foram atividades como rodas de conversa, plenárias e debates, abordando os tipos de violência enfrentados pelas mulheres. Nesta campanha, sensibilizamos a sociedade e promover a implementação de políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres.

Enquanto a ratificação não acontece, já é possível se antecipar de alguma forma?

Com certeza. Estamos orientando as entidades filiadas a incorporar conceitos da Convenção 190 nos acordos coletivos e negociações sindicais entre empregadores e empregados. Várias categorias

estão conseguindo avançar bem nesse sentido, inserindo cláusulas para garantir que se tenha uma ouvidoria dentro das empresas e que se acolham as denúncias de assédio, além da implementação de comitê de avaliação dessas denúncias com garantia de punição para os assediadores, entre outras recomendações. Já tivemos acordos coletivos aprovados com essas cláusulas, vinculando algumas orientações da Convenção.

Como o setor empresarial tem recebido essa discussão sobre a C190?

Olha, de modo geral, eu entendo que o setor empresarial está reagindo bem porque está tendo uma mudança de cultura na nossa sociedade, né? Muitos manuais e códigos de conduta das empresas têm orientações específicas sobre o tema. Mas, claro, também há alguns setores em que se vê mais resistência, principalmente em empresas onde a quantidade de trabalhadores do sexo masculino é maior.

O Tribunal Superior do Trabalho julgou mais de 400 mil casos de assédio moral e sexual no trabalho nos últimos três anos, um crescimento de quase 45% no período. Qual o papel dos sindicatos para acompanhar essas denúncias?

A maioria das denúncias chegou até os sindicatos e elas têm aumentado, entre outros fatores, devido à maior conscientização das pessoas em relação ao tema. As pessoas estão se sentindo mais encorajadas,



Amanda Corsino, secretária da Mulher Trabalhadora da CUT

bem informadas, e entendem o que caracteriza um assédio dentro do ambiente de trabalho.

A CUT tem se articulado com entidades sindicais internacionais para troca de experiências em relação ao tema?

Sim, nós tivemos um encontro recentemente, em dezembro de 2024, com a reunião de sindicalistas de toda a América Latina. O que temos aprendido é que não basta ratificar a C190, é necessário aprovar políticas públicas para que ela seja posta em prática. Percebemos que a C190 é uma prioridade do movimento sindical mundial. Vemos cada vez mais como necessária a participação das mulheres

nos processos de negociação dos acordos coletivos. Para conseguirmos avançar com a ratificação desta e de outras convenções – como a 156, que trata da "Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres" – as mulheres precisam estar presentes nessas negociações, afinal, por mais que a gente tenha haja companheiros progressistas homens, existem situações que somente as mulheres são capazes de perceber ou relatar. Temos que fortalecer e engajar a sindicalização feminina para que haja mais mulheres ocupando espaços de decisão.

Em 2024, a senhora foi eleita para compor o Conselho Nacional

dos Direitos da Mulher. Qual o balanço que você faz do primeiro ano no CNDM?

Nós pegamos um conselho desestruturado por causa da postura do governo anterior. Mas apesar das dificuldades, um marco importante é que conseguimos aprovar a realização da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que acontecerá em setembro de 2025. O evento será em Brasília, e a expectativa é receber cerca de três mil mulheres. A última edição foi realizada ainda na gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Nesse encontro, teremos oportunidade de traçar as políticas para os próximos anos.

O que é assédio moral?

- Retirar a autonomia do empregado ou contestar, a todo o momento, suas decisões;
- Sobrecarregar o colaborador com novas tarefas ou retirar o trabalho que habitualmente competia a ele executar;
- Ignorar a presença do assediado, dirigindo-se apenas aos demais colaboradores;
- Passar tarefas humilhantes, gritar ou falar de forma desrespeitosa;
- Não levar em conta seus problemas de saúde;
- Criticar a vida particular da vítima, atribuir apelidos pejorativos;
- Postar mensagens depreciativas em grupos nas redes sociais.



PARA QUE O ASSÉDIO MORAL SEJA CARACTERIZADO, AS AGRESSÕES DEVEM OCORRER REPETIDAMENTE, POR TEMPO PROLONGADO, E COM A INTENÇÃO DE PREJUDICAR EMOCIONALMENTE A VÍTIMA

O que é assédio sexual?

Assédio sexual é toda conduta indesejada de natureza sexual que restrinja a liberdade sexual da vítima. Diferentemente do assédio moral, que exige a reiteração da conduta, no assédio sexual, basta a prática de um único ato.



Fonte: Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual. Por um ambiente de trabalho + positivo. Tribunal Superior do Trabalho

O que não é assédio moral?

Exigir que o trabalho seja cumprido com eficiência e estimular o cumprimento de metas não é assédio moral.

Dependendo do tipo de atividade desenvolvida, pode haver períodos de maior volume de trabalho. A realização de serviço extraordinário é possível, dentro dos limites da legislação e por necessidade de serviço.

Exemplos de condutas que podem ser classificadas como assédio sexual

- Insinuações, explícitas ou veladas, de caráter sexual;
- Gestos ou palavras, escritas ou faladas, de duplo sentido;
- Conversas indesejáveis sobre sexo;
- Narração de piadas ou uso de expressões de conteúdo sexual;
- Contato físico não desejado;
- Convites impertinentes.



pero no olvidemos que trabajar
seguras y cómodas es posible.

Por um ambiente educacional livre de assédio

*Campanha
pela ratificação
da Convenção
190, promovida
pela Ieal. Vídeo
disponibilizado
no YouTube traz
exemplos vividos
no dia a dia de
educadoras*

O Uruguai foi o primeiro país do mundo a ratificar a C190. Internacional da Educação para a América Latina (Ieal) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) conclamam entidades sindicais para fazer pressão e mais países aderirem à norma

A Internacional da Educação para a América Latina (Ieal) e a Rede de Trabalhadoras da Educação de Mulheres (RED) fazem campanha para promover a ratificação da C190 e da Recomendação 206 (R206) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Ieal orienta as organizações membros sobre as ferramentas e os recursos necessários para a C190 ser uma realidade na América Latina. Com mais de 20 anos de atuação, a RED está presente em 16 países.

Uma das ações é a divulgação da cartilha que explica os principais pontos da Convenção 190 e mostra a importância de ratificá-la, fornecendo às organizações sindicais e seus membros informações e recomendações sobre a norma. “Infelizmente, ainda há muitas situações de violência que ocorrem no mundo do trabalho. Isto também é a realidade de muitos educadores”, declara a Ieal.

“Estudar quais são as expressões de violência e assédio no trabalho que se manifestam no domínio da educação e como podem ser prevenidas, preparar propostas para incluir na legislação que o Estado deve reformar ou aprovar, e realizar acordos com outras organizações sindicais para promover conjuntamente a ratificação da C190”, descreve o folheto elaborado pela Ieal e disseminado na América Latina. Além da cartilha, a Ieal faz publicações recorrentes sobre o tema e organiza seminários

e fóruns de discussão com as organizações-membro para que o tema chegue a cada vez mais pessoas e o debate aconteça.

No Brasil, a campanha vem sendo disseminada pela CNTE junto às entidades filiadas à Confederação em todo o Brasil. “Nós temos um ambiente educacional que parece tranquilo, mas pode ser extremamente danoso para os trabalhadores da educação. Isso sem falar na existência de movimentos organizados de crítica à educação, crítica à atuação curricular e crítica ao direito de cátedra dos professores (liberdade de ensino)”, lembra a secretária de Relações de Gênero da CNTE, Berenice D’arc.

Ano passado, no Paraná, o Ministério Público do Trabalho solicitou que o governo estadual pare de ameaçar e assediar moralmente

os educadores no período em que a classe entrou em greve após o projeto que previa possível terceirização de escolas. Os sindicatos ligados à CNTE representam uma população majoritariamente feminina, por isso a campanha para ratificar a C190 com esse público é primordial.

Outro caso de 2024 foi o de uma professora do Distrito Federal ameaçada pela mãe de uma aluna. O episódio aconteceu no Centro de Ensino Médio (CEM) Gama 1: a educadora corrigiu a redação de uma estudante que disse no texto que o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes havia acabado com as leis do país. A mãe da aluna falou que não aceitaria doutrinação por parte da professora e que “esfregaria o celular na cara” da educadora para mostrar que a docente estava errada.



Foto: Edgar Marra

A secretária de Relações de Gênero da CNTE, Berenice D’arc

“Quem mais sofre com violência e assédio no trabalho são as mulheres. Por isso, a CNTE recomenda a todas as entidades sindicais filiadas que conheçam e debatam a Convenção 190”

“Quem mais sofre com violência e assédio no trabalho são as mulheres. Por isso, a CNTE recomenda a todas as entidades sindicais filiadas que conheçam e debatam a Convenção 190. Estamos também em campanha junto ao legislativo federal para que a ratificação aconteça em Brasil”, reforça Berenice.

Violência doméstica

A Recomendação 206 da OIT, que acompanha a C190, fala sobre medidas a serem tomadas em apoio e defesa de trabalhadoras que sofrem violência doméstica. A cartilha da Iel destaca que, embora não seja comum que a violência doméstica seja considerada relacionada com o trabalho, esta forma de violência também afeta diretamente o emprego.

Entre as medidas propostas pela R06, estão: criar licenças para quem vive situações de violência doméstica, implementar modalidades de trabalho que se adaptem

às necessidades de apoio e proteção daqueles que vivem com violência doméstica, estabelecer um mecanismo temporário de proteção das vítimas de violência doméstica contra o demissão, incluir a violência doméstica na avaliação de riscos no local de trabalho e aumentar a conscientização sobre os efeitos da violência doméstica.

Uruguai, o primeiro do mundo a ratificar

Segundo a OIT, até o momento, 36 países já ratificaram a C190, sendo oito deles da América Latina: Argentina, Chile, Equador, El Salvador, México, Panamá, Peru e Uruguai. O primeiro do mundo a ratificar o documento foi o Uruguai. Após ser adotado pela conferência da OIT em 21 de junho de 2019, o documento passou pelo parlamento do Uruguai e teve sua primeira ratificação em 17 de dezembro do mesmo ano, e a segunda em 15 de junho de 2020, quando foi aprovado como Lei.

Revista da RED
de Mulheres:
“Trabalhar sem
Violência e Assédio”:
campanha pela
ratificação da C190



Países que já ratificaram a Convenção 190 na América Latina

Argentina
Chile
Equador
El Salvador
México
Panamá
Peru
Uruguai

Países que ratificaram
Países que não ratificaram

Fonte: Organização Internacional do Trabalho



Na Argentina, a legislação foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 23 de fevereiro de 2019. Assim, tornou-se o terceiro país do mundo a aprová-lo, atrás de Uruguai e Fiji.

Em outros países da região, como República Dominicana, Brasil, Bolívia e Paraguai, houve avanços e retrocessos e a pressão das organizações sindicais se manteve, entre elas a CNTE e a CUT (leia a entrevista com Amanda Corcina) mas ainda há um longo

caminho a percorrer para ratificar e posteriormente implementar a Convenção.

Como lembra a secretária geral da CNTE, Fátima Silva, os sindicatos fazem parte da sociedade e, como parte dela, seus integrantes devem se preocupar com problemas que afetam a todos, como a violência de gênero. “Precisamos exigir uma política de Estado efetiva, com leis que combatam a violência contra as mulheres, que nos devolvam a autonomia sobre

nossos corpos e nos garantam espaços de paz e respeito”, disse.

“Como nos lembra Paulo Freire, devemos lutar por uma educação que nos ensine a pensar, não a obedecer. Esse é o espírito que devemos manter vivo enquanto enfrentamos esses desafios, ao mesmo tempo em que buscamos enfrentá-los junto com outros grupos de mulheres organizadas em cada um dos nossos países, encontrando alianças e coincidências que fortaleçam nossos objetivos comuns”, conclui.



Quando a necessidade se sobrepõe aos sonhos

Seja pela falta de oportunidades no mercado formal ou uma maneira de complementar a renda, milhares de mulheres têm recorrido aos pequenos negócios como meio de sustento financeiro

Pesquisas mostram que as mulheres são as mais afetadas pela informalidade no mercado de trabalho. Entre os fatores que levam milhares de brasileiras a desenvolver o próprio negócio como meio de sobrevivência estão os baixos salários em todas as áreas e a sobrecarga.

Estima-se que mais de 10 milhões de brasileiras estejam à frente de algum negócio: elas correspondem a 46% dessas pessoas no Brasil, destaca o Global Entrepreneurship Monitor – principal estudo nesta área no mundo.

Pesquisa realizada pelo Consulado da Mulher, com apoio da Whirlpool, Engie e Vert.se, que busca saber as motivações e desafios desse público, entrevistou mais de 700 mulheres de 22 estados brasileiros. O relatório revela que, mesmo tendo um negócio, a baixa formalização, dificuldades financeiras

e a sobrecarga em conciliar o trabalho e as tarefas domésticas acabam atrapalhando o desenvolvimento dessas profissionais.

"Embora mais da metade das mulheres entrevistadas na nossa pesquisa tenha afirmado receber ajuda de familiares ou do marido, quase metade continua dedicando cerca de 35 horas semanais aos cuidados do lar, quase a carga horária de uma jornada de trabalho CLT que, no Brasil, é de 44 horas semanais. É muito mais que a média das mulheres no país, de 21 horas semanais", menciona a diretora-executiva do Consulado da Mulher, Adriana Carvalho.

Especialmente entre as mulheres mais pobres, os deveres da maternidade são um empurrão para que elas optem pelo mercado de trabalho informal. Segundo constatou a Nota de Política Econômica (NPE 51), realizada pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia

das Desigualdades (Made) da Universidade de São Paulo (USP), o cuidado com os filhos ou com familiares dependentes já levou mais de dez milhões de mulheres a deixarem o trabalho formal.

De um total de 11,2 milhões de pessoas, 6,8 milhões eram mulheres negras e 4,3 milhões brancas. Dado que também mostra o cenário de desigualdade.

Além da busca pelo melhor rendimento financeiro, para muitas delas, tocar o próprio negócio é uma alternativa de trabalho flexível para conciliar com as tarefas de cuidado parental.

Sem uma carteira assinada, trabalhadoras donas do próprio negócio não possuem acesso a benefícios que as amparem em momentos de necessidade, como licença maternidade, auxílio-doença e previdência social.

Perfil

De acordo com a Rede Mulher Empreendedora, as áreas da moda, artesanato, beleza e estética e alimentação fora de casa concentram mais de 70% das mulheres. A pesquisa do Consulado da Mulher também mostra a presença de atividades voltadas para a educação e profissionalização, sendo geridas por mulheres, apesar de estarem em menor número.

Proprietária de um comércio há 14 anos, a artesã paraense Margarida Sousa Oliveira, 52, conta que seu primeiro contato com a possibilidade de trabalhar por conta própria foi após ter sofrido um

acidente de trabalho. Afastada do serviço, foi convidada a participar de um movimento de mulheres, lugar onde descobriu seu talento com trabalhos manuais, artesanato, corte e costura, mas ainda sem pensar que poderia transformar isso em uma fonte de renda.

"Primeiro, comecei a trabalhar com alimentos, logo após ter me separado do meu marido. Fiquei com duas crianças pequenas para cuidar e aí, com o dinheiro do Bolsa Família, comprei farinha, ovos, bombons e comecei a vender. Depois, com o apoio do movimento social, comecei a vender tudo que

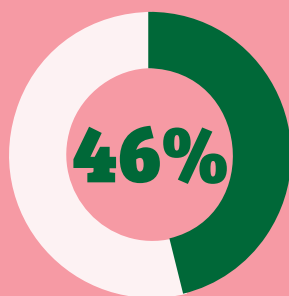
produzia, como bonecas de pano, panos de prato, bijuterias, sandálias em pedrarias e outros", conta.

Embora 97% das mulheres entrevistadas pela pesquisa afirmem estar com os negócios ativos e gerarem renda, uma em cada quatro ainda se enxerga apenas como uma dona de negócio ou alguém que faz "bicos" para complementar a renda familiar.

Dificuldade financeira

O relatório 'Elas empreendem: panorama empreendedorismo feminino no Brasil', lançado em 2024, pelo Ministério do Desenvolvimento,

RETRATO DO EMPREENDEDORISMO FEMININO

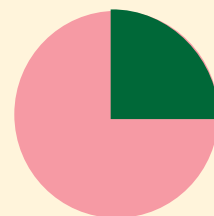


dos empreendedores iniciais no Brasil são mulheres

Fonte: Global Entrepreneurship Monitor

Uma em cada quatro ainda se enxerga apenas como uma dona de negócio ou alguém que faz "bicos" para complementar a renda familiar.

Fonte: Consulado da Mulher



trabalham com moda, artesanato, beleza e estética e alimentação fora de casa

Fonte: Rede Mulher Empreendedora



Margarida Sousa Oliveira, 52, conta que seu primeiro contato com a possibilidade de empreender foi após ter sofrido um acidente de trabalho

Indústria, Comércio e Serviço (MDIC), em parceria com outras organizações, evidencia que a dificuldade de acesso financeiro ocorre tanto para as mulheres em trabalhos informais que não possuem fonte de renda para garantir o seu sustento ou da família quanto para aquelas orientadas para o crescimento com foco na inovação.

Nos negócios de Margarida, o preconceito racial foi um dos obstáculos para a aceitação de seu produto. Entre suas produções, a artesã costura bonecas negras feitas de panos.

"Precisei fazer palestras, gravar vídeos explicando o porquê de fazer bonecas pretas. Também me faltou

apoio, principalmente da família, por conta do preconceito. Outra dificuldade foi a falta de estrutura financeira para confeccioná-las. A partir daí, comecei a reciclar retalhos das costureiras do meu bairro."

Mulheres multitarefas

A mesma falta de tempo que as levam criar o próprio negócio permanece prejudicando o desenvolvimento dele. Por conta de atividades domésticas atribuídas à elas, o tempo de dedicação feminina aos seus negócios acaba sendo inferior ao dos homens, impactando negativamente o desempenho.

"Hoje em dia, está mais tranquilo. Meus filhos são adultos,

cada um com suas casas e responsabilidades. Só restaram eu e meu esposo, que também é uma pessoa idosa que trabalha informalmente. O nosso negócio é na nossa própria casa, aqui temos o meu ateliê e o espaço do mercado e nos revezamos para participar dos eventos e construir a nossa história de vida, cuidando dos nossos negócios", conta Margarida.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2021, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constataram que donas de pequenos negócios dedicam, em média, 17% menos tempo em seus negócios do que homens.

O relatório do MDIC também reforça que "as mulheres acabam sendo mais afetadas pelo aumento do cansaço, estresse e tempo insuficiente para se dedicar ao negócio e a cursos de treinamento que oferecem ferramentas de gestão e conhecimento", diz.

"A vantagem é que eu não preciso sair de casa para trabalhar todos os dias e consigo conciliar as tarefas domésticas e o ateliê. Ainda tenho tempo para estudar e cultivar um quintal produtivo onde eu planto bananas, babosa, galinhas caipiras... O ruim é que às vezes não sobra tempo para alcançar mais coisas", completa a artesã.

Rede de apoio

Especialistas enfatizam o papel das redes de apoio às mulheres em prol da capacitação, promoção e gestão de negócios, bem como

apoio socioemocional. A diretora-executiva do Consulado da Mulher, Adriana Carvalho, afirma que as redes são essenciais para que elas possam conquistar cada vez mais espaços no mercado.

"Conciliar as tarefas domésticas com os negócios próprios não é fácil e, para as mulheres, é ainda mais difícil. A missão do Consulado da Mulher é promover a inclusão produtiva e fortalecer mulheres para que elas conquistem suas independências financeira e emocional, gerando um efeito positivo em suas comunidades.

Adriana salienta ainda a importância do apoio dos familiares e pessoas de convivência, principalmente na partilha de tarefas do lar.

Há 22 anos, o Consulado da Mulher presta suporte, atendendo mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social. De

acordo com Adriana, as mulheres atendidas chegam com pelo menos seis meses de gestão do próprio negócio, e na grande maioria das vezes, na informalidade.

"Nós buscamos a inclusão e a construção de um ambiente onde todas as mulheres possam ser respeitadas e reconhecidas, e auxiliamos na jornada de empreendedorismo das mais diversas frentes. Atuamos com empreendedoras dos segmentos de alimentação, beleza e artesanato", explica.

Outra rede dedicada a ajudar mulheres líderes dos próprios negócios na superação das barreiras é o projeto Sebrae Delas. Segundo explica Georgia, a iniciativa oferece cursos, consultorias e materiais focados no desenvolvimento de competências técnicas, como planejamento, finanças e marketing, como

O Desafio da Informalidade e da Precarização do Trabalho Feminino

O Boletim do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), divulgado em março de 2024, revela que apesar dos avanços, a informalidade continua sendo um dos principais desafios para as mulheres no mercado de trabalho. No 4º trimestre de 2023, a informalidade equivalia a 39,1% da população ocupada, abrangendo trabalhadores domésticos, por conta própria, assalariados sem carteira assinada e trabalhadores familiares.

A informalidade afeta de forma desproporcional as mulheres negras, que representam 41,0% das trabalhadoras informais, enquanto entre os homens negros essa proporção chega a 43,2%. Entre os não negros, as taxas são de 30,8% para mulheres e 32,5% para homens.

A precarização do trabalho feminino é evidenciada pelo alto número de mulheres em subocupação, com jornadas reduzidas, baixos rendimentos e sem acesso a direitos trabalhistas, composto majoritariamente por mulheres negras, sem qualquer proteção legal.

Outra realidade preocupante para elas é a invisibilidade social. Entre as quase 8,9 milhões de mulheres que atuam por conta própria, apenas uma parte possui acesso a benefícios e direitos garantidos pelo MEI (Microempreendedor Individual) e pelo Simples Nacional. A maioria enfrenta condições precárias de trabalho e renda, sem segurança jurídica, proteção social ou perspectiva de aposentadoria.

ACESSE AQUI O ESTUDO DO DIEESE





Nos negócios de Margarida, o preconceito racial foi um dos obstáculos para a aceitação de seu produto. Entre suas produções, a artesã costura bonecas negras fei-tas de panos.

nas socioemocionais, onde são trabalhadas a autoconfiança, negociação e rede de relacionamentos.

"As redes de apoio têm papel fundamental no fortalecimento dos microempreendedores, oferecendo recursos e conexões que potencializam a gestão e o crescimento dos negócios. Um exemplo é o networking promovido por essas redes, que representa um aspecto vital para as empreendedoras. Ao conectá-las a outros profissionais, líderes empresariais e potenciais parceiros, elas ampliam as oportunidades de colaboração, acesso a mercados e compartilhamento de experiências. Essa interação constrói um ambiente de suporte mútuo, em que desafios são enfrentados coletivamente e soluções inovadoras emergem", afirma.

Em 2015, Margarida ajudou a fundar a Rede de Empreendedores Negros do Pará (REDE PRETA), que hoje colhe frutos valiosos na conquista de espaço para o comércio dos empreendedores. "Conseguimos avançar com a rede e agregar mais empreendedores. E tanto com a Rede Preta quanto com o Movimento Afrodescendente do Pará - Mocambo, participamos como entidades de apoio no Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária", celebra.

"Com a organização da Rede Preta, facilitamos o diálogo com os órgãos, na perspectiva de conseguir apoio de espaço físico para comercialização dos nossos produtos, e com os bancos de microcrédito, para os empreendedores. Com certeza, ainda há muitos desafios pela frente, mas unidos a gente consegue se fortalecer", finaliza.

Há 22 anos, o Consulado da Mulher presta suporte, atendendo mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social



Ana Flávia Magalhães Pinto

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília; ativista dos Movimentos Negro e de Mulheres Negras; filha de Sara Ramos Magalhães Pinto, professora de Matemática aposentada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Valorização das memórias afetivas da educação – uma agenda de reparação

“**A** educação brasileira é feita por mulheres”¹. A primeira frase de uma matéria jornalística, destacando o conteúdo do **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024**, mobilizou em mim um conjunto de memórias, e me colocou mais uma vez a pensar sobre a necessidade de confrontar matrizes de sentidos que determinam a naturalização de silenciamentos. Ainda mais numa conjuntura de agravamento da desinformação e de ameaças à docência como um fazer voltado à promoção da equidade e dos direitos humanos.

Os dados recapitulavam o apresentado no **Censo Escolar 2022**: cerca de 80% dos 2,3 milhões de profissionais que compõem o corpo docente da Educação Básica são professoras. E essa não era uma tendência recente. Ao mesmo tempo, tal informação, mesmo explicitando algo relevante, não dava conta de tudo – e voltarei a esse ponto. Admito, por ora, que esses números se encaixam com as recordações dos encontros entre minha mãe e suas colegas de trabalho, sentadas à mesa da cozinha

de casa em finais de semana da década de 1980, em Planaltina, DF.

Eram todas mulheres aquelas professoras de escola pública que, numa cidade-satélite da periferia da capital brasileira, me fascinavam com suas unhas pintadas de vermelho, bolsas coloridas penduradas nas cadeiras, pelo falatório descontraído e aqueles muitos papéis e diários, nos quais as filhas alfabetizadas podiam marcar pontinhos nos espaços em que não havia F de falta, e se sentir um tanto adultas por isso.

Testemunhando os esforços de várias delas para concluir a licenciatura curta e depois a plena – o que incluía aventuras num furgão ora sem farol, ora com pouco freio numa rodovia mal iluminada –, minha infância foi atravessada por cenas de assembleias, conversas sobre a falta de material de trabalho e a necessidade de encontrar soluções para encorajar estudantes a permanecerem na escola. Isso aconteceu em pleno processo de saída da ditadura militar e construção de possibilidades do que se convencionou chamar de redemocratização.

1 Brasil tem 1,8 milhão de professores na rede pública; 78,8% são mulheres. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/brasil-tem-18-milhao-de-professores-na-rede-publica-788-sao-mulheres/>.

“

Uma educação patrimonial documental antirracista e antissexista tem o potencial de facilitar um melhor dimensionamento de quem e do que temos sido. Afinal, não se valoriza o que não tem valor reconhecido.

”

Naquele contexto, divergências ideológicas foram tendo oportunidade de se evidenciar e discordâncias públicas encontraram espaço. Nada que caracterizasse antagonismos ferrenhos. A tensão era modulada de forma distinta da atual e as diferenças eram insuficientes para provocar rupturas definitivas. Havia um espírito de corpo que sustentava o elo. Boa parte da substância desses vínculos, aliás, era fácil de perceber a partir de um material que parecia ter sempre existido e que se fazia presente na casa de todas: o boletim **Quadro Negro**.

Criado concomitantemente ao Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), o periódico, há 45 anos, tem sido um registro da sistematização de informações sobre as questões estruturantes e urgentes da categoria. Nos anos 1980 e 1990, muitas vezes vi minha mãe lendo aquele material e depois trocando comentários a respeito com outras professoras. Essa prática educou um fazer político em mim e outras pessoas da minha geração.

Afora a memória institucional, o boletim, na sua constância, tornou-se um testemunho da face, ou melhor, das faces de quem faz a educação brasileira desde o nosso território. E por falar em faces no plural, enquanto corro os olhos por exemplares antigos e recentes, volto a refletir sobre o apagamento promovido pela

maneira como foi apresentado aquele dado estatístico com o qual iniciei esse artigo.

Mesmo sendo fundamental para o reconhecimento da importância feminina nos processos de ensino e aprendizagem no país, negligenciar a dimensão “interseccional” desta experiência acaba até mesmo legitimando apagamentos profundos, com os quais tendemos a discordar, que reforçam “imagens de controle” que reduzem a própria relevância das mulheres como um todo. Os conceitos em destaque, elaborados por Patricia Hill Collins – intelectual afro-estadunidense –, são aqui acionados para oferecer instrumentos e enxergar algo que nos passa despercebido em determinados contextos e em outros não².

Quando revisito minhas memórias afetivas, as professoras de quem falava não eram apenas mulheres. Suas trajetórias poderiam ser compreendidas por meio de marcadores sociais de gênero, raça, classe e território. Naquela mesa da cozinha, assim como no **Quadro Negro**, estiveram e estão mulheres negras, com ascendência indígena, com perspectivas ideológicas distintas e muito mais. São faces e corpos que vão além daquilo que estamos condicionadas/os a pensar quando acionada a palavra “mulher”. Num país em que mulheres negras são o maior contingente populacional, quando cruzadas as variáveis de gênero e raça, o normal deveria ser estranhar nossa ausência nos espaços.

É nesse sentido que proponho uma reflexão sobre a necessidade de um cuidado especial com os registros de memória institucional das organizações de representação da classe docente e com as formas de mobilização desse patrimônio. Uma educação patrimonial documental antirracista e antissexista tem o potencial de facilitar um melhor dimensionamento de quem e do que temos sido. Afinal, não se valoriza o que não tem valor reconhecido.

2 Patricia Hill Collins. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

"Canción con Todos": A educação em um mundo de crises e resistências

Eleita presidenta do Comitê Regional da Internacional da Educação para a América Latina, Sonia Alesso, secretária-geral da Confederação dos Trabalhadores da Educação da República da Argentina (CTERA), conversou com a revista *Mátria* sobre os desafios e as lutas do movimento sindical educacional na região e no mundo

Por: **Katia Maia**



Foto: Internacional da Educação



10º Congresso Mundial da Internacional da Educação, realizado em Buenos Aires, define diretrizes para a luta unificada em defesa da educação pública

A ‘Canción con todos’, imortalizada pela cantora argentina Mercedes Sosa, é tida como um hino de união e identidade latino-americana. A letra, que diz ‘*Siento al caminar Toda la piel de América en mi piel*’ (Eu sinto quando ando, Toda a pele da América na minha pele), remete a sentimentos de pertencimento e luta. A educadora destaca a importância de união e solidariedade para enfrentar um cenário global marcado por desigualdades e retrocessos.

Nesse um bate-papo exclusivo, a líder sindical aborda temas como a defesa da educação pública, os avanços na luta contra o assédio no trabalho, a crescente migração de professores e estudantes, e a resistência aos ataques às universidades públicas e ao sistema educacional argentino. Compartilhou sua visão sobre o fortalecimento das políticas de gênero e a inclusão de mais mulheres nas lideranças sindicais.

Revista Mátia: Sonia, quais são os principais desafios enfrentados pela educação pública hoje?

Sonia Alesso: Vivemos um cenário global marcado por crises econômicas, políticas e sociais. Na América Latina, enfrentamos retrocessos nas políticas públicas, com cortes na educação, ataques às universidades e perseguições a líderes educacionais. No mundo, a crise migratória e os conflitos armados também impactam diretamente a educação, desde a ausência de alunos e professores até os bombardeios de escolas, que são crimes de guerra.

Mátia: A senhora mencionou a migração. Como isso afeta a educação na América Latina?

Sonia: A migração é um problema grave e global. Muitos países da América Central, por exemplo, estão perdendo professores e alunos devido à migração forçada por fome, guerras e perseguições. Esse fenômeno, muitas vezes invisibilizado, tem efeitos diretos nas escolas e na vida das pessoas. Queremos dar visibilidade a isso.

Mátia: Como a Internacional da Educação tem respondido a esses desafios?

Sonia: Temos promovido campanhas globais, como "Por la Pública, Creamos Escuelas", para defender e fortalecer a educação pública. Estamos engajados na disputa pela educação pública, impulsionando essa campanha. Além disso, trabalhamos para garantir escolas seguras, lutar por mais investimentos em educação e apoiar professores e comunidades impactadas por conflitos. Estamos também conduzindo uma pesquisa sobre migração para entender os impactos desse fenômeno na educação.

Mátia: E como fica a questão do papel dos jovens na docência?

Sonia: é de extrema importância investir na formação de professores novatos e escutar seus interesses. Estamos desenvolvendo propostas para incluir mais jovens na docência e também trabalhando com universidades e institutos de formação docente. Além disso, a defesa da democracia e a solidariedade internacional continuam



sendo fundamentais, pois, líderes na América Latina e em outras partes do mundo estão sendo perseguidos ou assassinados por suas posições.

A solidariedade internacional se estende à defesa de líderes educacionais e comunitários, que estão sendo alvo de perseguições e violência. Em setembro de 2024, o presidente do STEG, Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores da Guatemala, Joviel Acevedo, foi atacado, e dois docentes assassinados. A perseguição a líderes sindicais e sociais, especialmente aos povos indígenas, é uma realidade alarmante.

Mátria: E como a educação pública pode resistir a esse cenário?

Sonia: A resistência passa pela união e solidariedade. É essencial fortalecer os sindicatos educacionais, investir na formação de jovens docentes e garantir que a educação seja uma ferramenta de transformação. A defesa da democracia e dos direitos humanos também é central.

Mátria: No contexto de gênero e diversidade, quais avanços a senhora observa?

Sonia: A Internacional da Educação tem dado voz às mulheres, às comunidades LGBTQIA+ e aos povos originários, cujas histórias muitas vezes são silenciadas. Criamos espaços para que essas minorias compartilhem suas vivências e desafios, especialmente os professores indígenas, cujo papel é fundamental. A inclusão e o fortalecimento dessas comunidades são prioridades.

Queremos que suas vozes sejam ouvidas e que compartilhem o que está acontecendo em cada país da América Latina o trabalho para



"A educação não se vende, se defende": manifestantes argentinos pela educação pública

recuperar o papel dos docentes indígenas, especialmente, tem sido um ponto forte na agenda da organização.

Mátria: Como avalia a situação da América Latina hoje?

Sonia: A região vive um momento complicado, com o avanço de governos de direita que promovem retrocessos. Porém, também vemos processos de esperança, como no México, embora a situação seja ainda muito difícil em outros países como Colômbia e Chile, ou seja, estamos diante de um cenário latino-americano complicado. O movimento sindical educacional tem desempenhado um papel crucial na defesa da democracia e dos direitos humanos.

A Internacional da Educação para a América Latina (IEAL) desempenha um papel muito importante em cada país, na abordagem de questões educacionais e, também, na disputa pela agenda política em defesa dos direitos humanos e dos direitos das mulheres. (Leia mais em – citar a pág da coordenada...).

Mátria: E a situação na Argentina, seu país natal?

Sonia: Argentina vive o momento de um governo de livre direita que não encontra paralelo especialmente em temas de raça e classe, algo que não fazia parte da agenda política do país. (Leia mais em página 74).

“
Criamos espaços para que essas minorias compartilhem suas vivências e desafios, especialmente os professores indígenas, cujo papel é fundamental.
”

Situação também presente na direita brasileira, com Bolsonaro, ou na direita uruguaia e no Chile. O pacto democrático pós-ditadura na América Latina foi claro ao afirmar ‘nunca mais’ para golpes militares ou ações violentas e autoritárias da direita na região.

Mátria: E a relação Sul-Sul

Sonia: A solidariedade entre a América Latina e a África é essencial. Esses continentes têm sido historicamente saqueados, mas também são fontes de resistência e transformação. O presidente da Internacional da Educação, Mugwena Maluleke, da África do Sul, é um símbolo dessa união.

A promoção de campanhas globais para aumentar os investimentos em educação pública tem sido um movimento particularmente relevante no contexto de desa-

fios globais com guerras e crises, imposto pelas direitas em nossos países.

A colaboração com organizações internacionais como a UNESCO e as Nações Unidas resultou em 59 recomendações para melhorar o sistema educacional mundial. Nosso foco é reivindicar mais investimentos públicos em educação.

Mátria: O que a educação pública representa nesse cenário de crises?

Sonia: Ela é um pilar de esperança e transformação. Defendê-la significa lutar por um futuro mais justo, inclusivo e solidário. A educação é um direito humano inalienável, e nós continuaremos na linha de frente dessa luta.

Argentina vira à extrema-direita e mira a educação

Foto: xxxxxxxxxxxx



Foto: Emiliano Lasalvia/AFP

Milhares vão as ruas na Argentina em protesto contra o presidente Javier Milei

O cenário político na Argentina, sob a presidência de Javier Milei, tem gerado grandes desafios especialmente para a educação pública no país. Sonia Alesso, que é argentina, denuncia os cortes drásticos no orçamento educacional, com implicações sérias para a educação básica e superior.

"O presidente Milei é inimigo da educação pública", afirma, destacando que o governo anulou as negociações coletivas de docentes e violou a Lei de Financiamento Educacional, que garante um investimento mínimo de 6% do

PIB para a educação. "O orçamento de 2025, apresentado em setembro de 2024, 'desfinancia' não só as escolas básicas, mas também as universidades. É algo monstruoso", declara.

Sonia menciona a série de cortes promovidos pelo governo como as bolsas escolares para crianças, jovens e estudantes universitários e todos os programas de formação docente. "Reduziram os salários dos docentes tanto da educação básica quanto do ensino superior", além dos cortes nos programas de financiamento para pesquisa e a retirada dos fundos das escolas

técnicas. Por fim, disse, "cortaram os investimentos em infraestrutura escolar, construção de escolas e universidades".

A luta das universidades públicas

Na Argentina, as universidades públicas têm sido um alvo constante de ataques. "As universidades são públicas, gratuitas e autônomas", afirma Sonia, lembrando o impacto histórico da Reforma Universitária de Córdoba, também conhecida como Reforma Universitária de 1918, pioneira na América Latina. O movimento

deu direito a todos fazerem universidade sem concurso e é considerado uma das mais importantes bandeiras do processo estudantil latino-americano.

Hoje, na Argentina, 60% dos estudantes das grandes cidades são de primeira geração universitária, e em áreas mais pobres esse número chega a 70% ou 80%. Isso em um país que historicamente teve uma classe média muito grande, significou uma oportunidade de ascensão social, pesquisa e investimento. “Portanto, é um ataque frontal”, resume Sônia.

A resistência cresce nas ruas

Frente às tentativas de ‘desfinanciamento’, a resistência cresce, na avaliação de Alesso, especialmente em momentos de forte dificuldade econômica. “O salário dos docentes está abaixo da linha da pobreza, e a classe média está sofrendo brutalmente com o ajuste”, diz, apontando para a crise social que acompanha os cortes.

A tentativa de privatização do ensino superior é um dos objetivos do governo do atual presidente Argentino, o que tem gerado resistência em todo o país. O movimento sindical, estudantes e

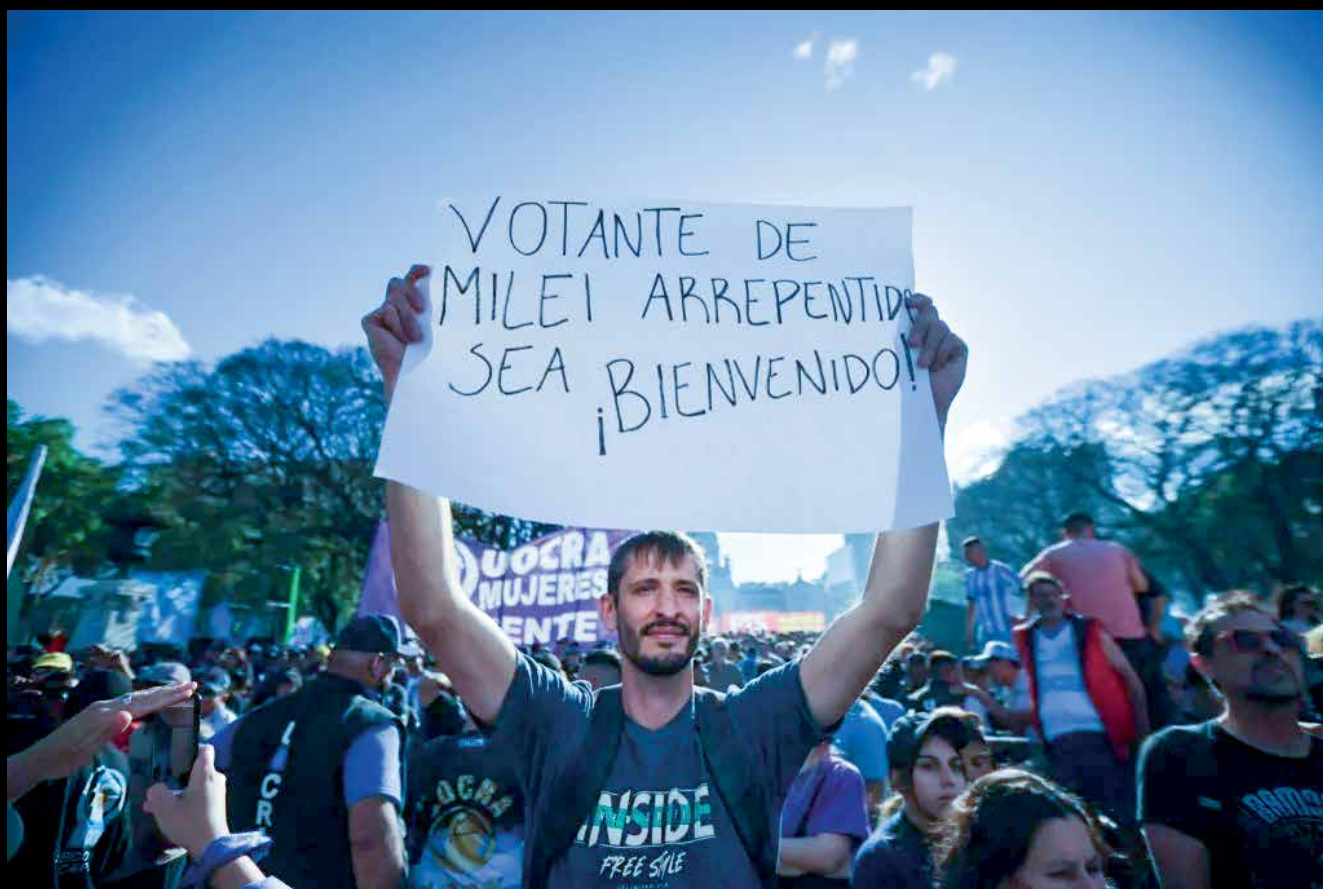
reitores universitários se uniram para enfrentar as ameaças, com mobilizações e reuniram milhões de pessoas nas ruas. “A primeira mobilização contou com 1,2 milhão de pessoas, e a segunda mais de 2 milhões. Isso mostra a força da resistência”, ressalta.

Alesso acredita que, em 2025, a resistência irá aumentar ainda mais, e a articulação entre a reação popular e a política será essencial. “O povo argentino não vai aceitar esse projeto político da direita”, afirma com confiança na reação das ruas. “Tenho esperança de que possamos sair dessa ‘noite escura’ que essa situação nos trouxe”, conclui.

“Legisladores, estamos anotando o nome de vocês”, diz uma manifestante argentina



Foto: Emiliano Lasalvia/AFP



"Seja bem-vindo, eleitor de Milei arrependido", diz o cartaz do cidadão argentino

Mulheres, presentes! Gênero, Direitos e Educação na América Latina

A defesa dos direitos das mulheres e a promoção de políticas de gênero têm sido prioridades no trabalho da Internacional da Educação para a América Latina. Sonia Alesso destacou especialmente a recente conquista histórica da organização, quando, pela primeira vez "temos uma presidenta mulher e duas vice-presidentas na Internacional para a América Latina".

Um marco que, segundo ela, reflete o compromisso com a

formação e o fortalecimento da liderança feminina. "Algo fundamental para avançar nas questões de gênero no contexto educacional", avalia.

O fortalecimento da política de gênero

Com um histórico sólido em políticas de gênero, a IE tem investido consideravelmente na formação de novas lideranças femininas. "A CNTE tem sido uma base forte nesse trabalho, com lideranças como Fátima Silva e Estela Maldonado, que impulsionaram as políticas de gênero na região", afirma Sonia.

Esforços que resultaram em avanços significativos, como a formação de equipes em países onde a participação feminina nos sindicatos era quase inexistente. "É um exemplo para outras regiões do mundo", afirma, destacando o trabalho da 'Rede de Mulheres' na luta pela inclusão das mulheres na vida sindical e política.

Além disso, a IE promove encontros regionais, eventos de formação política e debates sobre o papel das mulheres nas diversas esferas do movimento sindical e educacional. "As mulheres não falam apenas de gênero, mas de uma transformação mais ampla

na sociedade", diz Sonia, reforçando o impacto dessas ações.

O Combate ao Assédio e a Luta Feminista - Dentro das lutas da Internacional da Educação, um tema crucial é a defesa da Convenção 190 da OIT que, juntamente com a Recomendação 206, trata das primeiras normas internacionais do trabalho a fornecer uma estrutura comum para prevenir, remediar e eliminar a violência e o assédio no mundo do trabalho, incluindo a violência de gênero.

"Conseguimos apoio de vários países da América Latina

e do mundo para essa resolução", afirma. Ela destacou a importância do documento em ambientes de trabalho, especialmente nas escolas. "É um problema fundamental que nós, mulheres, enfrentamos", constata.

A luta feminista tem sido central nas conquistas da resolução. Sonia vê a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho como um reflexo da busca por autonomia e desenvolvimento profissional, algo que ainda é visto com resistência por governos de direita. "Muitas mulheres

chegaram à política graças à luta dos feminismos", lembra.

Segundo Alesso, a luta é importante e gradual, envolvendo temas como a legalização do aborto, a educação sexual integral, a possibilidade de as mulheres decidirem sobre seus corpos, pela defesa da diversidade no mercado de trabalho e da autonomia das mulheres. "O que resulta em cidadãos e cidadãs mais conscientes e felizes - mais conscientes de seus direitos e mais felizes por poder viver uma vida plena", conclui.

Milhares vão as ruas na Argentina em protesto contra o presidente Javier Milei



Foto: Emiliano Lasalvia/AFP

A educação em tempos de desafios globais

Foto: Internacional da Educação



"Sim à escola pública": realizado de 26 de julho a 2 de agosto de 2024, 10º Congresso Mundial da Internacional da Educação reúne milhares de trabalhadores na capital argentina

Uma análise das tendências na América Latina e o papel dos sindicatos na defesa da educação pública

O atual cenário da educação, com foco nas tendências observadas na América Latina, o papel crucial dos sindicatos neste contexto e a educação pública como ferramenta de transformação social. Para a pesquisadora do Observatório Latino-Americano de Política Educativa da Internacional da Educação (OLPE-Ieal), Gabriela Bonilla, é preciso refletir sobre os desafios enfrentados pela educação na América Latina e as estratégias necessárias para fortalecer o setor. "A educação pública é um direito fundamental e, mais do que nunca, precisa ser defendida", afirmou.

Destacando a importância da união, da solidariedade internacional e da defesa intransigente da educação pública, a pesquisadora aborda desde as resoluções do último congresso mundial da Internacional da Educação até as estratégias para o futuro e a luta pela paz e pela igualdade dentro e fora do contexto educacional. A educação extrapola governos, escolas e cenários globais e o mundo vive um momento marcado por uma onda de movimentos por direitos e desafios à democracia, avaliou.

Falta de atratividade da carreira docente, o burnout, a ampliação da idade de aposentadoria e a escassez de vagas ameaçam gerar uma carência de 3 milhões de professores na América Latina até 2030, reforçando a necessidade de formação sólida e presencial

Nesse contexto, Bonilla destaca as principais deliberações do 10º Congresso Mundial da Internacional da Educação, realizado na Argentina, com forte voz dos/as trabalhadores/as da educação pela paz, a defesa do investimento público na educação em todos os níveis e a reivindicação de diálogo com os sindicatos. "Se não tem paz, não tem condições para construir democracia e não tem condições para gerar processos de diálogo com o setor trabalhador", afirmou Gabi Bonilla.

A pesquisadora alerta para a ascensão de governos conservadores de extrema direita que, mesmo eleitos democraticamente, destroem as instituições democráticas, cortam investimentos em políticas públicas e fazem discursos de ódio e desinformação como estratégia política.

Licenciada em Antropologia Social e Educação, Gabriela tem dois títulos de mestrado: o primeiro em Gestão de Projetos com foco em Justiça Climática, pelo Project Management Institute e outro em Comunicação e Desenvolvimento, pela Universidade da Costa Rica.

Com mais de 20 anos de vivência no movimento sindical, ocupou a coordenação da Ieal por sete anos.

América-Latina – Bonilla identificou um conjunto de oito tendências preocupantes que afetam a educação na América Latina. A começar pela naturalização de alianças público-privadas, com ministérios da educação aceitando a participação de atores não estatais, inclusive aqueles sem expertise pedagógica, na formulação de políticas.

Paralelamente, o setor empresarial busca influenciar essas políticas, apresentando-se como tecnicamente neutro, mas com uma agenda ideológica clara de controle sobre conteúdos e práticas pedagógicas. Ela citou a padronização curricular, exemplificada pela aliança da Khan Academy com a Fundação Lehman, que facilita a venda de serviços educacionais em larga escala,



Foto: Arquivo Pessoal

Para Gabriela Bonilla, a falta de atratividade da carreira docente, devido à falta de valorização, o burnout, a ampliação da idade de aposentadoria e a escassez de vagas, ameaçam gerar uma carência de 3 milhões de professores na América Latina até 2030

resultando em perda de soberania pedagógica. “E quando nossos governos, nossos Ministérios da Educação não compreendem a importância da soberania pedagógica, é que se abre a porta para muitos negócios privados que fazem experimentos na educação pública”, afirmou.

Além disso, complementa, há a crescente pressão sobre as condições de trabalho no setor público, com ataques a salários, empregos, direitos de negociação e férias, debilitando a educação pública como um todo. Outras tendências incluem a influência de setores religiosos e militares na definição de políticas educativas, com impactos negativos em conteúdos como direitos humanos e de gênero, exemplificados por casos na Costa Rica, Peru e Bolívia.

Bonilla observa que existe uma substituição dos sindicatos por outros grupos no diálogo com os governos, desrespeitando o direito à negociação coletiva. A influência de organismos internacionais como o Banco Mundial e o BID, através do financiamento de reformas educacionais com empréstimos que condicionam as políticas, também é um ponto de alerta.

Ela destacou o eufemismo da “inovação financeira” como disfarce para formas de privatização, como vouchers e pagamento por resultados. Por fim, a falta de atratividade da carreira docente, devido à falta de valorização, o *burnout*, a ampliação da idade de aposentadoria e a escassez de vagas, que ameaça gerar uma carência de 3 milhões de professores na região até 2030, reforçando a necessidade de formação sólida e presencial.

A Força da União e a Luta Contínua

A importância de currículos completos, com matérias como história e estudos sociais, para promover debates sobre democracia e o futuro dos povos e o papel único dos educadores nesse processo, segundo Bonilla, são diferenciais importantes. “Porque é aí onde vamos fazer os debates sobre as democracias e o que significa



Ilustração: Freepik

a construção do futuro dos nossos povos”. O trabalho em sala de aula, lembra, é uma ação “que ninguém, nenhum outro setor tem, só os/as trabalhadores/as da educação”.

Ela enfatizou a força dos encontros sindicais, da solidariedade internacional e da presença nas comunidades, especialmente através do movimento pedagógico, ressaltando o respeito que os/as professores/as têm nas comunidades e a importância de dialogar com famílias e estudantes para defender a educação pública. “Nossa esperança vem da clareza dos nossos efeitos”, lembrou. Bonilla citou Estela Maldonado, da Argentina, que destaca a importância de acreditar que todos os estudantes podem ter um futuro melhor.

O Papel do Brasil e as Alianças Estratégicas

O Brasil tem papel fundamental com seus sindicatos (CNTE, Contee, Proifes) na construção de alianças com países lusófonos, fortalecendo a voz da América Latina e da África lusófona dentro da Internacional da Educação. A pesquisadora ressaltou os avanços do Brasil em políticas públicas, como o combate à pobreza e ao racismo, o fortalecimento da universidade pública, e a importância da diversidade nas autoridades educacionais.

“A região está olhando para o Brasil. Mesmo o país tendo muitas complicações e desafios, as pautas que

já estão colocadas, os avanços já colocados estão fortes e já estão em um patamar que não é fácil de apagar”, avaliou. Ela lembrou que a presença do professor e presidente da CNTE, Heleno Araújo, na vice-presidência Mundial para América Latina da Internacional da Educação e que, segundo Bonilla “é vista como uma grande vantagem para a região”.

Compromisso com a diversidade

Em linha com a defesa da educação laica, Gabriela Bonilla, reafirmou “o direito à educação para todas, todos e todes, assim como o direito a condições de trabalho dignas”. A Internacional da Educação se compromete a defender os direitos trabalhistas de seus membros LGBTQIA+ (gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans e não binárias), garantindo igualdade e respeito.

Bonilla enfatizou ainda a responsabilidade de assegurar que estudantes LGBTQIA+ encontrem na educação pública um espaço seguro e acolhedor.

“Independentemente de crenças religiosas”, conclui. “Educadores e dirigentes sindicais têm o mandato de defender o direito à educação dos estudantes e as condições de trabalho de todes os trabalhadores”, reforça.

Em 2024, disse, “nós conseguimos que o painel de alto nível das Nações Unidas fizesse um documento com 59 recomendações”. São recomendações que, lembrou, têm que ser seguidas pelos governos para cuidar da profissão de educação. “Então, em 2025, o nosso comitê regional, por meio de nossa presidenta Sônia Alessio, vai continuar difundindo e cobrando também dos nossos governos que sigam essas recomendações.

Ela destaca que o comitê regional intensificará a cobrança aos governos e organismos internacionais (a Unesco, a Unicef, a OIT). “Temos que agir fortemente sobre as miradas críticas da desinformação e do discurso de ódio”, afirma Bonilla, defendendo uma ‘educação carinhosa’, inspirada em Paulo Freire. “Não podemos perder. Estamos obrigados a ter esperança”, conclui.

Delegação do Brasil composta por dirigentes da CNTE e entidades filiadas presente no Congresso Mundial da Internacional da Educação, realizado em julho de 2024, em Buenos Aires, Argentina



Foto: Internacional da Educação

Coletividade feminina e diversa para uma democracia forte

Durante o 10º Congresso Mundial da Internacional da Educação, realizado de 20 de julho a 2 de agosto de 2024, em Buenos Aires, entidades sindicais de 178 países defenderam um ambiente inclusivo e diverso para as escolas públicas e o combate à crescente onda de autoritarismo de extrema direita. O debate aconteceu durante o encontro “Mobilizando por direitos e igualdade de gênero em face do nacionalismo e autoritarismo de extrema direita”.

A moderadora da sessão e Oficial Nacional para Igualdade e Treinamento no NASUWT-The Teachers' Union do Reino Unido, Jennifer Moses, destacou o progresso das políticas e ações pelos direitos humanos nas últimas décadas. No entanto, ela alertou sobre a atual resistência e violência de movimentos anti gênero impulsionados pela direita.

“Esses atores promovem uma visão estreita, hierárquica e patriarcal das relações de gênero”, explicou Moses. “Eles combatem o que percebem como ameaças ao bem-estar nacional, decorrentes do feminismo, movimentos de justiça social e direitos LGBTI+.”

Segundo ela, escolas e universidades se tornaram alvos dessas agendas, com esforços para controlar o acesso a instituições educacionais e ditar currículos.

Isso inclui impor restrições a uniformes e promulgar proibições curriculares sobre conteúdo relacionado a gênero ou raça, citou.

“Em 2024, pelo menos 60 estados-membros da ONU tinham leis restringindo a liberdade de expressão, e 59 estados tinham leis que poderiam restringir os direitos de reunião e associação pacíficas com base na orientação sexual e identidade de gênero”, observou Moses.

Jennifer Moses pontuou a importância da ação coletiva. “Combater essas tendências anti direitos, antifeministas e antidemocráticas é responsabilidade de todos. Precisamos de uma ação sindical forte em todos os níveis, impulsionada pelas vozes coletivas de pessoas de todos os gêneros.”

Conquistas em risco

A secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Fátima Silva, que fez o discurso de encerramento do encontro de mulheres do Congresso, chamou a atenção para os ataques de políticos extremistas contra os direitos das mulheres no trabalho, nos espaços e sobre seus próprios corpos. Para ela, é esse mesmo extremismo que quer tirar o direito das mulheres de ter salários iguais aos

Foto: Divulgação/ Flickr



Jennifer Moses,
Oficial Nacional,
Igualdade e
Treinamento,
NASUWT



A secretária-geral da CNTE, Fátima Silva, faz o discurso de encerramento do encontro de mulheres do 10º Congresso Mundial da Internacional da Educação

de homens que desempenham os mesmos trabalhos. “E será contra eles que as mulheres e homens de bem irão resistir, para derrotá-los na política e devolver o estado de bem para todo o povo, por meio da democracia representativa do voto, os derrotando nas ideias, com construção coletiva e solidária”, completou a dirigente da CNTE. Leia, a seguir, a íntegra do pronunciamento de Fátima:

Saudações de esperança às lutadoras da educação!

Fátima Silva

Saudações a todas as mulheres que se encontram nesse que é o maior espaço de deliberação dentro da estrutura organizativa da Internacional da Educação (IE). Bem-vindos a Buenos Aires, nesse 10º Congresso Mundial da IE! Espero que os bons ares dessa cidade-metrópole, conhecida em todo o mundo pelo seu rico repertório cultural e arquitetônico, nos alimente e inspire nos rumos que apontaremos para o futuro da luta por uma educação pública como direito dos povos em todo o mundo.

A realização desse Congresso na capital da Argentina dá a possibilidade a todos nós de pisar e sentir esse chão latino-americano, marcado por seus mil encantos e cores fortes, que representam as múltiplas vivências e vidas de nosso povo daqui dessa parte do sul global. Com suas populações originárias e povos ancestrais de séculos de luta e resistência, por aqui vimos nossas

riquezas naturais, tão abundantes em seus rios e mares quanto verdejantes em suas matas e florestas, transformarem-se em mercadorias a serviço do lucro, como a prata, o ouro, o petróleo, o algodão, o café, as frutas e o açúcar daqui extraídos e de nós arrancados à força.

A invasão das potências europeias no século XV e XVI faz de nossa história um percurso marcado por uma exploração abusiva e violenta. Com o poder das armas e munições trazidas em seus navios, os colonizadores europeus mancharam suas mãos com muito sangue na cruel matança de nossos povos. A resposta a esse sangrento processo, que têm seus frutos ainda percebidos nos dias de hoje, veio pelas mãos das populações originárias que, por meio de suas lutas, revoltas e revoluções, impuseram muita resistência. E as mulheres sempre ocuparam um papel e lugar central em todo esse processo de luta

que foi forjado contra a dizimação pela qual nossos países passaram.

Desde o ano de 1992, em um encontro ocorrido em Santo Domingo, na República Dominicana, o dia 25 de julho passou a ser o marco dessa luta feminina de resistência no nosso continente. Em todos os países da América Latina, marcamos esse dia como o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Esse é um continente de mulheres que, mesmo nos marcos de uma cultura machista e patriarcal de muita opressão, sempre estiveram à frente das principais justas e legítimas lutas de nossos povos.

Nesse nosso encontro de educadoras, de mulheres que exercem a educação como profissão, todos os continentes estão representados. O labor e a principal tarefa de ensinar crianças e jovens a lerem não somente as palavras, mas, sobretudo, o próprio mundo que os cerca, indicam a dimensão especial dessa

que é a mãe de todas as outras profissões. A nossa ocupação profissional, que ensina as operações básicas da matemática, como a de somar e multiplicar, também educa na tarefa de compartilhar os bens de nosso planeta-mãe. Ensinamos e fazemos ciência pelo mundo afora. Nas escolas e nas universidades, nas salas de aula e nas bibliotecas, nas cozinhas e secretarias escolares, exercemos nossa profissão.

E como professoras ou funcionárias da educação, seguimos sendo mulheres de luta porque sabemos os motivos pelos quais a divisão sexual do trabalho, em todo o mundo, com diferenças de grau e intensidade, nos coloca entre as profissões de menor remuneração. Justamente a profissão que educa e forma todas as outras. Por isso, mais do que nunca, é necessário resgatar nossa maior força, que sempre foi marcada por uma trajetória em que a coletividade é o nosso norte de ação. Juntas sempre fomos mais fortes e não será separadas que, agora, superaremos essa condição de desigualdade imposta a nós.

É a partir da nossa união e desse senso ancestral de coletividade que podemos reafirmar nossa luta e direito fundamentais e, em primeiro lugar, pelos nossos corpos. As tentativas de controle sobre eles, que ainda existem e persistem em nos oprimir, nunca obtiveram êxito pleno nem quando feitas pelos Estados e muito menos exercidas pelas religiões. Ao tentarem nos disciplinar, nos ensinaram a rebeldia. A força da união das mulheres sempre foi representada pela nossa obstinação por um mundo de paz. Lutamos pelo fim de

todas as guerras que hoje e sempre nos matam e nos mataram, a nós e aos nossos filhos e filhas.

As atuais 17 guerras em cursos que hoje vivemos em vários cantos do planeta, como o genocídio de Gaza e a guerra entre a Rússia, a Ucrânia e os países da OTAN, são hoje a ponta de um iceberg que é resultado e produto direto das guerras colonialistas dos séculos XV e XVI que mataram nossos povos originários e expropriaram nossas riquezas. Continentes inteiros carregam até os dias de hoje os sinais de um sistema exploratório que sempre nos matou, como a África e a nossa América Latina. Somos pela paz e pela democracia que, como dizem por aí, pode não ser perfeita, mas ainda não inventaram algo melhor. Somos pela autonomia, autodeterminação e soberania de nossos povos. Somos pela solidariedade e integração. As mulheres de luta deste continente somos todas pela superação das desigualdades que nos assolam e, com plena consciência disso, sabemos que não alcançaremos nossos objetivos se não nos mantivermos unidas e em luta.

Merecemos uma vida digna e plena que só poderá ser alcançada nos marcos da paz, sem violência e com democracia. Não aceitamos os populismos autoritários que insistem em se apresentar como soluções em vários países, escamoteando seus ímpetos, no fundo, autoritários e excludentes. Nossa luta é pela segurança alimentar de nossos povos e por políticas de bem estar e bem viver. Queremos sistemas públicos de educação e de saúde em nossos

países, que nos permitam ter plenitude em nossas vidas, cheias de direitos e paz.

Prezadas companheiras de outras tantas partes deste imenso mundo, tão plural e diverso. Esse 10º Congresso Mundial da IE, que acontece hoje na América Latina, é uma ótima oportunidade para todos conhecerem um continente que é negro e indígena, marcado por um longo processo de escravidão de nossos povos, que nos deixou profundas marcas até os dias de hoje. Mas por isso mesmo, por aqui foi forjado um povo de resistência e que não foge e jamais fugiu à luta.

Estamos hoje, por aqui, fazendo a história. Uma História viva! Não somos meras expectadoras e expectadores desse processo. Somos e podemos ser poder nas nossas entidades e nas nossas organizações. Somos e podemos exercer o poder em nossos países. Não podemos mais nos furtar a ser representadas pelos outros. Que juntas possamos ter o direito a acertar os rumos de nosso caminho e se, por ventura, falharmos nessa nossa tarefa, que, ainda assim, continuemos o fazendo unidas.

Se na educação somos protagonistas mundiais no exercício e na defesa da educação, esse que é um dos mais belos e fundamentais direitos humanos, como não sermos protagonistas em nossas organizações políticas e sindicais? Como não exercer esse protagonismo em nossos países? Que nossa luta por uma educação pública em todo o mundo nos inspire em avançar ainda mais.

Muito obrigada a todos e a todas!



Foto: Divulgação IE

Uma mulher, 178 países e 32 milhões de educadores

Após 16 anos à frente da Internacional da Educação, **Susan Hopgood** encerra seu mandato como líder da federação global deixando um legado de defesa dos direitos humanos e por mais investimentos na educação pública

Professora, ativista, sindicalista e líder global, Susan Hopgood é um dos nomes mais influentes no cenário da educação pública mundial e dos direitos dos trabalhadores. Em 2024, encerrou seu mandato de 16 anos como presidente da Internacional da Educação (IE), passando o bastão para Mugwena Maluleke.

Nascida em 1952 em Cohuna, Austrália, Susan iniciou sua carreira no ensino em 1974 como professora de matemática. Seu envolvimento com a causa sindical começou cedo, ao perceber os desafios enfrentados por seus colegas educadores, que lidavam

com baixos salários, falta de recursos e condições de trabalho precárias.

Ela passou a se envolver ativamente no sindicato Australian Education Union (AEU). Seu comprometimento a levou a ocupar cargos de liderança dentro da instituição, culminando, em 2006, em sua eleição como Secretária Federal do AEU, tornando-se a primeira mulher a assumir essa posição.

Sua influência foi além das fronteiras australianas, sendo eleita, em 2009, presidente da IE, federação global que representa mais de 32 milhões de professores e funcionários da educação em 178 países, da qual a CNTE

é filiada. Sob sua liderança, a IE lutou contra o sucateamento da educação pública, a privatização do ensino e a precarização da profissão docente.

Ao longo dos anos, Hopgood enfatizou a importância da solidariedade global para fortalecer a profissão e garantir acesso universal à educação pública de qualidade. Em discursos e eventos internacionais, denunciou os desafios enfrentados por professores em regiões de crise e guerra, além de propor debates e campanhas sobre mudanças climáticas, ataques à democracia e a necessidade de mais investimento para o setor educacional.

"Não faltam recursos para financiar a educação pública, mas sim vontade política para fazer da educação a prioridade que o mundo precisa", destacou ela.

"Precisamos garantir que o financiamento público seja direcionado para onde é mais necessário – assegurando que cada aluno tenha um professor profissionalmente treinado, qualificado e bem apoiado, em um ambiente de aprendizado de qualidade. O investimento no bem comum é fundamental para a democracia, e não há investimento melhor do que uma educação pública de qualidade, com professores bem treinados e bem remunerados", completou.

Direitos Humanos

Além de sua atuação sindical, Hopgood foi ferrenha defensora dos direitos humanos e da educação como um direito fundamental. À frente da IE, realizou campanhas contra a violência de gênero nas escolas e pelo respeito à diversidade dentro do ambiente escolar.

"A educação é um direito, não um privilégio. Nossa missão é garantir que nenhum professor e nenhum aluno seja deixado para trás", declarou.

Durante a pandemia de COVID-19, esteve na linha de frente da defesa dos professores, cobrando governos para que garantissem segurança, infraestrutura e condições dignas para a continuidade do ensino, especialmente nos países mais vulneráveis. Entre os desafios desse período, ela apontou especial atenção que trabalhadores e estudantes devem ter com as novas tecnologias.

"Aprendemos que a tecnologia é, muitas vezes, um esquema de enriquecimento rápido do setor privado. Aprendemos sobre nós mesmos como uma federação, realizando e participando em uma média de 100 eventos globais e regionais on-line por ano, avançando nosso trabalho e nos esforçando para fazer parte da governança global, incluindo e assessorando organizações como a OMS (Organização Mundial da Saúde) e o Fórum Econômico", declarou.

Foi na gestão de Susan que a IE criou, no ano de 2018, o Dia Mundial do Funcionário da Educação. Junto à CNTE e a outras entidades filiadas, a federação global aumentou ainda mais a visibilidade desses profissionais, fortalecendo a luta pela formação e valorização do trabalho da categoria composta por auxiliares administrativos, merendeiros, auxiliares de serviços gerais, de apoio e vigilância, entre outros.

Futuro

Ao declarar sobre suas expectativas para o futuro da educação pública, a ex-presidente da IE reforçou a necessidade de ações estratégicas dos países para atrair e reter professores qualificados. "A ONU afirmou que os governos precisam garantir salários profissionais competitivos, empregos estáveis, boas condições de trabalho e cargas horárias equilibradas. Eles também instam os governos a assegurar investimentos públicos na educação e a rejeitar medidas de austeridade. Minha esperança é que as recomendações da ONU sirvam como um plano de ação para que as organizações membros as utilizem em suas campanhas nacionais e locais, pressionando os governos a enfrentar a escassez global de professores e outros desafios da profissão docente. Também representam um mandato claro para continuar promovendo a equidade de gênero em nossa profissão e em nossos sindicatos", disse.

Foto: Divulgação IE





Foto: Aille Dara Onawale/Divulgação

Eunice Paiva: a heroína silenciosa que nos faz gritar pela democracia

Filme “Ainda Estou Aqui” mostra a Ditadura Militar sob o olhar feminino; mãe de cinco filhos, Eunice se transformou em defensora dos direitos humanos após o marido ser torturado e morto pelos militares

Até janeiro de 2025, Ainda estou aqui havia batido mais de 4 milhões de espectadores no Brasil. Longa de Walter Salles concorre em três categorias no Oscar 2025

Segunda-feira, 6 de janeiro de 2025. A primeira segunda-feira do ano mal havia começado e o Brasil já amanhecia em festa: a notícia de que Fernanda Torres venceu o Globo de Ouro de melhor atriz de drama por sua atuação no filme “Ainda Estou Aqui” deixou o país em clima de final de Copa do Mundo de futebol.

Algumas semanas depois, mais uma conquista: pela primeira vez

na história, um longa-metragem da América do Sul recebe a indicação da maior premiação do cinema mundial, o Oscar, na categoria Melhor Filme, além de ter sido indicado para outras categorias: Melhor Filme Internacional e Melhor Atriz, com Fernanda Torres.

A premiação no Globo de Ouro e as indicações no Oscar põem em evidência nacional e internacional a corajosa história de Eunice Paiva

durante a ditadura militar no Brasil, após o desaparecimento de seu marido, o deputado Rubens Paiva, e destaca sua transformação em uma defensora dos direitos humanos. O filme é uma adaptação do livro homônimo, escrito por Marcelo Rubens Paiva, filho de Eunice.

“O que realmente me emociona no livro é o fato de uma história extraordinária de uma família resistindo a um ato de violência e

uma mulher se reencontrando em meio a isso. Eu me apaixonei por essa mulher. Eu a conheci. Mas o que o Marcelo fez foi descobrir que sua mãe era de fato o coração desta família”, disse o diretor Walter Salles, que conviveu com a família Paiva e classifica Eunice como uma heroína silenciosa.

“Fiquei intimidado em adaptar o livro para as telonas. Demorei sete anos para fazer a adaptação do livro para o filme, porque foi difícil absorver todo o material e filtrar tudo aquilo, pois era um material tão rico, e em camadas, que eu temia não estar à altura disso”, contou o diretor.

Quem foi Eunice Paiva?

Em janeiro de 1971, o marido de Eunice Paiva foi sequestrado, torturado e assassinado nos porões do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) no Rio de Janeiro pela ditadura militar brasileira.

Dois anos depois, Eunice voltou a morar com a família, em São Paulo, onde começou a estudar na Faculdade de Direito e lutou por justiça para provar que Rubens Paiva foi morto pelos militares, além de se dedicar a outros casos de desaparecidos políticos e se especializar na defesa jurídica dos povos indígenas.

“Quando eu vi minha mãe perdendo a memória, eu pensei que eu seria o responsável por manter essas lembranças. Depois de tantos anos, e tantos heróis que tivemos, que lutaram contra a ditadura...



Eunice Paiva, acompanhada do filho Marcelo Rubens Paiva, recebe a certidão de óbito de Rubens Paiva, seu marido desaparecido desde 1971

Havia muitos livros sobre o meu pai, mas não havia livros que falavam sobre as mulheres da época, as mulheres que estavam vivas e que tinham que cuidar de crianças, e lutar contra os regime militar, e reconstruir a democracia”, declarou Marcelo Rubens Paiva, durante evento em Nova York.

“Ela dedicou a vida lutando pela sua família, mas não apenas pela sua família, mas também por outras que sofreram na ditadura. Então, minha mãe mereceu um livro. Mais importante que isso, ela teve que cuidar de cinco filhos, com pouco dinheiro, investiu muito na nossa educação – algo que sou muito grato. Ela foi uma verdadeira heroína cuidando de cinco crianças e sendo perseguida em todos os lugares”, disse o autor.

Ao assistir entrevistas de Eunice Paiva, a atriz Fernanda Torres percebeu uma mulher que, apesar de ter vivido tudo que viveu, era

elegante, cheia de dignidade, sem clichês e sem melodramas. “Era inacreditável e muito intimidador... [a história dela] eu acho que é um conto feminista. Hoje eu assisti ao filme novamente e vejo que no começo mostra ela fazendo café para a família, colocando as crianças para dormir... Você não acredita que aquela mulher vai se tornar a mulher que ela se tornou, e ela faz isso de forma elegante e em silêncio...essa mulher nunca contou aos filhos que seu pai havia sido torturado e assassinado. E cada filho entendeu quando cada um tinha que entender”, disse a atriz.

“É um personagem incrível que me permitiu fazer um trabalho que eu nunca seria capaz de fazer sem o real. Porque, como atriz, sempre fazemos escolhas normais, a imaginação não sai da caixa, mas essa mulher é como um mito, como antígona. Isso é lindo”, revelou Fernanda.

História e ditadura revisitadas

Para a historiadora e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Regina Helena Alves da Silva, o filme tem um papel muito importante na atualidade ao mostrar a ditadura para as novas gerações de um jeito pouco impositivo, mas igualmente impactante. Regina diz que o Brasil tem uma “imensa dificuldade com a memória da ditadura”. Para ela, é o país da América Latina que mais dificilmente enfrenta o seu passado.

“Muitos alunos me falam que seus pais ou avós disseram para eles que é exagero o que se conta sobre a ditadura, que nada aconteceu. E o filme mostra como o cotidiano das pessoas naquela época era afetado”, explica.

“A grande marca desse filme é colocar a ditadura no cotidiano. Mostrar que a ditadura afetou o dia a dia das pessoas. A forma como a ditadura é lembrada é pela resistência, pela luta armada, e aí o filme vem e mostra o Rio, mostra as ruas, mostra [a rotina de] uma família de classe média... um cara que é preso porque levava correspondência para as pessoas, ele simplesmente levava carta de pessoas para seus familiares. O filme mostra que a Ditadura não foi um evento na vida de poucos. Ela se misturou ao dia a dia das pessoas”, opina Regina, em entrevista à Revista Mátria.

Grito pela democracia

Para o jornalista Pedro Duran, da CNN Brasil, “há um simbolismo profundo de que o Globo de Ouro de melhor atriz em drama tenha vindo três dias antes do dia 8 de janeiro,

data que virou sinônimo de ataque à democracia brasileira”, escreveu em um artigo para a CNN Brasil.

“É impossível assistir ao filme e sentir alguma nostalgia da ditadura militar brasileira, que dizimou sonhos e impôs ao país um período sombrio que fica escancarado na cena em que Rubens Paiva é levado de casa pra não voltar. Esse é, definitivamente, o Brasil que não queremos nunca mais.[...] Ao invadirem a sede dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, homens e mulheres colocaram em risco o Brasil democrático. Hospedados em barracas nos quintais de quartéis militares, relembavam o regime que interrompeu o direito de escolher”, refletiu o jornalista.

Regina concorda. Ela lembra que os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023 representam o grave desconhecimento de muitas pessoas sobre o que foi a ditadura militar no Brasil.

“Nós tivemos muitos anos de ditadura no Brasil e só lembramos da ditadura militar, mas temos que lembrar de todos os golpes. No dia 8, vimos uma série de pessoas tomadas por um espírito de atacar as instituições, atacar a nossa democracia. O desconhecimento da nossa história é um negócio pavoroso no Brasil... Isso toma a todos, não só as pessoas que se dizem de direita, e que a gente viu no 8 de janeiro”, comenta a historiadora.

“Essa nação que consegue acionar episódios de loucura e depredação em nome de estar cuidando do país?! O “8 de janeiro” a gente deveria parar para pensar demais... Demais. As pessoas vão para as ruas, pedem [a volta da] ditadura, pedem que os militares façam alguma coisa, pedem a volta de leis de exceção que elas sequer conhecem! O 8 de janeiro mostra o quanto esse país precisa conhecer sua própria história”, defende.

Golpistas invadem prédios públicos na praça dos Três Poderes. Na foto, manifestantes sobre a cúpula do Senado Federal



Foto: Joedson Alves/Agência Brasil

Gravidez na adolescência cresce e impacta sistema de saúde ►

Um estudo da Planisa e do DRG Brasil, com dados de 2022 a 2024, revelou o aumento dos partos e da taxa de cesáreas entre adolescentes. Foram analisadas 633.705 altas hospitalares em 442 hospitais públicos e privados, apontando que 5,32% dos partos ocorreram em jovens de 12 a 18 anos.

A gravidez precoce impõe desafios à saúde, às famílias e ao sistema, reforçando a importância da prevenção e do suporte adequado. Nesse sentido, o Ministério da Saúde elaborou uma nota técnica com recomendações que levam em conta problemas como a violência intrafamiliar, abuso e exploração sexual, bem como a erotização infantil.



Foto: EBC/Agência Brasil

◀ Marque na agenda de 2025: Conferência de Mulheres vai acontecer

A V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres acontecerá em setembro de 2025, em Brasília, com a participação de cerca de três mil mulheres. A data foi definida por unanimidade durante reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O evento será precedido por conferências livres, municipais, intermunicipais, estaduais e distrital, organizadas pelos governos locais. O Regimento definirá regras para a organização, escolha de delegadas e etapas preparatórias. A última edição da Conferência ocorreu há 9 anos, em 2016, durante o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff.



Foto: Semipal/PR

Paraná dará carros aos municípios que investem em política para mulheres ►

72 municípios paranaenses poderão receber automóveis novos do governo estadual como incentivo à atuação em política para as mulheres. O Programa de Investimento para Qualificação da Atuação dos Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres (OPMs) busca reconhecer e apoiar as iniciativas que priorizem na agenda pública o desenvolvimento de ações voltadas ao grupo, bem como facilitar a mobilidade e atuação da gestão municipal. Os veículos doados só poderão ser utilizados na estruturação da Secretaria da Mulher ou na qualificação dos serviços de promoção e garantia dos direitos das mulheres.

◀ 3 brasileiras estão entre as 100 mulheres mais influentes da BBC

A ginasta Rebeca Andrade, a bióloga Silvana Santos e a ativista pelos direitos das prostitutas Lourdes Barreto compõem a lista de 100 mulheres inspiradoras e influentes ao redor do mundo em 2024, divulgada pela BBC em dezembro. A resiliência foi o tema central da edição, que reconhece e celebra o impacto de figuras femininas que estão lutando por mudanças, em nível local e/ou global.

Foto: ASCOM Ministério das Mulheres



Foto: BBC





PODCASTS

É NOIA MINHA | SPOTIFY | ENTRETENIMENTO

Em cada episódio, a roteirista e escritora Camila Fremder divide com os seus convidados, histórias, relatos e pensamentos que já viveu ou que não saem da sua cabeça. Como a própria define: “Se você é do tipo que perde o sono com pensamentos absurdos, esse podcast com certeza é feito para você. Ou não, né?”



PARA DAR NOME ÀS COISAS | DEEZER | ENTRETENIMENTO

O podcast da jornalista e comunicadora, Natália Sousa, se traduz em minutos de reflexões, autoconhecimento, conversas profundas e mergulhos internos - mesmo quando desconfortáveis. Para Dar Nome às Coisas, guia os ouvintes pelos mais diversos temas, como medo, fracasso, coragem, dor e recomeços que acontecem diariamente na vida de todos.



FILMES E DOCUMENTÁRIOS

PRO DIA NASCER FELIZ | DISNEY + | ANO: 2005

Filmado em três estados com diferentes realidades sociais, o documentário acompanha a realidade de adolescentes brasileiros e o cotidiano de professores.



AS ÚLTIMAS MULHERES DO MAR | APPLE TV+ | DOCUMENTÁRIO | ANO: 2024

O documentário dirigido por Sue Kim mostra a vida das mergulhadoras haenyeo, que vivem na Ilha de Jeju, na Coreia do Sul. Conhecida como “Sereias da vida real”, o filme retrata a vida, amizade, independência e empoderamentos de mulheres que lutam para preservar os oceanos e o modo de vida ancestral.



A SUBSTÂNCIA | AMAZON PRIME | ANO: 2024

O filme, vencedor da Palma de Ouro de Melhor Roteiro no Festival de Cannes 2024, é uma fábula de terror, com críticas ao etarismo em Hollywood, pressão estética sobre mulheres e a inquietante obsessão pela juventude.



QUANDO SINTO QUE JÁ SEI | YOUTUBE | ANO: 2014

Com depoimentos de pais, alunos, educadores e especialistas, o documentário questiona o modelo tradicional de ensino.



POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA | YOUTUBE | ANO: 2021

O filme convida jovens, adultos, idosos, indígenas, negros, amarelos e brancos a se engajarem para que ajudem a modificar as práticas educacionais que conhecemos até hoje.



NOSSAS HISTÓRIAS | YOUTUBE | ANO: 2019

Busca registrar para as novas gerações, a vida de brasileiros anônimos, que lutaram, e consequentemente, sofreram (alguns sofrem até hoje) com a ditadura militar brasileira.

LIVROS

MÃE TAMBÉM É GENTE | AUTORA: SILMARA LUZ | ANO: 2024

Em meio às mudanças e desafios psicológicos e emocionais que a gravidez traz na vida de uma mulher, o livro estimula o exercício prático de reflexões para que mães-leitoras tomem novos rumos, contemplem suas reais necessidades e se reconectem consigo mesmas.



CASA DE ALVENARIA: DIÁRIO DE UMA EX-FAVELADA

AUTORA: CAROLINA MARIA DE JESUS | ANO: 1961

O livro mostra que, embora ela tenha deixado a favela fisicamente, as marcas da pobreza e da exclusão social continuam presentes em sua vida. Um retrato cru e realista da desigualdade no Brasil.



- 1. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER** | Promova uma Roda de Diálogo com exibição de vídeos curtos e análise de dados sobre a violência contra a mulher no Brasil. Os estudantes criarão um Mapa da Violência, destacando estatísticas locais, seguido de um debate com convidados(as) da rede de proteção. O resultado será a produção de cartazes ou uma campanha de conscientização para a escola.
- 2. ASSÉDIO (SEXUAL, MORAL E VIRTUAL)** | Realize uma atividade de Teatro do Oprimido, em que grupos de alunos encenam situações de assédio baseadas em vivências cotidianas. Após cada apresentação, o público sugere mudanças para enfrentar o problema, promovendo reflexões sobre prevenção e enfrentamento do assédio.
- 3. DITADURA NO BRASIL (GOLPE DE 1964)** | Os estudantes criarão o “Jornal da Resistência”, simulando uma imprensa clandestina da época da ditadura. Divididos em grupos, eles produzirão reportagens, entrevistas fictícias e charges, refletindo sobre a censura e os movimentos de resistência, com apresentações para a comunidade escolar.
- 4. MULHERES E A DUPLA JORNADA DE TRABALHO** | Proponha a produção do “Diário da Mulher Invisível”, com relatos fictícios ou inspirados em histórias reais de mulheres que enfrentam a dupla jornada. A atividade inclui pesquisa sobre a divisão de tarefas domésticas e debates sobre políticas públicas de apoio, culminando em uma exposição dos diários na escola.
- 5. PERFIL DAS MULHERES ELEITAS NOS MUNICÍPIOS E SUAS PAUTAS** | Organize a atividade “Quem nos Representa?”, onde os alunos pesquisam sobre mulheres eleitas no município, suas pautas e desafios. A atividade pode incluir entrevistas com representantes locais e a produção de infográficos ou painéis para apresentar o perfil dessas mulheres à comunidade escolar.

Diretoria Executiva da CNTE
Gestão 2022/2026

PRESIDENTE

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

VICE-PRESIDENTA

Marlei Fernandes de Carvalho (PR)

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa Lima (DF)

SECRETÁRIA CERAL

Fátima Aparecida da Silva (MS)

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberto Franklin de Leão (SP)

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Guelda Cristina de Oliveira Andrade (MT)

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Luís Carlos Vieira (SC)

SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL

Alessandro Souza Carvalho (CE)

SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO

Marta Vanelli (SC)

SECRETÁRIA DE ORGANIZAÇÃO

Marilda de Abreu Araújo (MG)

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Ivonete Alves Cruz Almeida (SE)

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

SECRETÁRIO DE APOSENTADOS E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Sergio Antônio Kumpfer (RS)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS

Edson Rodrigues Garcia (RS)

SECRETÁRIA DE SAÚDE DOS(AS)

TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Cleiton Gomes da Silva (SP)

SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

José Christovam de Mendonça Filho (ES)

SECRETÁRIO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

José Carlos Bueno do Prado (SP)

SECRETÁRIO DE COMBATE AO RACISMO

Carlos de Lima Furtado (TO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Mario Sergio Ferreira de Souza (PR)

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Carlos de Lima Furtado (TO)

Kátia Cilene de Mendonça Almeida (AP)

Guilherme Mateus Bourscheid (RS)

Girleene Lázaro da Silva (AL)

José Valdivino de Moraes (PR)

Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Valéria Conceição da Silva (PE)

Raimundo Nonato Costa Oliveira (MA)

COORDENADORAS DO DESPE

Cida Reis (PR)

Rosane Zan (RS)

COORDENADORES DO COLETIVO DA JUVENTUDE

Bruno Vital (RN)

Luiz Felipe Krehan da Silva (SP)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Marco Antonio Soares (SP)

Ronildo Oliveira do Nascimento (PE)

Doris Regina Acosta Nogueira (RS)

Soraya Maria Cordeiro de Sousa (PB)

Maria Eduarda Quiroga Pereira Fernandes (RJ)

Luiz Fernando de Souza Oliveira (MG)

Sueli Veiga Melo (MS)

Claudio Antunes Correia (DF)

Alex Santos Saratt (RS)

Amarildo Silveira Pereira (MA)

Ionaldo Tomaz da Silva (RN)

Cassio Ricardo Ritter (RS)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

Ivanéia de Souza Alves (AP)

Ornildo Roberto de Souza (RR)

Arnaldo Bruno Lopes Vidal (RN)

Maria Leônia Gomes de Lima (PB)

Iara Gutierrez Cuelar (MS)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Joseilda Vicente Lima Barboza (PE)

Maria Léa Lima de Almeida (PI)

Fábio Henrique Oliveira Matos(PI)

EU SEI, MAS NÃO DEVIA*

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.

A gente se acostuma a morar em apartamento de fundos e a não ter outra vista que não seja as janelas ao redor.
E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora.
E porque não olha para fora logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas.
E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma acender mais cedo a luz.
E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude.

A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora.
A tomar café correndo porque está atrasado.
A ler jornal no ônibus porque não pode perder tempo da viagem.
A comer sanduíche porque não dá pra almoçar.
A sair do trabalho porque já é noite.
A cochilar no ônibus porque está cansado.
A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.

A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra.
E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja número para os mortos.
E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração.

A gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir no telefone: hoje não posso ir.
A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta.
A ser ignorado quando precisava tanto ser visto.

A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita.
E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar.
E a ganhar menos do que precisa.
E a fazer filas para pagar.
E a pagar mais do que as coisas valem.
E a saber que cada vez pagará mais.

E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra.

A gente se acostuma a andar na rua e a ver cartazes.
A abrir as revistas e a ver anúncios.
A ligar a televisão e a ver comerciais.
A ir ao cinema e engolir publicidade.
A ser instigado, conduzido, desnortado, lançado na infundável catarata dos produtos.

A gente se acostuma à poluição.
As salas fechadas de ar condicionado e cheiro de cigarro.
À luz artificial de ligeiro tremor.
Ao choque que os olhos levam na luz natural.
Às bactérias da água potável.
À contaminação da água do mar.
À lenta morte dos rios.
Se acostuma a não ouvir o passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta.

A gente se acostuma a coisas demais para não sofrer.
Em doses pequenas, tentando não perceber, vai se afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá.
Se o cinema está cheio a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço.
Se a praia está contaminada a gente só molha os pés e sua no resto do corpo.
Se o trabalho está duro, a gente se consola pensando no fim de semana.
E se no fim de semana não há muito o que fazer a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele.
Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se da faca e da baioneta, para poupar o peito.
A gente se acostuma para poupar a vida que aos poucos se gasta e, que gasta, de tanto acostumar, se perde de si mesma.

* Crônica publicada no Jornal do Brasil, em 1972.

Marina Colasanti

Escritora, contista, jornalista, tradutora e artista plástica italo-brasileira, nascida na então colônia italiana da Eritreia. Publicou mais de 70 obras para crianças e adultos, recebendo mais de 20 prêmios em diferentes categorias da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, além de nove estatuetas do Prêmio Jabuti – a última delas em 2014. Marina se declarava feminista histórica e fez parte do primeiro Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, dedicando-se por vinte anos a temas relacionados ao universo feminino, trabalho que resultou em quatro livros: **“A Mulher que Escreveu a Bíblia”** - Uma reinterpretação da história bíblica sob a perspectiva feminina. **“A Casa da Luz Vermelha”** - Uma narrativa que explora a vida de mulheres em situações de vulnerabilidade. **“O Livro das Mulheres”** - Uma coletânea de contos que retratam diferentes aspectos da vida feminina. **“A Menina que Aprendeu a Ver”** - Uma obra que aborda a descoberta da identidade e da sensibilidade feminina. Ela faleceu aos 87 anos, em 28 de janeiro de 2025, em sua casa no Rio de Janeiro.

